

REIS CARVALHO

NOÇÕES

DE

FILOSOFIA PRIMEIRA

*On peut maintenant regarder
comme accompli le noble vœu de
Bacon sur la construction d'une
philosophie première, susceptible
de guider partout la méditation
théorique, et même d'assister la
raison pratique.*

AUG. COMTE. — *Politique*, IV, 181.

RIO DE JANEIRO
IMPRESA NACIONAL
1932

ANO 144 DA REVOLUÇÃO FRANCEZA E 78 DA ERA NORMAL

146
C33
ORMA
107
B331
ex. 2



REGISTRO SETORIAL
SEÇÃO DE AUTORES MARANHENSES
Número 34
Data 24 / 08 / 1971

ADVERTÊNCIA

Adotamos neste livro as normas ortográficas que sistematizamos, há cerca de vinte anos, e que usamos nas obras — POESIAS e OS FERIADOS BRASILEIROS — publicadas, respectivamente, em 1922 e 1926, na última das quais figura, em apêndice, o resumo da nossa sistematização.

R. C.

REGISTRO SETORIAL
ARQUIVO DE CUIAÚDA
N. 1
Data 1 / 1 / 1

REGISTRO SETORIAL
SEÇÃO AUTOR
MARANHENSE
DOAÇÃO ●
Número 1739
Data 01 / 09 / 1976

FUNC. BIBLIOTECA PÚBLICA
REGISTRO GERAL
DOAÇÃO 19648
DATA 28 / 04 / 1971

A' Bibliotheca Publica

de

Estado de Maranhão

apre

Reis (Carvalho)

Rua Jardim, 15 de Riachel de 144

16 de Dezembro de 1932



PREFÁCIO

Aos adolescentes positivistas, moral e mentalmente preparados por forte cultura primária, em que, além das línguas occidentaes e das várias fórmãs da Poesia, verbal, musical e plástica, a criança, até os 14 anos, já deve ter adquirido os conhecimentos concretos da ordem universal, capazes de a tornar apta aos estudos abstratos — cabe receber o primeiro ensino científico, constituído pelas leis universaes de Filosofia Primeira. Esse ensino Augusto Comte deixou apenas *instituído*. Quem primeiro tratou de o *constituir* foi Pierre Laffitte, professando em Paris lições, posteriormente publicadas numa obra em dous volumes sôb o título: *Cours de Philosophie Première*. Entre nós, Teixeira Mendes realizou, muitos anos depois, curso semelhante, mas não me consta tenham sido publicadas as suas lições a não ser a primeira, sôbre a Teoria da Abstração, que corre datilografada no meio positivista. Últimamente o Dr. Luiz Bueno Horta Barbosa, discípulo de Teixeira Mendes, retomou a tarefa do mestre, e tem publicado, em páginas mimeografadas, as lições por êle dadas no mesmo grêmio positivista em que dera Teixeira Mendes as suas.

Sem referir-me ás do Dr. Horta Barbosa, das quaes só conhêço a inicial, apesar de possuir várias outras, as lições de Filosofia Primeira, por mim lidas e ouvidas segundo as exposições de Pierre Laffitte e Teixeira Mendes, não me parece realizem plenamente o programa de Augusto Comte, não obstante o seu real e indiscutível valor, principalmente as professadas por Teixeira Mendes. Em ambos os cursos, tanto no escrito como no oral, afigura-se-me que a Filosofia Primeira, em vez de preceder, segue a Filosofia Segunda: o que lhe altera a verdadeira finalidade. E' justo, porém, re-

conhecer no curso de Teixeira Mendes, o caráter profundamente religioso do ensino filosófico, e a originalidade da sua explanação, no que concerne ao problema de situar no Espaço as leis universaes ;e no de Laffitte, a elegante e variada erudição. Embora não ficasse tratado especial do curso de Teixeira Mendes, encontra-se todavia útil e belo resumo na obra do imortal apóstolo — *As últimas concepções de Augusto Comte*.

Se bem que o curso de Laffitte parêça mais uma série de dissertações acadêmicas do que um tratado religioso, onde impere a ciência em vez da teologia, a verdade é que os dous cursos, tanto o do propagandista francez como o do apóstolo brasileiro, fazem parte do ensino do dogma da Religião da Humanidade.

O meu, porém, que é apenas um conjunto de noções elementares, de notas sumarissimas, sôbre a Filosofia Primeira, não visa o mesmo objetivo dos de Pierre Laffitte e de Teixeira Mendes. Não tem por fim propriamente a *educação positivista*, mas simplesmente a *instrução positiva*. Ensinadas à minha filha Beatrix, para quem as escrevi e que, de acôrdo com as minhas crenças positivistas, é educada na religião materna, que é a católica, revelam aquelas noções a sua restrita finalidade. Para assimilá-las basta a instrução primária, dada em nossas escolas públicas ou particulares, e a secundária, ministrada às meninas nos colégios de religiosas.

Procurei o mais possivel evitar introduzir na rudimentar exposição, o saber sistemático ,colhido nas ciências especiaes, de sorte que a Filosofia Primeira se apresentasse como *introdução* e não como *conclusão* da Filosofia Segunda. Por isso mesmo os meus estudinhos são apenas enunciados das leis, seguidos de exemplos que as ilustram, tirados do saber mais ou menos vulgarizado entre os leitores comuns.

Segundo o programa de Augusto Comte, o curso de Filosofia Primeira deve compreender, além do estudo das 15 leis universaes que a constituem, mais a teoria da abstração, como prólogo, e a classificação das ciências, como epilogo. Daí a divisão dêste resumo em dezoito pequenos capítulos, a cada um dos quaes dou o nome de *noção*, de conformidade com a designação total do opúsculo. No inicial e no final,

trato respectivamente da abstração e da jerarquia científica, e nos dezeseis intermédios, da Filosofia Primeira propriamente dita, encarando-a no primeiro dêsse em seu tódo e nas suas divisões, e nos quinze seguintes, discorrendo sumariamente sôbre cada uma das suas leis.

Creio prestar com a publicação dêste livrinho, um pequenino serviço a quem quizer ter um conhecimento rudimentar das leis universaes que regem o hómem e o mundo, instituídas segundo os votos de Bacon pelo gênio sem par de Augusto Comte.

E' escusado dizer que me serviram de fonte de estudo para escrever êste nocionário filosófico, as obras de Augusto Comte, Pierre Laffitte e Teixeira Mendes.

Reis Carvalho.

Rio de Janeiro, 7 de S. Paulo de 143.
27 de Maio de 1931.



NOÇÃO 1ª

A Teoria da Abstração

Abstração é a operação cerebral, pela qual separamos as propriedades de cada ser, e, reunindo-as às propriedades semelhantes de outros seres, fazemos de cada uma delas um ser a parte, que isoladamente se estuda.

Propriedades são as diversas manifestações dos seres. São os seres em ação. Chamam-se também *fenômenos*, *atributos*, *efeitos* desses seres.

Ser ou corpo é a pessoa, animal, planta ou coisa que o cérebro percebe através dos sentidos.

O conjunto dos seres forma o *Mundo*. O conjunto dos cérebros forma o *Homem*. Tudo o que é relativo ao Homem, ao sujeito que percebe o Mundo, chama-se *subjetivo*. Tudo o que é relativo ao Mundo, ao objeto percebido pelo Homem, chama-se *objetivo*.

A operação de abstrair compreende duas fases: a primeira, é a da separação das diversas propriedades; a segunda, é a da reunião e estudo das propriedades semelhantes. Na primeira, faz-se *observação abstrata*, na segunda, *meditação abstrata*.

Exemplifiquemo-lo.

Tomemos um copo de vidro. Notamos desde logo que tem uma existência quantitativa, que ele é *um*; que é mais ou menos longo, largo e espesso, tem certa forma, determinada *extensão*. Notamos mais que tende a *mover-se* para a terra, tende a *cair*, se o não detivermos por algum obstáculo, o que quer dizer, possui *movimento* e *pêso*. Percutido, *sôa*. O seu contato mostra também que é mais ou menos *quente*; e a sua vista, que é mais ou menos *luminoso*. Atritado com alguns outros corpos, adquire a propriedade de atrair os mais leves, manifesta o que se chama efeito *elétrico*. Se, em vez do copo de vidro, tomarmos uma barra de ferro, repetem-se as mesmas observações. Passando dos corpos brutos aos seres vivos ainda se reproduzem fatos análogos. A roseira e o canário que contemplamos, revelam aos nossos sentidos terem também existência numérica e dimensional; serem capazes de mudar em parte ou totalmente a sua posição; possuírem maior ou menor quantidade de calor; desprenderem cheiro mais ou menos ativo; refletirem a luz; manifestarem eletricidade; e, além disso, uma qualidade nova, a *vida*. Em geral todos os seres, em maior ou menor gráo, patenteiam parcial ou integralmente, os atributos que enumerámos: o número, a extensão, o movimento, o pêso, o calor, a luz, o som, a eletricidade, a vida. São esses atributos reunidos em cada ser que o fazem conhecido. Sem eles não há seres reais. Por outro lado, os atributos isolados são seres fictícios. Não há objetivamente número, extensão, movimento, pêso, calor, luz, som, eletricidade, vida, mas corpos numéricos, extensos, móveis, pesados, quentes, luminosos, sonoros, elétricos, vivos. São esses seres

fictícios, esses seres abstratos que chamamos *existências*, para os distinguir dos reais, dos concretos, chamados simplesmente *seres* ou *corpos*.

Terminada a fase inicial da abstração, em que se separam os efeitos diferentes revelados por cada ser, começa a segunda, em que se combinam as propriedades semelhantes dos diversos seres. Nesta o espírito humano compara as variações do mesmo fenômeno, da mesma propriedade, ou de fenômenos e propriedades diversas, buscando as relações constantes que entre eles existem. Assim, tomando os fenômenos de forma ou de extensão — a circunferência e o diâmetro do círculo — comparando-os entre si, acha-se, ou melhor, achou o gênio de Arquimedes, que sempre, invariavelmente, a circunferência do círculo é maior que três vezes e menor que quatro vezes o diâmetro, ou igual ao número incomensurável, 3,14159... Procedendo análogamente com outros fenômenos, novas e semelhantes relações se descobrem, muito embora nem todas possam ter a mesma precisão. Descobre-se, por exemplo, ou antes, descobriu Bichat que na vida animal toda função intermitente tende a tornar-se habitual. É uma relação entre fenômenos vitais tão certa como a que foi achada por Arquimedes entre a circunferência e o diâmetro, mas incomparavelmente menos precisa, porque na lei de Bichat não se pôde determinar o *numero* constante, que liga a intermitência á habitualidade, que marca o tempo preciso para que nesta aquela se transforme. Em ambos os casos, porém, houve o achamento de uma relação invariável entre propriedades, entre seres abstratos; a circunferência e o diâmetro, na relação de Arquimedes; a intermitência e o hábito, na relação de Bichat.

São essas relações que se chamam *leis naturaes*, ou simplesmente *leis*. Lei é, pois, uma relação constante entre fenômenos variáveis, ou o modo regular de variação de um fenômeno por meio de outro. Segundo esta última definição, a lei de Arquimedes exprime o modo regular, por que a circunferência varia, variando o diâmetro e *vice-versa*, e a de Bichat, o modo regular por que varia o hábito, variando a intermitência e *vice-versa*.

O conjunto das leis dos fenômenos constitue o que se chama a teoria desses fenômenos. Temos assim: a teoria do número, a teoria da extensão, a teoria do movimento, a teoria do peso, a teoria do calor, a teoria da luz, a teoria do som, a teoria da electricidade, a teoria da vida, etc. E como o conjunto das teorias forma a ciência, toda ciência é essencialmente abstrata. De sorte que sem o conhecimento da abstração, não se pôde instituir regularmente o ensino científico.

Abrange esse ensino duas filosofias: a *Filosofia Primeira* e a *Filosofia Segunda*. A *Filosofia Primeira* é o estudo das leis universaes, que regem todos os fenômenos, qualquer que seja a sua categoria. A *Filosofia Segunda* é o estudo das leis especiaes que regem cada categoria de fenômenos. Constituem ambas a ciência propriamente dita. Formam o domínio dos conhecimentos teóricos.

Quanto à *Filosofia Terceira*, constitue o domínio prático. É o conjunto dos conhecimentos concretos. É apenas o complemento do ensino teórico, do ensino científico propriamente dito; mas não figura, não deve figurar como ciência. Não há ciência concreta.

Assim todo conhecimento, todo conhecimento real, é filosófico, mas nem toda filosofia é científica. Só a que trata das leis dos fenômenos forma a Ciência; a que estuda as generalidades práticas, as leis dos seres, está excluída do campo teórico, faz parte do domínio técnico. Não é ciência; é indústria.

Entretanto, conciliante de fato, embora inflexível em princípio, segundo a regra formulada pelo Pensador Universal, pôde admittir-se por uma concessão aos hábitos adquiridos nos meios intellectuaes, a

expressão — *siência concreta* — como sinônimo de *filosofia terceira*. Nesse caso a palavra *siência* é equivalente à palavra *saber*. E como a Filosofia é todo sistema de conhecimento ou de saber, e se biparte em saber abstrato ou *siência*, bipartida por sua vez em *siência geral* ou Filosofia Primeira e *siência especial* ou Filosofia Segunda, e saber concreto ou Filosofia Terceira, se dá à palavra *Siência* a significação de Filosofia e se admite a sua divisão em *Siência Abstrata* e *Siência Concreta*, compreendendo esta a *Filosofia Terceira* e aquella a *Filosofia Primeira* (*sciência geral*) e a *Filosofia Segunda* (*siência especial*).

Sumário esboço da segunda dessas três filosofias, é o que vamos expor nas páginas a seguir.



NOÇÃO 2ª

As Leis de Filosofia Primeira

As leis de Filosofia Primeira são em número de quinze, assim nomeadas e enunciadas:

1ª. LEI DA RELATIVIDADE: *Formar a hipótese mais simples, mais estética e mais simpática que comporte o conjunto dos dados a representar.*

2ª. LEI DA IMUTABILIDADE: *Conceber como imutáveis as leis quaesquer que regem os seres segundo os acontecimentos.*

3ª. LEI DA MODIFICABILIDADE: *As modificações quaesquer da ordem universal limitam-se à intensidade dos fenômenos, cujo arranjo permanece inalteravel.*

4ª. LEI DAS CONSTRUÇÕES SUBJETIVAS: *Subordinar as construções subjetivas aos materiaes objetivos.*

5ª. LEI DAS IMAGENS: *As imagens interiores são sempre menos vivas e menos nítidas que as impressões exteriores.*

6ª. LEI DA IMAGEM NORMAL: *A imagem normal deve ser preponderante sobre as que a agitação cerebral faz simultaneamente surgir.*

7ª. LEI DA EVOLUÇÃO INTELECTUAL: *Cada entendimento oferece a sucessão dos três estados fictício, abstrato e positivo em relação às nossas concepções quaesquer, mas com velocidade proporcional à generalidade dos fenômenos correspondentes.*

8ª. LEI DA EVOLUÇÃO ATIVA: *A atividade é primeiro conquistadora, depois defensiva, e finalmente industrial.*

9ª. LEI DA EVOLUÇÃO AFETIVA: *A sociabilidade é primeiro doméstica, depois cívica, e finalmente universal, segundo a natureza peculiar a cada um dos três instintos simpáticos.*

10ª. LEI DA PERSISTÊNCIA: *Tôdo estado estático ou dinâmico tende a permanecer espontaneamente, sem nenhuma alteração, resistindo às perturbações exteriores.*

11ª. LEI DA COEXISTÊNCIA: *Um sistema qualquer mantém a sua constituição ativa ou passiva, quando os seus elementos experimentam mutações simultaneas, comtanto que sejam exatamente comuns.*

12ª. LEI DA MUTUALIDADE: *Existe por tôda a parte uma equivalência necessária entre a reação e a ação, se a intensidade de ambas fór medida conforme a natureza de cada conflito.*

13ª. LEI DA CONCILIAÇÃO: *Subordinar por tôda a parte a teoria do movimento à da existência, concebendo tôdo progresso como o desenvolvimento da ordem correspondente, cujas condições regem as mutações que constituem a evolução.*

14ª. LEI DA CLASSIFICAÇÃO: *Tôda classificação positiva procede segundo a generalidade crescente ou decrescente tanto subjetiva como objetiva.*

15ª. LEI DO INTERMEDIÁRIO: *Tôdo intermediário depende dos dois extremos cuja ligação opera.*

Das quinze leis ou princípios universaes, as três primeiras referindo-se igualmente ao mundo e ao homem, constituem o primeiro grupo, tanto objetivo como subjetivo. As seis imediatas, relacionando-se muito mais ao homem do que ao mundo, formam o segundo grupo, essencialmente subjetivo. As seis últimas concernindo mais

ao mundo que ao homem, são o grupo mais objetivo da Filosofia Primeira, o terceiro grupo, *principalmente objetivo*.

Como nos dous primeiros grupos, a subjetividade domina a objetividade, formam êles a *seção mais subjetiva*, e o último, em que se dá o contrário — a objetividade prepondera sobre a subjetividade — fórma a *seção mais objetiva*.

O segundo grupo, o essencialmente subjetivo, o que se refere às leis do entendimento, consta de duas *séries*: a primeira composta de três leis estáticas e a segunda de três leis dinâmicas.

O terceiro grupo, o principalmente objetivo, consta também de duas *séries* de leis: a primeira composta de princípios mais objetivos que os da segunda, e a segunda, de princípios mais subjetivos que os da primeira.

Dessas quinze leis de Filosofia Primeira, se tôdas, pelo seu enunciado, pela sua generalização, pertencem exclusivamente a Augusto Comte, a descoberta inicial de algumas deve-se a outros pensadores.

São de autoria exclusiva de Augusto Comte dez: a lei da relatividade, a da imutabilidade, a das imagens, a da imagem normal, as três leis da evolução, a da conciliação, a da classificação e a do intermediário.

A da modificabilidade foi descoberta por Broussais. A das construções subjetivas é criação de Aristóteles, completado por Leibnitz e Kant. As da persistência, da coexistência e da mutualidade devem-se respectivamente a Kepler, Galileu e Newton ou Huyghens.

Quanto à segunda lei de evolução, a da evolução ativa, convem associar ao de Augusto Comte, os nomes dos seus predecessores no achamento desse princípio, Hume e Dunoyer. E' preciso também indicar o nome de d'Alembert, como o precursor matemático do princípio da conciliação; lembrar Hume e Diderot, tratando da lei das imagens, e Buffon, como o antevidente da lei do intermediário.

Resumamos agora num quadro sintético tudo o que acabamos de expôr. E' a sinopse da nossa pequenina lição.

FILOSOFIA PRIMEIRA

SEÇÃO
MAIS
SUBJETIVA

1º grupo
tanto objetivo
como subjetivo

1ª série

1. Lei da relatividade (Comte)
2. Lei da imutabilidade (Comte)
3. Lei da modificabilidade (Broussais)

2º grupo
essencialmente
subjetivo

2ª série

Leis estáticas
do entendimento

4. Lei das construções subjetivas (Aristóteles, Leibnitz e Kant)
5. Lei das imagens (Comte, *Hume* e *Diderot*)
6. Lei da imagem normal (Comte)
7. Lei da evolução intelectual (Comte)

3ª série

Leis dinâmicas
do entendimento

8. Lei da evolução ativa (Comte, *Hume* e *Dunoyer*)
9. Lei da evolução afetiva (Comte)

SEÇÃO
MAIS
OBJETIVA

3º grupo
principalmente
objetivo

4ª série

a mais objetiva
da Filosofia Primeira

10. Lei da persistência (Kepler)
11. Lei da coexistência (Galileu)
12. Lei da mutualidade (Newton ou Huyghens)

5ª série

mais subjetiva
que a precedente.

13. Lei da conciliação (Comte e *d'Alembert*)
14. Lei da classificação (Comte)
15. Lei do intermediário (Comte e *Buffon*).

Obs. — Nesta sinopse os nomes próprios em itálico representam não os autores nem os colaboradores da descoberta das leis de Filosofia Primeira, mas apenas os que as apresentaram mais ou menos explicitamente.

NOÇÃO 3ª

A Lei da Relatividade

Chama-se relatividade a propriedade do que é *relativo*. Opõe-se-lhe o atributo do que é *absoluto*. Relativo é tudo que resulta de relações e absoluto o que independe de qualquer relação. Assim os seres extraterrestres — os deuses, os anjos, os demônios, os espíritos, as fadas, etc., são seres *absolutos*, e os seres terrestres — os homens, os animais, as plantas, as cousas — são seres *relativos*. E como só os segundos são *reaes* — da existência deles ninguém duvida — e os últimos são *fictícios*, — a sua existência, embora admitida por muitos, não o é por todos, nem é provada, mesmo para os que a admitem, como se prova a dos outros — claro é que só o conhecimento dos últimos é o conhecimento real. Mas como a ficção se origina da realidade — os próprios seres extraterrestres lembram essa origem — toda verdade, seja real ou fictícia, é essencialmente relativa, nasce de relações entre o homem e o mundo. "Tudo é relativo: eis o único princípio absoluto" — é o aforismo em que se baseiam todos os nossos conhecimentos. Constitue o princípio do relativismo, formulado por Augusto Comte, no início da sua carreira filosófica.

É esse princípio que se contém, sob outra forma, na lei-mãe de Filosofia Primeira, na lei das hipóteses, que por isso mesmo se chama — *lei da relatividade*, e se poderia chamar também a *lei das leis*, porque todas as leis lhe estão subordinadas.

Com efeito, dizer que — *tudo é relativo*, é dizer que *tudo são hipóteses*. Nada sabemos fóra dos limites impostos pelas contingências humanas e terrestres. Todas as noções que possuímos sobre os seres e os fenômenos são imagens apossimadas da realidade objetiva ou subjetiva. Ora essas imagens recordam entes e atributos objetivamente reaes, ora entes e atributos fictícios, que só são subjetivamente reaes. Assim, os cavalos que concebemos são imagens apossimadas das figuras homônimas que nos revela a sua observação; são construções subjetivas de origem objetiva, diretamente real; e os anjos e as sereias, as crianças aladas e as mulheres-peixes são também imagens apossimadas dos seres fictícios, nascidos da observação real de crianças, aves, mulheres e peixes, imaginariamente combinados em nosso cérebro; são construções subjetivas de origem objetiva, só indiretamente real. Num e noutro caso tudo são apossimações: tudo são hipóteses.

Ainda apossimações, ainda hipóteses, as ligações que constatamos entre os seres através dos seus atributos. Assim, quando se afirma que são paralelas as ações da gravidade sobre as diversas partes de um corpo, faz-se uma apossimação, porquanto as verticais da gravidade são linhas convergentes para o centro da Terra.

Sempre, em todos os casos, os nossos conhecimentos são hipóteses que se tornam mais ou menos apossimadas da realidade objetiva ou subjetiva, conforme o maior ou menor número de elementos fornecidos pela observação.

Examinando as hipóteses, verifica-se a tendência do espírito humano a fazê-las simples, simpáticas e belas. São prova do assérto as que sucessivamente foram adotadas sobre a forma da Terra.

Primeiramente foi a Terra considerada um plano — a mais simples de todas as superfícies, depois uma esfera — a mais simples

das superfícies curvas, e por último um esferóide — a mais simples destas após a esfera. Quando os primeiros observadores estavam jungidos ao solo e não tinham volvido olhos perscrutadores ao céu, as extensões muito limitadas que percorriam davam-lhes a impressão do plano. Mais tarde a contemplação do céu ensinando-lhes que, caminhando para o norte, a estrela polar se elevava cada vez mais, de sorte que o caminho percorrido deveria ser curvo e não reto, imaginaram ser a terra uma esfera. Finalmente, observando que essa elevação não era a mesma segundo a direção do caminho percorrido, concluíram que a curvatura não era uniforme e por isso a superfície terrestre não era uma esfera perfeita, mas um esferóide. Em todos esses casos, variando os dados, variaram as hipóteses, mas em todos se fez a mais simples de acôrdo com esses dados. Não só a mais simples, como também a mais simpática e a mais bela.

De fato, o plano é a imagem geométrica das planícies verdejantes, das águas tranquilas, dos lagos e dos rios, umas e outras mananciaes de amor e de beleza. A esfera recorda a abóbada celeste, recamada de estrelas, onde se engastam o Sol e a Lua, os dous astros mais belos e mais amados, que surgem aos nossos olhos como discos de fogo, círculos luminosos, como formas análogas á curva geratriz da esfera. O esferóide, imagem apenas deformada da esfera, sugere as mesmas considerações da forma de que se origina, só atenuada pela falta de uniformidade da curvatura, o que, se diminue, não extingue a beleza e a simpatia da hipótese e lhe conserva toda a simplicidade compatível com as novas observações.

Passando do domínio cósmico para o domínio moral, outra prova da lei das hipóteses: a jerarquia dos sexos.

A princípio, na fase inicial da conquista da Terra pelo Homem, a preponderância da força física colocou o sexo masculino no primeiro plano. A própria maternidade deixou de ser preponderante na união conjugal: os filhos são então considerados mais filhos dos paes que das mães. Segundo a Bíblia, o primeiro filho teve pae e não teve mãe: Eva nasceu de Adão; a mulher, do homem. Na mitologia grêga concebe-se também filha sem mãe: Minerva nasceu de Júpiter. Nas côrtes celestes os deuses dominam as deusas. Júpiter supera Juno. No céu de todas as religiões a divindade suprema é sempre masculina. Só depois de uma longa evolução começou um movimento favoravel ao sexo feminino, especialmente quando o Catholicismo veio mostrar a necessidade de desenvolver as forças moraes. A mulher deixou então de ser a alimária primeira para tornar-se a mãe de um deus: Jesus é filho de Maria. Ainda assim a preponderância cabe ao homem; Jesus precede a Maria na jerarquia celeste. Ademais, embora o desenvolvimento da Humanidade tenha subordinado a força bruta às forças moraes, isso não bastou para deslocar a posição do sexo masculino, porquanto continuou este a manter o setro do espirito: o desenvolvimento intellectual é diretamente a obra do homem, no que esta apresenta de mais sensacional, através das criações científicas, estéticas e industriaes. Foi preciso o advento do gênio de Augusto Comte para demonstrar que toda a evolução espirital se liga ao predomínio do coração, do coração altruista, e que à mulher se devem indiretamente as produções do espirito humano: o homem faz as grandes obras, e a mulher os grandes homens. Além disso, as obras intellectuaes oriundas diretamente de mulheres excepcionaes e a revelação pública de talentos femininos cada vez mais numerosos em todos os ramos do espirito, levaram á fórmula hoje adotada pela maioria letrada: a mulher é igual ao homem. Mas o estudo aprofundado do cérebro feminino no tempo e no espaço, revelando

irrefutavelmente que os dois sexos não são iguaes mas diferentes e complementares, que a mulher tem menos qualidades práticas que o homem, mais qualidades afetivas que este, e força intelectual semelhante em sua intensidade, embora de natureza diversa, mostra afinal — dada a preponderância afetiva — a superioridade do sexo da graça ao sexo da força, mostra que a mulher é superior ao homem.

Em tôdas as três hipóteses — a mulher é inferior ao homem — a mulher é igual ao homem — a mulher é superior ao homem — destaca-se não só a simplicidade mas ainda a simpatia e a beleza com que são constituídas, de acôrdo com os dados de cada momento histórico.

A mulher primitiva, como a femea de tôdos os animaes, era um ser sem atractivos, e incapaz de defender a coletividade pela única força útil preponderante na época, a força física; era um animal feio e fraco; ao passo que o homem era, ao contrário, belo e forte. Daí a hipótese mais simples, mais simpática e mais bela: a mulher é inferior ao homem.

Com o correr dos tempos, adquire a mulher qualidades físicas capazes de apossimá-la mais do companheiro, senão em força, em beleza, e mostra aptidões mentaes que dêle a tornam rival. Esse movimento de dignificação da mulher, que se prolonga pelos nossos dias, determinou a segunda hipótese, a da igualdade dos dois sexos: a mulher é igual ao homem. O feminismo contemporaneo não defende outro aforismo. Mas a ciência positiva já demonstrou, há mais de meio século, que em nossos dias, de acôrdo com os dados adquiridos, mediante a contemplação sistemática do espetáculo histórico e a análise da alma feminina, o sexo da beleza e do amor, o que representa melhor as qualidades estéticas e simpáticas, é o sexo feminino; de sorte que a hipótese mais simples, mais simpática e mais estética sobre a jerarquia dos sexos é — a mulher é superior ao homem.

Percorrendo tôda a escala dos fenômenos, apreciando tôdos os fatos cósmicos, sociaes e moraes, a vida doméstica e a vida cívica, os acontecimentos elementares como os mais transcendentos, sempre se verifica a veracidade da lei:

A inteligência tende sempre espontaneamente a fazer a hipótese mais simples, mais estética e mais simpática de acôrdo com os dados adquiridos.

Induzida da contemplação do mundo no tempo e no espaço, constituindo um princípio geral, base fundamental e eterna de tôdos os conhecimentos, pôde ser enunciada essa lei como preceito, como regra, porque, conhecida a inclinação do espírito, a tendência segundo a qual se raciocina ligando o objetivo ao subjetivo, natural é se constitua uma norma a seguir para guiar ordenadamente a formação dos nossos juizos, sistematizando a espontaneidade inicial por uma fórmula que a exprima e prescreva. Daí o enunciado que muda a lei em regra: *Formar a hipótese mais simples, mais estética e mais simpática que comporte o conjunto dos dados a representar — segundo as expressões testuaes de Augusto Comte — ou — Fazer a hipótese mais simples, mais estética e mais simpática, de acôrdo com os dados adquiridos — conforme o têsto do primeiro enunciado.*

Comentando a grande lei que descobriu, diz Augusto Comte:

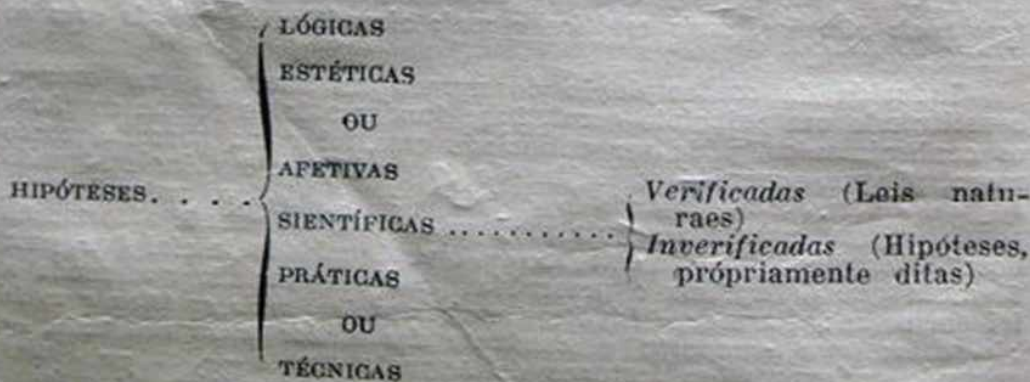
“As nossas sãs teorias não podendo e não devendo oferecer senão apossimações constantemente imperfeitas do espetáculo exterior, a sua natureza e o seu destino deixam à nossa inteligência uma certa liberdade, que convem aplicar em satisfazer melhor as nossas boas inclinações. Convem, antes de tudo, empregar essa facul-

dade para simplificar mais as nossas hipóteses, afim de facilitar o seu uso especulativo. Somos em seguida autorizados, e mesmo convidados, a embelezá-las tanto quanto o permite a indeterminação que nelas ainda se acha, já que se tornam assim mais favoráveis às nossas meditações. Enfim, devemos também aperfeiçoar-lhes o caráter moral, como podendo influir muito sobre as reações afetivas, que se ligam a todo o exercício intelectual. Tal é o triplice complemento, científico, estético, e simpático, que exige o princípio fundamental da sã lógica sobre a construção de quaesquer hipóteses, concebidas primeiro objetivamente, depois subjetivamente". (*Política*, III, 96-97).

Regulando a formação das hipóteses, a lei da relatividade regula todas as nossas concepções reais ou fictícias. Daí a distinção a fazer entre as hipóteses *verificáveis* e as hipóteses *inverificáveis*. Estas concernem a criações puramente subjetivas, que podem ser puras *quimeras*, como os deuses e as entidades, ou *artifícios lógicos*, como o espaço e a inércia. Aquelas compreendem as leis naturais, as hipóteses propriamente ditas, isto é, as leis efetivas achadas entre fenômenos, e as leis antecipadas supostas entre eles; as primeiras são hipóteses verificáveis e verificadas; as segundas verificáveis mas não verificadas. Assim a proposição — *a soma dos ângulos de um triângulo plano retilíneo é igual a dois ângulos retos* — é uma hipótese verificável e verificada; é uma lei natural. A proposição — *certos cometas descrevem parábolas cujo foco é o sol* — é uma hipótese verificável mas não verificada.

Além dos artifícios lógicos ou hipóteses lógicas e das hipóteses científicas, há que considerar também os ideais estéticos e os planos técnicos, isto é, as hipóteses afetivas e as hipóteses práticas. Os seres e os fatos imaginados pela poesia verbal, sonora ou plástica são hipóteses afetivas, artifícios estéticos; e os projetos de uma máquina ou de uma usina, os planos industriais, — hipóteses práticas, artifícios técnicos.

Em resumo, abstraindo-se das inverificáveis, puramente quiméricas, e bipartindo-se as científicas em *verificadas* e *inverificadas*, classificam-se as hipóteses em *lógicas*, *estéticas* ou *afetivas*, *científicas* e *práticas* ou *técnicas*, o que tudo se vê desta sinopse:



Todas essas hipóteses devem obedecer invariavelmente à lei da relatividade.

Como as nossas leis não passam de hipóteses apossimadas da realidade, a lei da relatividade pôde ser chamada também *lei das hipóteses*.



NOÇÃO 4ª

A Lei da Imutabilidade

Chama-se imutabilidade a propriedade do que é imutavel. Imutavel é tudo que não muda; é constante; não sofre variações.

Ora a contemplação do mundo e do homem dá-nos impressão diversa. Em tórno de nós tudo varia. O espetáculo celeste, os acontecimentos terrestres, os fatos sociaes, são múltiplos e variados. Para a criança e para o selvagem, para o indivíduo como para a espécie, no princípio da sua evolução, essa impressão imediata de mutabilidade, toma o aspecto de verdadeira confusão. No princípio, segundo a enérgica expressão bíblica, tudo é caos.

Entretanto, a medida que a criança e o selvagem crescem e se desenvolvem, que o homem e a humanidade infantis evoluem, vae pouco a pouco desaparecendo a confusão inicial, o caos primitivo.

No meio da variedade confusa de entes e de attributos, começa a notar-se alguma cousa de constante. Voltando os olhos ao céu, se as núvens permanecem confusas e multiformes, se às vezes encobrem totalmente a abóbada azulada e outras desaparecem de tódo, o mesmo não succede com o Sol e a Lua. Descobre-se que o primeiro desses astros nasce e renasce periódicamente, que o segundo muda de forma também em períodos regulares; que o movimento diurno e as fases da Lua seguem certa ordem; que um e outras estão sujeitas a relações determinadas; de modo tal que se pôde antecipar a posição de cada um desses astros na esfera celeste para períodos longínquos, séculos e milénios além de nós.

O que se descobre assim entre os fenómenos celestes vae pouco a pouco se descobrindo entre os outros fenómenos: os físicos, os químicos, os vitaes, os sociaes e os moraes ou psíquicos. Mas, assim como na contemplação do céu achamos ordem, constância, imutabilidade, apreciando o movimento diurno e as fases da lua, e desordem, inconstância, mutabilidade, no movimento das núvens, assim também no que concerne a tódas as outras propriedades dos seres. Em tódas há as que estão subordinadas a relações fixas, de modo a poderem ser feitas previsões mais ou menos precisas, conforme o gráo de complexidade delas, e as que nenhuma relação nos apresentam, que por isso mesmo escapam às nossas previsões.

As relações constantes existentes entre os fenómenos, descobertas pelo gênio da nossa espécie, representada em cada momento histórico por grandes individualidades, tendo sido plenamente verificadas às mais das vezes pela previsão dos respectivos fenómenos e pelas applicações industriaes, políticas e moraes, e tendo augmentado dia a dia o número dos attributos que, a princípio independentes entre si, se reconhece afinal estarem também sujeitos a relações constantes, e como essas relações são sensivelmente as mesmas em tódos os lugares e em tódos os tempos — isso levou o gênio de Augusto Comte a concluir, por indução, que tudo está sujeito a relações que não variam nunca; tudo está sujeito a leis naturaes. Cessa assim o reinado da confusão e do arbitrio. Mas, como tudo é relativo, salvo a verdade desse princípio, a legislação dos fenómenos biparte-se em legislação conhecida e legislação desconhecida; comprehende o *Destino*, que é o conjunto das leis conhecidas, e o *Acaso*, que é o conjunto das leis desconhecidas. E como as leis são hipóteses variáveis com os dados adquiridos, a sua invariabilidade experimenta a exceção correspondente à variação dos dados. De sorte

que a grande indução nada tem de absoluta. É pois relativa como qualquer outra, a lei de Augusto Comte:

Conceber como imutáveis as leis quaesquer que regem os seres segundo os acontecimentos.

Enunciada assim como preceito ou regra a seguir, a lei da imutabilidade deve ser formulada nêstes termos, como princípio:

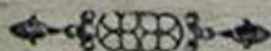
Nossa inteligência tende espontaneamente a conceber como imutáveis as leis quaesquer que regem os seres segundo os acontecimentos.

Convem lembrar que, enunciada como regra, Augusto Comte o fez precisamente nêstes termos: "O segundo princípio (*lei da imutabilidade*), ordinariamente considerado como superior ao primeiro (*lei da relatividade*), consiste na imutabilidade das leis quaesquer, que regem os seres segundo os acontecimentos, *comquanto só a ordem abstrata, permita apreciá-las*". (*Política*, IV, 174.)

Parece-nos, porém, que, se o Filósofo destacasse a regra como princípio a parte, numa enumeração de princípios congêneres, excluiria a proposição subordinada do teorema filosófico, porque está implícita na proposição principal. E' o que ora fazemos e já fez também Pierre Laffitte, no seu *Cours de Philosophie Première*.

Como se viu, da imutabilidade verificada na variação regular dos fenômenos, nasceu a indução de que tôdas as leis são imutáveis. E, como os seres são conjunto de propriedades, as leis dos seres derivam das leis das suas propriedades, a imutabilidade rege também os seres como os fenômenos. Se esta não existisse aquela não existiria. Em quaesquer dos casos, porém, verifica-se um arranjo real, no meio da aparente confusão; comprova-se, em vez da desordem, a ordem universal.

A lei da imutabilidade é a lei das leis descobertas desde o domínio matemático até o moral ou psíquico. Seriado tôdas as que se foram descobrindo, desde Tales a Augusto Comte, induz-se que a variação regular de um fenômeno por meio de outro, ou a relação constante entre fenômenos variáveis — dous modos de definir a noção de lei — permanecendo estavel através dos tempos, tudo está sujeito a normas invariáveis, a leis imutáveis. Esta indução, dependendo da elaboração muitas vezes secular de tôdas as sciências, não podia ser formulada sem que houvesse terminado o estudo científico de tôdos os fenômenos. Por isso mesmo só depois que Augusto Comte submeteu à legislação científica os atributos mais complexos da sociedade e do homem, se poderia achar essa lei das leis. Assim só o Pensador Universal, ou outro que o sucedesse, estaria no caso de a descobrir. Descobriu-a aquêle Pensador. A lei da imutabilidade é lei de Augusto Comte.



NOÇÃO 5ª

A Lei da Modificabilidade

Podem os fenômenos ser considerados sob dous aspectos: o da sua intensidade e o da sua conexidade. Sob o primeiro, estudamos-os de per si, sem os comparar com outros da mesma ou diferente natureza, apreciando-lhes apenas a variação isolada; sob o segundo, comparamos dous ou mais atributos entre si, estudando-lhes as conexões, a sua variação simultanea.

Assim, contemplando um objeto circular, se destacarmos um de seus atributos — a circunferência — vemos que essa linha póde ter vários tamanhos, todos os tamanhos imagináveis. A mesma conclusão chegamos se do mesmo objeto separarmos outro efeito que lhe é peculiar — o raio. Num e noutro caso percebemos que os dous fenômenos geométricos — circunferência e raio — podem variar indefinidamente, assumindo todas as grandezas possíveis. Entre tanto, se não mais os tomarmos isoladamente, mas se comparamos as duas propriedades e apreciarmos a variação concomitante do raio e da circunferência, veremos que nenhuma delas póde assumir valores indefinidos, independentes uma da outra. Observa-se então que o aumento ou a diminuição de uma corresponde ao aumento ou à diminuição da outra, de sorte que se não póde tornar a circunferência cada vez maior ou menor, sem que o raio não se torne também cada vez maior ou menor. Observa-se mais que a variação dos dous fenômenos segue uma regra invariavel, que sempre a circunferência é igual ao dobro do raio multiplicado por um número constante que é maior do que 3 e menor do que 4, ou a circunferência dividida pelo dobro do raio dá um quociente maior do que 3 e menor do que 4. Trate-se de uma circunferência de 40 milhões de metros como a da Terra, ou da de 1 milionésimo do metro, como a de uma molécula — essa igualdade permanece a mesma, não se altera nunca. Chamando π — inicial da palavra grêga, que quer dizer circunferência — o número constante, e, substituindo o dobro do raio pelo diâmetro que o equivale — formula-se a lei geométrica: a relação da circunferência para o diâmetro é igual a π . Foi Arquimedes quem descobriu essa grande lei de geometria, calculando que $\pi = 22/7$ ou $3 + 1/7$.

Com esses dados podemos, à vontade, aumentar ou diminuir qualquer circunferência, aumentando ou diminuindo o seu raio e *vice-versa*, mas nunca poderemos construir circunferências que valham menos de 3 ou mais de 4 diâmetros, nem diâmetros menores que 1/4 ou maiores que 1/3 da circunferência.

Se dos fatos físicos passarmos aos vitas, chegaremos a resultados análogos.

Assim todo organismo possui uma certa quantidade de calor; variavel entre limites, a quem ou além dos quaes, a vida se altera, e acaba por se extinguir. Apreciando o fenômeno em relação ao homem, — que é dos organismos o que mais importa — verifica-se que a sua temperatura oscila entre 36°, 5 e 37°, 5. É pois lei biológica que o organismo humano tem a temperatura média de 37°. Se descer a 34° ou subir a 38°, tem-se a *algidez* ou a *febre*, estados anormais, estados mórbidos do organismo, precursores da morte que é a sua consequencia fatal se a temperatura atinge os limites de 32° ou 42°.

O índice da saúde e da moléstia é fundamentalmente o mesmo: uma certa porção de calor. A diferença é apenas de grão.

Há sempre uma relação entre os fenômenos vitais e a temperatura do organismo. A vida normal ou anormal do homem manifesta-se invariavelmente por fenômenos térmicos, por temperaturas, que geralmente oscilam entre 32° e 42°, a quem ou além das quaes é o domínio da morte. Por isso a algidez e a febre não constituem estados do organismo de natureza diversa do estado normal; mas simplesmente esse mesmo estado normal em diversas fases de sua intensidade. Ainda uma vez — de acôrdo com a espécie dos fenômenos vitais, que não podem ser medidos com a precisão dos geométricos — vê-se a variação abranger apenas o *gráo* e não o *arranjo* dos atributos correspondentes.

Estendendo essa noção a todos os fenômenos vitais, Broussais formulou a célebre lei que reduz a patologia à fisiologia, isto é, o estudo dos fenômenos da moléstia ao dos fenômenos da saúde, mostrando que entre uma e outra não há, como se pensava dantes, diferença de natureza, mas apenas distinção de gráo. O organismo sã é o que está em perfeito equilíbrio de órgãos e funções, e o doente é o que perdeu apenas esse equilíbrio, mediante influências exteriores ou interiores, sem manifestar outros efeitos além dos naturais, mais ou menos anormalizados pelo desequilíbrio orgânico ou funcional.

Se percorressemos toda a escala dos fenômenos, se além dos exemplos considerados de atributos geométricos e vitais, apreciássemos também os astronômicos, físicos, químicos, sociais e moraes ou psíquicos, veríamos que no estudo de todos eles há sempre uma parte fixa, invariável, que não muda: é a conexão, o arranjo que entre eles existe; e outra parte, inconstante, variável, que é relativa à intensidade deles. De sorte que os fenômenos podem ser modificados em sua intensidade mas nunca nas suas relações. Daí a lei indutiva, generalizada por Augusto Comte, segundo o aforismo de Broussais:

As modificações quaesquer da ordem universal limitam-se à intensidade dos fenômenos cujo arranjo permanece inalteravel (1).



(1) Considerando simultaneamente os três princípios iniciais da Filosofia Primeira, vemos que todos eles resultam de igual concurso do mundo e do homem, do objeto e do sujeito, donde serem considerados o grupo tanto objetivo como subjetivo dessa filosofia.

A lei da relatividade, regulando a formação das hipóteses, incorpora os dados adquiridos no mundo pela experiência universal dos séculos e manifesta a tendência do espírito à simplicidade, à beleza e à simpatia.

A lei da imutabilidade, regulando o modo de variação dos fenômenos e dos seres, combina os dados fornecidos pela observação do mundo, com a propensão da inteligência em ligar os resultados dessa observação.

A lei da modificabilidade, regulando a natureza das variações dos fenômenos e dos seres, combina também a objetividade dessas variações com a subjetividade das relações que comprova.

Em todos os tres casos, os elementos constantes de todas as nossas concepções — o mundo exterior e o mundo interior, o mundo objetivo e o mundo subjetivo — entram em quantidade igual na constituição dos tres theoremas fundamentais da ciência universal, que é a Filosofia Primeira. Em nenhum deles, nenhum desses mundos prepondera mais do que outro. Em todos tres, o objetivo e o subjetivo contribuem com o mesmo contingente. O que os distingue logo dos outros principios, em que há maior ou menor preponderância da objetividade ou da subjetividade.

NOÇÃO 6ª

A Lei das Construções Subjetivas

Construção subjetiva é tudo o que nosso cérebro constrói. Tudo o que pensamos, partindo de nós, provindo do sujeito, é por isso mesmo criação nossa, *construção subjetiva*. Mas tal construção não surge espontaneamente; não é inata. Resulta de elementos que ao homem fornece o mundo; provém de objetos, por assim dizer, ingeridos pelo sujeito; nasce de materiais objetivos. De sorte que toda construção subjetiva promana de uma correspondência entre dois mundos: o exterior e objetivo, e o interior e subjetivo. Toda concepção depende do homem e do mundo, do sujeito e do objeto.

Em que consiste essa dependência, como se realiza a combinação dos dois fatores que operam a construção?

Vejamo-lo.

Dada a impressão, ou o contato do objeto com o sujeito por meio dos sentidos, é ela conduzida ao cérebro, onde se dá a percepção. Surge assim a construção subjetiva, baseada na sensação impressa e percebida.

Exemplifiquemos.

Os raios do Sol imprimem em a nossa retina uma vibração especial; levada ao cérebro, faz-nos perceber a existência do astro; temos consciência da sensação; formamos então a idéia do ser que chamamos Sol. Como simultaneamente experimenta o nosso tato uma impressão diversa da visual, a qual experimentamos sempre que a luz solar ou qualquer outra toca a nossa pele, constatamos a propriedade que tem o astro de produzir o que chamamos *calor*, a propriedade de nos aquecer, e formulamos a proposição: *o sol é quente*.

Assim as nossas construções subjetivas constituídas pelas palavras *sol* e *quente* — e pelo conceito — *o sol é quente* — são oriundas do material objetivo fornecido pela sensação — a luz e o calor do sol.

Entretanto nem sempre a concepção corresponde exatamente à sensação.

Quando se afirma a existência de centauros, sereias e esfinges e se proclama que são todos seres vivos, não quer isso dizer se tenha recebido do mundo a impressão deles; não significa sejam eles objeto das nossas observações; não se conclue se haja recebido pela sensação de cada um, a idéia correspondente — pois não existem na natureza os seres bi-formes: homens-cavalos, como os centauros; mulheres-peixes, como as sereias; mulheres-leões, como as esfinges — mas que os formamos ficticiamente no nosso cérebro, combinando os elementos reais fornecidos pelo mundo: homens, mulheres, cavalos, peixes e leões. De sorte que ainda assim, as construções subjetivas, senão direta, indiretamente, correspondem aos materiais objetivos. A só distinção — e distinção importantíssima e peremptória — é que no primeiro caso, o cérebro é o espelho exato do mundo e no segundo, o reflete, deformando-o; no primeiro, a subjetividade representa o real; no segundo, o fictício.

Repetindo semelhantes exemplos, chega-se à conclusão de que todas as nossas concepções, por mais absurdas que sejam, por mais afastadas da realidade, nascem dela. Todos os seres fictícios, todos os conceitos indemonstráveis têm origem objetiva.

Quando se concebe o Deus católico, concebe-se o tipo humano num grão de perfeição absoluta, que redundará até em dar-lhe atributos contraditórios, como o sumo poder, a summa inteligência e a summa bondade.

Como Deus, todos os seres fictícios nascem dos seres reais mais ou menos deformados pelo nosso cérebro. O que distingue os reais, dos fictícios é que a concepção dos primeiros é o reflexo exato do mundo, e a dos segundos, é a representação alterada dele.

Igualmente têm o mesmo caráter todos os conceitos, sejam positivos, sejam quiméricos.

Quando se postula que — *numa superfície plana a linha reta é o caminho mais curto de um ponto a outro* — formula-se uma proposição oriunda da realidade exatamente refletida. A observação direta e precisa dos fatos geométricos leva a semelhante postulado.

Quando se diz que — *Deus criou o mundo em seis dias* — afirma-se um conceito oriundo também de dados fornecidos pela realidade, mas da realidade inexatamente refletida, erradamente observada.

Certo é real que para fazer algo é necessário quem o faça e algum tempo para o fazer; toda obra tem autor e é feita num determinado prazo. Ora o mundo existindo como existem as obras fabricadas pelos homens, é natural que os espíritos preocupados com a origem de tudo, o considerem a obra de um autor que o tenha feito, num tempo dado; daí a fórmula da cosmogonia bíblica — *Deus (autor) criou (fez) o mundo (obra) em seis dias (tempo)*. Esquecem esses espíritos que semelhante raciocínio nada prova; leva apenas a uma série infinita de deuses, sem que nunca se atinja ao deus primitivo, ao primeiro criador dos criadores, ao deus de todos os deuses...

Como a teologia politeica imaginou a ficção dos centauros, sereias e esfinges, baseada na observação real de homens, mulheres, cavalos, peixes e leões, a teologia monoteica formulou o conceito fictício da criação divina do mundo, fundada na observação real das ações humanas.

De tudo que acabamos de expor, conclue-se que, invariavelmente, — *a nossa inteligência tende sempre a subordinar as construções subjetivas aos materiais objetivos*. É a lei das concepções, a lei das construções subjetivas, que pôde ser enunciada como um preceito segundo a fórmula de Augusto Comte, que a sistematizou, generalizando o princípio de Aristóteles, desenvolvido por Leibnitz e completado por Kant: *Subordinar as construções subjetivas aos materiais objetivos*.

Aristóteles, o verdadeiro descobridor do célebre teorema filosófico, enunciou-o assim: *Nada existe na inteligência que não esteja primeiro nos sentidos (nihil est in intellectu quid non prius fuerit in sensu)*. Esse enunciado contém essencialmente a lei das construções subjetivas, mas dá à inteligência um caráter inteiramente passivo, quando, ao contrário, lhe cabe a função ativa de elaborar, de digerir, por assim dizer, os materiais fornecidos pela sensação, a fim de construir o mundo subjetivo. Meditando sobre o assunto, Leibnitz completou Aristóteles. Transformou-se nesta, a fórmula aristotélica: *Nada existe na inteligência que não esteja primeiro nos sentidos, a não ser a própria inteligência (nihil est in intellectu quid non prius fuerit in sensu, nisi intellectus)*. Mais tarde Kant, estabelecendo a distinção geral entre o objetivo e o subjetivo, completou o aforismo do pensador de Estagira, relacionando ao objeto tudo que vem dos sentidos e ao sujeito tudo que é da inteligência. Nesse caso adquire o teorema aristotélico-leibnitziano toda a generalidade e precisão, pois o subjetivo não concerne só à inteligência, mas ao homem todo.

abrange cérebro e corpo, e o objetivo totaliza apenas o mundo exterior, independente das sensações, fóra dos sentidos; que aquelas e estes já são de ordem subjetiva, já concorrem como elemento do sujeito e não do objeto. Com o complemento de Kant poder-se-ia enunciar nestes termos aquêl teorema: *Nada existe no sujeito que não esteja no objeto, salvo o próprio sujeito.*

Mas, demasiado vago, êsse enunciado não caracterizaria suficientemente a lei das concepções, que é o objeto essencial do aforismo de Aristóteles; daí a fórmula definitiva de Augusto Comte:

Subordinar as construções subjetivas aos materiaes objetivos.



NOÇÃO 7^a

A Lei das Imagens

Imagem é toda a impressão que se reproduz no *sujeito* sem o concurso do *objeto* que antes a produziu.

Impressão é o contato próximo ou distante do *objeto* com o *sujeito*.

No primeiro caso o cérebro percebe uma sensação *anterior*; no segundo, uma sensação *atual*.

Imagem é a sensação *mediata* dos objetos. Impressão é a sensação *imediate* deles.

Assim, olhando a Lua tem-se a *impressão* do astro; fechando os olhos, a sua *imagem*. Na primeira hipótese há o contato direto, imediato do planeta com o observador por meio da visão; na segunda, cessa a ação direta do objeto mas permanece o efeito da impressão, fica a *imagem*. De sorte que a diferença entre um e outro fenômeno consiste apenas na presença ou na ausência do ser que o produz. A impressão é uma sensação presente; a imagem uma sensação que passou. Supõe a primeira, a presença imediata do mundo exterior — toda impressão é essencialmente exterior. Supõe a segunda, a sua presença mediata, ou a sua ausência atual — toda imagem é essencialmente interior.

Comparando as duas sensações — a impressão exterior e a imagem interior — nota-se facilmente que sentimos mais as impressões que as imagens.

Ouvindo uma melodia, é incomparavelmente mais profunda a nossa emoção do que quando apenas nos lembramos dela, porque a impressão sonora desperta com mais energia os nossos sentimentos do que a simples imagem dos sons. O vinho que se bebe dá uma sensação maior que a do vinho que se bebeu. A queimadura que nos afligiu não se compara à sensação de calor que a sua lembrança sugere: é esta infinitamente menor que aquela. Qualquer que seja a sensação, é sempre mais forte, mais intensa, quando oriunda da impressão exterior, do que da imagem interior.

Ainda quando bastante intensas, a ponto de provocarem fenômenos análogos aos das próprias impressões, como as imagens dos sabores ácidos, são sempre menos fortes as imagens que as impressões. Assim, por exemplo, a acidez que sentimos chupando tamarindos é sempre maior que a determinada pela imagem desse sabor, embora num e noutro caso se produzam as reações orgânicas tão conhecidas, caracterizadas por abundante secreção salivar: tanto a impressão como a imagem nos *põem água na boca*, segundo a linguagem popular, mas é muito maior a reação quando oriunda da impressão do que da imagem sávida.

Além de mais intensa, mais viva, a imagem do objeto presente que a do ausente, é também mais distinta, revela-se perfeitamente caracterizada, sem confusão, com toda a nitidez. Olhamos uma tela, uma pintura, e contemplamo-la em todos os seus pormenores. Deixamos de a contemplar, recordamo-la apenas, eis que nos aparece em linhas geraes, esmaecida no nosso cérebro, sem as minúcias de antes, sem a clareza da sensação diretamente percebida.

Essa diferença entre as impressões e as imagens, tão facilmente verificada quando se trata do mais sintético dos sentidos, que é a visão, manifesta-se igualmente em relação aos outros, apesar de não terem as impressões obtidas por muitos desses, a mesma nitidez das recebidas pela vista, porque todas as sensações são normalmente acompanhadas da sensação visual.

Há de fato oito e não sómente cinco sentidos: 1º, o tato ou sentido da pressão; 2º, a musculação ou sentido do péso; 3º, a calorificação ou sentido do calor; 4º, a eletrificação, ou sentido da electricidade; 5º, a olfação ou sentido do cheiro; 6º, a gustação ou sentido do sabor; 7º, a audição ou sentido do som; 8º, a visão ou sentido da luz. De sorte que tôdas as nossas impressões e imagens resultando do exercício d'esses órgãos sensitivos, que as recebem e transmitem ao cérebro, podem agrupar-se em oito categorias, mas realmente, no individuo são, de constituição normal, tôdas elas concorrem com a que as domina, a que lhes é preponderante — a sensação visual.

Quando apalpamos uma bola de ouro, suspendemos uma barra de ferro, nos apossimamos da chama de uma vela, tocamos num disco eletrizado, aspiramos o perfume de uma flôr, provamos um gole de vinho, ouvimos uma canção, a impressão exterior dada pelo tato, pela musculação, pela calorificação, pela eletrificação, pela olfação, pela gustação, pela audição é quasi sempre acompanhada pela que nos proporciona a vista, d'hando a bola, a barra, a chama, o disco, a flor, o vinho e o cantor.

Certo as oito sensações podem ser percebidas separadamente, com especialidade as que se originam de aparelhos sensoriaes bastante diferenciados, como os olhos e os ouvidos, mas de fato concorrem com a sensação visual, que lhes dá mais clareza e algumas vezes mesmo mais intensidade, embora em certos casos não seja muito comum a última hipótese, porquanto a vista contribue antes para distrair do que para concentrar o paciente, diminuindo-lhe a sensação especial que estiver experimentando. Nêsse caso até a *passividade* da visão concorre para intensificar a *atividade* dos outros sentidos. Muitas vezes fechamos os olhos para ouvir melhor. Isso, porém, não anula o conceito de que vendo o objeto que nos impressiona pelo tato em tôdas as suas modalidades, pelo olfato, pelo gosto, pelo ouvido, não tenhamos impressões, e por conseguinte imagens, mais definidas, mais precisas d'êle do que se não nos viesse em auxílio a sensação visual. Pôde dizer-se que tôda sensação é finalmente redutivel a uma sensação visual. Por isso mesmo adotou-se para representar o efeito cerebral de tôdas as sensações, o termo primitivamente empregado para designar apenas o produzido pela sensação visual. Tôdo efeito d'esse gênero chama-se *imagem*: imagem do objeto presente, que é a *impressão*, e imagem do objeto ausente, que é a *imagem* propriamente dita.

Mas, apesar da redutibilidade das sensações à sensação visual, não fica menos certa a existência distincta de oito sentidos, consequentemente que há impressões e imagens táteis, musculares, calorificas, elétricas, olfativas, gustativas, auditivas e visuaes, e que entre elas se verifica serem as primeiras mais intensas e mais claras que as segundas. Donde o grande princípio indutivo, a lei das imagens, presentida por Hume e Diderot, mas só realmente descoberta por Augusto Comte, que a formulou nêstes têrmos:

As imagens interiores são sempre menos vivas e menos nítidas que as impressões exteriores.



NOÇÃO 8ª

A Lei da Imagem Normal

Quando se contempla o mundo, recebem-se múltiplas impressões, que se transformam em outras tantas imagens.

Assim, lançando a vista ao céu, num dia luminoso, depara-se-nos o Sol a brilhar no firmamento tódo azul; num dia de chuva, mal vemos a luz solar através das núvens carregadas e nêgras, só às vezes rápido iluminadas pela sentelha dos coriscos; numa noite de luar, divisamos a Lua quase solitária, seguida de um ou outro planêta, e apenas em meio dos pontos luminosos das estrêlas longínquas.

Assim, se abirmos os olhos num parque, plantado de árvores frutíferas, de onde pendem mangas e laranjas, ou pêssegos e maçãs a nossa vista e o nosso olfato levam simultaneamente ao cérebro as imagens das árvores e dos frutos.

Assim, penetrando num templo católico, em dia de festa, impressiona-nos ao mesmo tempo a beleza dos altares, o recolhimento dos fiéis, o cheiro do incenso, as vozes do côro.

E o céu, o Sol, a Lua, as estrêlas, as núvens, as árvores, as frutas, os altares, os fiéis, o incenso, as vozes geram imagens simultaneas, que despertam em nosso coração variadas emoções, que sugerem à nossa inteligência diversos pensamentos, que guiam a nossa atividade a diferentes ações.

A noite de luar dá-nos saudade e tentamos descrevê-la numa página de poesia em prosa ou verso. Então entre as imagens tôdas que despertou — a da noite, a da lua, a das estrêlas, a dos planêtas, a do céu — uma domina as mais: é a do astro que um poeta da prosa chamou com propriedade e beleza — o planêta da saudade. Em tôrno dessa imagem da lua, gravitam tôdas as outras.

No pomar, a beleza e o aroma das frutas estimulam o nosso instinto nutritivo e desejamos colhê-las; mas queremos apenas uma entre tôdas. Daí ser a fruta escolhida — a maçã, a que mais nos impressionou pela côr e pelo cheiro e ainda pela lembrança do sabor que experimentámos quando outra semelhante outr'ora ingerimos.

No templo, demorando a nossa vista sôbre os altares, fixamos a atenção sôbre o de Santa Tereza, cuja figura mais nos emocionou pelos traços do rosto, pela perfeição das fórmas, e pela lembrança da sua vida espiritual, cheia de virtudes e talentos. Sensação forte entre tôdas, desenhamos imediatamente um esbôço da santa, a mística amante de Jesus; origem do nosso futuro quadro.

Em tôdos os exemplos figurados, no meio da simultaneidade das imagens fornecidas pela contemplação e das que resultam da associação delas, há sempre uma que prepondera sôbre as outras: a da Lua no primeiro exemplo, a da maçã, no segundo, a de Santa Tereza, no terceiro.

Mas não é só. O próprio objeto cuja imagem prepondera, pode nos impressionar sôb diversos aspetos, donde nova simultaneidade das várias imagens do mesmo objeto, e a preponderância final de uma delas, que é a imagem normal.

O trabalho interior da elaboração das imagens, resultantes da contemplação e da meditação, é o que constitue a agitação cerebral. De sorte que após êle, verificando-se preponderar uma entre muitas, recebe a imagem preponderante o nome de *imagem normal* e se for-

mula o princípio descoberto por Augusto Comte, a lei da imagem normal:

A imagem normal tende a preponderar sobre todas as que a agitação cerebral faz simultaneamente surgir.

Enunciado como preceito, toma o princípio a forma que lhe deu o próprio Augusto Comte:

A imagem normal deve ser preponderante sobre as que a agitação cerebral faz simultaneamente surgir (2).



(2) Referindo-se a operações cerebraes, são inteiramente subjetivas as leis da 2ª série da Filosofia Primeira. E como independem essas operações do tempo em que se realizam, são leis do equilíbrio e não do movimento cerebral.

O cérebro recebe impressões, estas se transformam em imagens, e no meio das imagens uma prepondera sobre as outras. Tudo esse trabalho do entendimento se faz, se fez e se fará sempre assim; é comum a todas as épocas. É um trabalho subjetivo e representa a estrutura fundamental do entendimento. Ora, quem regula a primeira operação — o recebimento da impressão — é a lei das construções; a segunda — a formação das imagens — é a lei das imagens; e a terceira — a preponderância de uma imagem — é a lei da imagem normal; logo, todas essas leis são realmente subjetivas e estáticas; são as leis estáticas do entendimento.

NOÇÃO 9ª

A Lei da Evolução Intelectual

Estudando a sociedade e o homem, Augusto Comte descobriu em 1822 o princípio de variação da inteligência, a lei da evolução intelectual. Denominando-a *lei dos três estados*, formulou-a afinal nêstes termos: *Cada entendimento oferece a sucessão dos três estados, fictício, abstrato e positivo, em relação às nossas concepções quaesquer, mas com velocidade proporcional à generalidade dos fenômenos correspondentes.*

Resulta a demonstração dessa lei, da contemplação do espetáculo histórico e do exame da alma humana.

Quando se estudam as origens dos povos, verifica-se que tôdos êles começam explicando o mundo e o homem por meio de vontades inerentes a tôdos os seres.

Conhecendo-se apenas, sabendo pela experiência diária que cada um *quer* os atos que pratica, e ignorando tudo o mais, os humanos primitivos são levados a assimilar tôdos os fenômenos a *atos* e todos os seres a seres dotados de *vontade*.

Se o homem bebe é porque tem vontade de beber, se a pedra cae é porque tem vontade de cair. Se o homem, porque quer, acende a fogueira e ilumina a cabana, o Sol alumia e aquece a Terra porque tem vontade de a iluminar e aquecer. Se o homem incendeia a plantação do inimigo, porque lhe quer fazer mal, o raio fulmina o rebanho, porque quer fazer mal ao pastor. Tudo o que succede, parta donde partir, resulta da vontade dos seres, cousas, plantas ou animaes. E como muitas dessas vontades são altamente úteis ou nocivas, muito boas ou muito más, e ao mesmo tempo inevitáveis e fataes, adquirem os seres correspondentes a supremacia sôbre os outros e tornam-se alvo do respeito, da admiração, do culto dos homens. Tudo são *fetiches* ou *feitios*. Adoram-se, então, animaes, plantas, pedras e astros.

Depois, a proporção que os primitivos começam a contemplar melhor a si mesmos e ao mundo, depois que uma longa observação lhes ensina que o homem dormindo não tem vontade e que durante o sono realiza atos que os sonhos revelam, nasce-lhes a idéa de que a vontade não é inerente aos seres mas se encontra nalguma cousa que os acompanha na vigília e dêles se afasta quando dormem. É essa alguma cousa que *quer* os atos praticados na vigília e no sono; essa alguma cousa é a *alma*, o *espírito*. Assim cada ser possui uma alma: existem as almas das cousas, as almas das plantas, as almas dos animaes, como as almas dos homens. São elas que têm vontade. De sorte que as vontades manifestadas pelos seres superiores assumem a função de almas, de espíritos superiores pairando acima das almas, dos espíritos inferiores. São aquelas almas, aquêles espíritos superiores que governam o homem e o mundo. Cada grupo de atributos cósmicos e humanos está sôb a dependência dêsses espíritos, dessas almas. E como na vida social são homens os que governam, aquelas almas, aquêles espíritos assumem fôrma humana; constituem uma pleiade de super-homens; são os *deuses*.

Agora as *vontades* não são mais interiores, mas exteriores aos seres. Não são mais *fetiches*, são *deuses* que dirigem o homem e o mundo. Então não se adoram mais o Sol, a Lua, os Planêtas, as Plantas, os Animaes, os Homens, mas o deus do Sol, a deusa da Lua,

os deuses dos vários Planétas, os deuses que regem as diversas manifestações da vida dos Homens.

Mas como nas assembléas humanas há sempre um chefe, nas divinas também os há; de sorte que com o perpassar das eras esse chefe dos deuses passa a ser o único deus. Em vez de o govêrno do mundo e do homem depender da vontade de muitos deuses, depende da de um só deus; taes Jeová, Alá, Jesus.

Em tôdo esse regimen de vontades interiores ou exteriores aos seres, destaca-se o caráter comum a tôdas: a *ficção*. Nem os *fetiches*, nem os *deuses*, nem *deus* são seres reaes. Todos êles provêem, como não podiam deixar de provir, da realidade, mas não a refletem com o grão de exatidão necessário para exprimi-la. São pois *seres fictícios*.

Tôdo esse período histórico em que se explica o mundo e o homem sucessivamente por fetiches, deuses e deus, é a primeira fase da civilização, o primeiro estado da evolução social; é o estado fictício, tripartido em *fetichismo*, *politeismo* e *monoteismo*. E como o nome de *deus* possa ser estendido das *vontades indirectas* às *vontades directas*, como os fetiches possam ser chamados deuses — tôdo esse período inicial constitue o *estado teológico* da Humanidade.

Mas, a medida que a sociedade evolue, passando de uma a outra fase teológica, observa-se que certos atributos, certos fenômenos são explicados sem o concurso dos deuses.

Assim, enquanto a vida e a morte, a guerra e a moléstia eram fatos sujeitos ao arbítrio das divindades, as primeiras combinações numéricas eram independentes delas. Na China fetichista, como na Grécia politeista e na Judéa monoteista, não se recorria ao Céu, a Zeus ou a Jeová para somar, diminuir e multiplicar, ou para saber que, independente das vontades do fetiche chinês e dos deuses grêgo e judaico, dous e dous são quatro, a ordem dos fatores não altera o produto. Quer dizer isso que, estudando as propriedades mais elementares dos seres, comparando-as entre si, combinando-as, abandonou-se a preocupação de as explicar por vontades interiores ou exteriores, e se começou apenas a determinar as relações que entre elas existem, achar as suas leis. Assim se ficou sabendo que sem a intervenção de vontades os atributos numéricos mais simples podiam ser explicados. Graças a essa explicação, podiam ser previstos e modificados. Assim, conhecidas as parcelas podia ser determinada a totalidade delas, como conhecida uma soma de duas e uma delas podia ser prevista a outra; conhecidos dous fatores, podiam ser alterados sem modificar o produto. E como êsses, outros casos se começaram a apresentar, onde se tornava inútil a intervenção dos seres fictícios.

Continuando a evoluir, novas relações foram achadas. As numéricas, juntaram-se as geométricas e mecânicas. Apreciando a extensão e o movimento acharam-se-lhes as primeiras leis.

Comparando os ângulos de um triângulo ao ângulo reto, Tales achou a relação constante que os liga: a soma dos primeiros sempre igual ao dôbro do último. É o teorema angular, base da geometria.

Arquimedes, apreciando o efeito de pêsos sobre a extremidade das barras, constatou que para equilibrar um dêles era preciso que o outro fosse tanto maior ou menor quanto menor ou maior era a distância dêste ao ponto fixo da barra; de sorte que se se lhe desse um ponto de apoio, o grande geometra poderia suspender o mundo. É o princípio da alavanca; um dos teoremas fundamentaes da mecânica.

Hiparco, por uma série de observações do espetáculo ceieste, notou que a volta do Sol à mesma estrêla variava entre dous equinócios de uma quantidade constante, isto é, que, partindo o Sol e a estrêla de um mesmo ponto do céu, o chamado ponto *vernal*, depois do aparente movimento anual o Sol precedia a estrêla de 50",3, de sorte que só no fim de vinte e cinco séculos se repetia a coinci-

dência inicial. É a grande lei da precessão dos equinócios, consequência e fundamento de outras leis da astronomia que Hiparco assim fundava.

Continuando a evolução, novas relações matemático-astronômicas são descobertas e começam a aparecer também as reguladoras dos fenômenos físico-químicos. Galileu, 14 séculos depois de Hiparco, estudando o movimento dos corpos sobre um plano inclinado, verifica variarem as distâncias percorridas, como a série dos números ímpares ou que os espaços percorridos são proporcionaes ao quadrado dos tempos. É a lei da queda dos corpos, início da Física. Lavoisier, dous séculos mais tarde, operando composições e decomposições de corpos, descobre a lei da conservação dos pesos: o peso do composto é sempre igual à soma dos pesos dos componentes.

Bichat, pouco depois, proclama a vida física, vegetativa ou animal, como propriedade inerente aos tecidos dos corpos organizados, independente de almas e fluidos. Gall demonstra por esse tempo que a vida psíquica, espiritual e moral, é puro atributo do cérebro. Finalmente Augusto Comte descobre as relações mais transcendententes, e demonstra que os fatos históricos, os fenômenos políticos, como todos os outros, são regidos por leis naturaes, sem fluidos nem vontades.

Assim, a medida que passa o tempo vão os fenômenos se despreendendo da tutela dos deuses e caindo sob o domínio das relações imutáveis. Não são os deuses mas as leis que regem os atributos de todos os corpos, brutos ou organizados, mortos ou vivos, individuais ou coletivos. É esse regimen das leis que constitue o *estado científico, positivo* da Humanidade.

Mas do regimen provisório das vontades não passou logo a Humanidade para o regimen definitivo das leis. Houve um período intermediário, um estado transitório, o regimen das entidades.

Então os fenômenos não se explicam por vontades fictícias, nem por leis reaes, mas por abstrações materializadas.

Assim, a queda dos corpos não resulta teologicamente da vontade dos deuses mas da ação de uma entidade que o arrasta para o centro da terra: a gravidade. Os corpos são quentes, luminosos ou elétricos, não mais porque os deuses lhes dão calor, luz e electricidade, mas porque há fluidos imaginários que os produzem, como o *calórico*, ou resultam das vibrações de um meio, também ideal, o *éter*. Os corpos vivos não são dotados dos fenômenos que os caracterizam senão porque o *fluido vital* os anima. E o homem ama, pensa e age porque ha nêle uma substância imaterial, a *alma*, dotada dos atributos intelectuaes e moraes.

Esse estado de transição entre a teologia e a ciência, é a metafísica. A explicação dos fenômenos, e portanto dos seres, por meio de entidades, define o estado *metafísico* ou *abstrato* da razão humana.

É o estado metafísico um estado equívoco, porque as entidades são abstrações, que podem ser consideradas, ora como imagens das vontades fictícias, ora como simples enunciados dos fenômenos, conforme o espírito humano estiver mais próximo do estado teológico ou do estado científico. Assim, a *gravidade* é uma pura ficção teológica se considerada como a imagem materializada de uma vontade exterior aos corpos, e uma abstração científica, tomada como o enunciado do fenômeno real da queda dos corpos; e a *alma* outra ficção teológica, entendida como a substância imaterial, dotada de vontade, que anima o homem e fa-lo amar, pensar e agir, ou abstração científica, designando o conjunto das funções do cérebro.

Em resumo, o espetáculo histórico revela-nos a passagem successiva das concepções humanas por três estados: o teológico ou fictício, o metafísico ou abstrato e o científico ou positivo.

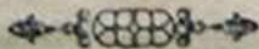
Não quer porém dizer isso que essa evolução se verifique simultaneamente em relação a todos os fenômenos. Não. Primeiro dá-se apenas quanto aos fenômenos mais geraes e depois aos mais especiaes, de sorte que uma mesma época da história apresenta ao mesmo tempo concepções teológicas, metafísicas e científicas, relativamente a diferentes fenômenos. Hoje, por exemplo, os povos modernos, especialmente os occidentaes ou occidentalizados, pensam scientíficamente em relação aos fatos astronômicos e físicos, e teológica e metafísicamente em relação aos sociaes e moraes. Ninguém acredita mais que os deuses ou Deus façam de um círculo um quadrado, ou que evitem a produção de um eclipse, mas uma grande maioria, letrada ou não, acredita que Deus possa evitar ou atenuar as guerras e as moléstias, e que a alma imaterial e a soberania popular regem o homem e a sociedade.

Eis porque contemplando o espetáculo histórico observa-se que o regimen das leis surgiu primeiro entre as propriedades numéricas para ir pouco a pouco penetrando entre os outros atributos menos geraes: a extensão, o movimento, os fatos astronômicos e físicos, os fenômenos químicos e vitaes, os fatos políticos e moraes.

Não é só o espetáculo histórico que nos demonstra a lei dos três estados. Prova-a tambem o exame da evolução individual.

A criança é fetichista. Tudo para ela é animado de vontades, como ela própria. Assim quando cae, sofre uma contusão, batendo nalgum objeto, procura castigar o que a contundiou, pois supõe que as cousas são dotadas de vontade, o objeto que a feriu quiz feri-la. Mais tarde são as vontades exteriores que a guiam. Acredita em anjos, fadas, demônios, almas do outro mundo, em deuses e deus; todas crenças que se fortalecem e continuam mais ou menos na adolescência, e na juventude, se para tal concorrem a educação doméstica e cívica. Só muito depois, por si mesmo e pelo meio em que se desenvolve, começa a substituir a razão teológico-metafísica pela razão positiva. E se não se liberta totalmente das crenças primitivas em relação à sociedade e ao homem, fica livre delas relativamente aos fatos de ordem física, e com a tendência cada vez mais acentuada para atingir à completa libertação.

Assim, a evolução individual reproduz a evolução coletiva; e em ambos os casos se chega à mesma lei de evolução. Tanto o espetáculo histórico como a análise da alma, demonstram que a razão humana apresenta três estados, que se sucedem com velocidade proporcional à generalidade dos fenômenos: o estado teológico ou fictício, o metafísico ou abstrato e o científico ou positivo. É a grande lei dos três estados, com que Augusto Comte inaugurou a Sociologia, ou melhor a dinâmica social — porque a estática Aristoteles já havia fundado — e constitua um dos princípios universaes da ciência, a 7ª lei de Filosofia Primeira.



NOÇÃO 10ª

A Lei da Evolução Ativa

Examinando a ação coletiva e individual do homem sobre o mundo — o que constitui a atividade prática, a atividade propriamente dita — descobriu-lhe Augusto Comte o princípio de variação, a lei da evolução ativa, a lei dos três estados práticos, que assim enunciou: *A atividade é primeiro conquistadora, depois defensiva e finalmente industrial.*

Realmente, acompanhando as ações de cada homem, da infância à madureza, notam-se-lhe caracteres que as definem e distinguem.

Criança, quando já capaz de agir por si, age, com mais ou menos violência, contra tudo que o contraria; quer satisfeitos todos os seus caprichos sob pena de chorar, gritar, esbravejar, destruir as cousas, bater nas pessoas. Para acalmá-la é preciso ceder ou reprimir também violentamente os acessos de cólera. Em geral resulta tudo isso do desejo de posse não satisfeita. É um brinquedo que lhe não pertence e quer possuir; é um bombom que quer chupar e não no deixam. Se o não impedem, apossa-se deles à força, pensando que procede muito bem. O garoto opera assim uma posse forçada; faz uma *conquista*.

Mais tarde, ao chegar à mocidade, as suas atitudes são menos agressivas, mas ainda violentas. Sem querer usufruir exclusivamente à força o que é de outrem, como faz a criança, procura o moço defender-se dos que lhe querem tomar o que julga seu. Assim, por exemplo, se objetos que aos falecidos paes emprestaram lhe reclamam, nega entregá-los apesar de não serem seus. Inventar ardis para o fazer e chéga a ameaçar com atos de força ao reclamante, cujo direito por falta de provas só se baseia em razões de ordem moral. Essa atitude é ainda um processo militar, embora menos enérgico; não é mais conquista, não é mais ataque; é *defesa*.

Finalmente, chegando a maior gráo de desenvolvimento, reconhece que a sua ação sobre o mundo deve ser praticada sem violência para obter o que não possui ou conservar o que lhe pertença. A dádiva e a troca, meios rudimentares primitivos de transmissão, anteriores à própria conquista ou com ela concomitantes, tornam-se, em plena madureza, exclusivamente usados. É a atividade puramente pacífica, sem emprégo da força e da fraude para adquirir ou conservar; não há mais luta ativa ou passiva, ataque ou defesa; há paz, há *trabalho*. Então a força não se exerce direta ou indiretamente, sobre as pessoas em favor de outras, mas sobre as cousas em favor das pessoas. O homem na maturidade dá ou troca pacificamente os bens, sem violência e sem fraude. Isso porém não quer dizer que anormalmente não haja crianças pacíficas e adultos belicosos. Mas num e noutro caso confirma-se a lei, porque se trata de exceções, de anomalias.

É também certo que nos meios civilizados, dada a influência secular da educação, essas fases são bem pouco diferenciadas nos indivíduos; de sorte que muito antes da madureza, ainda na adolescência, já o homem atingiu ao último gráo da atividade prática, salvo os remanescentes das fases anteriores, que irrompem muitas vezes entre as manifestações do estado final.

Não é senão apreciando a atividade coletiva que se pôde comprovar em toda a sua plenitude a lei dos três estados práticos.

É estudando a ação do homem sobre o mundo, no tempo, através das idades, e no espaço, nas diversas populações do glóbo, que se demonstra a lei da evolução ativa, verificando-se que a Antiguidade foi conquistadora, como as populações selvagens de hoje; a Idade-Média, defensiva, como algumas nações da Ásia, da África e da Oceânia; a Idade Moderna, industrial, como os povos ocidentais ou ocidentalizados da Europa e da América.

Remontando aos primórdios da nossa espécie, verifica-se que a atividade como a inteligência viram-se num bico sem saída ao alvorecer dos tempos.

Com efeito, precisando de fatos para formular teorias e de teorias para explicar os fatos, o homem primitivo não teve outra saída senão inventar ficções a guisa de verdades. Foram aquelas as primeiras explicações do homem e do mundo. Nasceram os deuses; surgiu o espírito teológico. Precisando também do trabalho para organizar a sociedade e da sociedade para desenvolver o trabalho, o homem primitivo resolveu a nova contradição pela conquista. Nasceu a guerra; apareceu a atividade militar.

A antipatia natural do homem primevo, como do selvagem de hoje, à existência laboriosa, a sua incapacidade para o trabalho, combinada com o aguilhão da fome, a necessidade de alimentação, levou-o a lutar pelo domínio de uns sobre outros e subsequente sujeição dos mais fracos aos mais fortes. Os segundos conquistam os primeiros. De sorte que aqueles se viram escravos e estes senhores; os fortes são militares, e os fracos trabalhadores. Os vencedores incorporando ao seu domínio os vencidos, aumentaram a extensão social pelo trabalho forçado dos vencidos. Assim formaram-se sucessivamente vastas coletividades; extensas populações; assim formou-se a maior delas: o *Império Romano*.

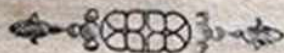
Mas a conquista atingindo os limites extremos pela completa incorporação das populações assimiláveis, teve de se transformar em defesa, quando foi necessário repelir as invasões de povos heterogêneos que pretendiam destruir os costumes pacíficos já introduzidos após a incorporação militar. A luta dos povos oriundos do Império Romano contra os invasores inassimiláveis, como os hunos, é a prova dessa mudança da conquista em defesa. Todo o período medievo da história é caracterizado por essa atividade puramente defensiva. As guerras de então são guerras defensivas. As próprias Cruzadas, apesar das aparências, não passam de expedições empreendidas em defesa da civilização ocidental ameaçada pela oriental; em prol da Cruz, contra o Crescente.

Finalmente, cessado o perigo das invasões, a atividade militar agressiva ou defensiva transforma-se em atividade industrial; a guerra é substituída pelo trabalho. É essa fase que caracteriza a Idade-Moderna. Não há mais indivíduos e povos sujeitos ao trabalho forçado ou meio livre, nem escravos nem servos, como na Antiguidade e na Idade-Média, mas só homens e povos livres.

Certo, apesar do sentido dessa evolução da guerra à paz, pela conquista, pela defesa e pelo trabalho, encontra-se a atividade industrial e pacífica em pleno domínio guerreiro, e guerras na era industrial, mas num e noutro caso trata-se de exceções e mesmo de fatos aparentes. Assim, as guerras modernas não são a guerra no sentido sociológico do termo — meio inevitável e eficaz de impôr a paz, peculiar ao infício da civilização — mas simplesmente explosão da cobiça coletiva para suplantarem influências industriais; lutas essencialmente econômicas que põem a seu serviço processos militares, ou então guerras ainda defensivas contra povos de fato moralmente retardados, não obstante o seu adiantamento mental e material. Exemplo típico das duas formas: a Grande Guerra, a guerra mundial de 1914.

Estudando também as populações atuais, manuseando os livros de viagens, chega-se ainda à conclusão análoga. Os selvagens americanos e oceânicos, muitos povos da Ásia e da África estão em pleno período guerreiro-conquistador, ou guerreiro-defensivo, de que outros já se libertaram, graças à influência da civilização ocidental. Em todo o caso, como a paz no Ocidente, a atividade exclusivamente industrial, ainda se não tornou realidade de toda prática, as populações naturalmente guerreiras continuam como tais apesar da influência das teorias pacifistas desse mesmo Ocidente. Mas, seja como for, a verdade abstrata é que os povos ocidentais ou ocidentalizados de hoje vivem em pleno período industrial, enquanto os que estão fora da influência ocidental ainda estão imersos na fase guerreira, conquistadora ou defensiva.

Como quer que seja, contemplando o espetáculo histórico ou o panorama geográfico, verifica-se que, apesar dos períodos críticos da marcha da Humanidade, a evolução ativa obedece à lei descoberta por Augusto Comte e entrevista por Hume e Dunoyer: a civilização começa pela conquista, desenvolve-se pela defesa e atinge ao seu ponto culminante pelo trabalho; é pois sucessivamente militar-conquistadora, militar-defensiva e por último, industrial.



NOÇÃO 11ª

A Lei da Evolução Afetiva

Compõe-se a alma humana de motores afetivos, faculdades intellectuaes e qualidades práticas. Téem tôdas por séde o cérebro. De sorte que, sem discurrir a natureza da alma, sem indagar se é apenas uma propriedade do cérebro, como ensina a ciência, ou uma entidade estranha que o toma por instrumento, como pensam os metafísicos, o certo é que sem cérebro não há alma; donde a definição positiva: *a alma é o conjunto das funções do cérebro.*

Dos três grupos de funções psíquicas, que são a fonte dos nossos afetos, dos nossos pensamentos e das nossas ações, as primeiras, as funções afetivas, não téem relação direta com o mundo exterior — a paixão é cega di-lo a sabedoria popular — e determinam o impulso que estimula o pensamento, produto das funções intellectuaes e provocam os atos, produzidos pelas funções práticas. Tôda a nossa vida psíquica depende pois fundamentalmente dos nossos sentimentos. Para pensar e agir é preciso sentir.

Mas os sentimentos emanados dos nossos órgãos afetivos são de duas categorias: uns nos levam a amar a nós mesmos, e outros a amar a outrem. Por uns vivemos para nós, por outros vivemos para outrem. Constituem os primeiros, o egoísmo e os segundos, o altruismo.

Dependendo dos sentimentos tôdas as nossas idéas e tôdos os nossos atos, serão umas e outros mais ou menos egoístas ou mais ou menos altruístas, conforme preponderem os instintos pessoais ou os móveis da sociabilidade.

Quando prepondera a personalidade, temos a existência puramente animal; quando a sociabilidade, a existência realmente humana; que o homem é o ser coletivo por excelência.

A vida plenamente social, só é compatível com a subordinação do egoísmo ao altruismo. Tende a perturbar-se ou extinguir-se, tôda a vez que essa subordinação desaparece pela igualdade do concurso, ou pela preponderância do egoísmo.

Saber como se fez essa subordinação do egoísmo ao altruismo através das eras, como evolve a sociabilidade resultante de tal preponderância — eis em que consiste o estudo da evolução afetiva.

Estudando-a, Augusto Comte formulou a lei: *A sociabilidade é primeiro doméstica, depois cívica e finalmente universal, segundo a natureza própria a cada um dos três instintos simpáticos.*

Para demonstrá-lo basta contemplar o espetáculo histórico e apreciar o desenvolvimento dos indivíduos, da infância à madureza.

E' da observação quotidiana assistir ao afeto das crianças pelas pessoas que imediatamente a cercam: os paes, os irmãos, os parentes. Estranhos lhes causam sempre medo e repulsa. Só quando percebem a acolhida que os seres caros, a êsses estranhos dispensam, é que as crianças a êles estendem o seu afeto, amando-os como a paes, a irmãos, a parentes. As afeições da criança limitam-se à familia.

Crescendo aumenta o círculo das afeições, e chegando à idade adulta, começa a ter o sentimento de seres coletivos superiores à familia: são a terra em que nasceu e vive, a gente que fala a mesma

língua e habita o mesmo solo; ama então a cidade e a pátria, como amava a casa e a família; às afeições domésticas, juntam-se as afeições cívicas.

Mais tarde ainda estendem-se as afeições a seres coletivos mais complexos. Além da sua cidade, da sua pátria, o adulto se afeição também às pátrias da mesma origem, onde se fala a mesma língua, onde existem instituições similares, e assim de grão em grão, chéga a abranger no seu afeto a terra inteira, considerando tôdos os povos como uma só família, uma só pátria, tôdos os homens como irmãos: é o apogeu de altruismo; atinge o indivíduo ao grão mássimo da sociabilidade, à sociabilidade universal.

Na infância o homem ama sobretudo a Casa e a Família; na mocidade, a Cidade e a Pátria; na madureza, a Terra e a Humanidade.

Certo essa evolução pôde não ser completa em muitas naturezas. Grande número delas limita o seu altruismo à Família; outras vão apenas até à Pátria e a minoria atinge, quando muito, a uma porção do Planeta. Mas a tendência natural, e cada vez mais acentuada, é a passagem sucessiva do amor da Família, ao amor da Pátria, e do amor da Pátria ao amor da Humanidade. Resulta o primeiro, do mais enérgico e menos nobre dos três instintos simpáticos — o *apêgo* ou amor entre iguaes; o terceiro, do menos enérgico e mais nobre desses instintos — a *bondade* ou amor dos superiores aos inferiores; e o segundo, do instinto simpático que é menos enérgico e mais nobre que o apêgo e mais enérgico e menos nobre que a bondade — a *veneração* ou o amor dos inferiores aos superiores.

Contemplando o espetáculo histórico, verifica-se análoga evolução.

Os povos primitivos, ainda imersos no fetichismo, limitam os afetos á família, único ser coletivo que realmente conhecem. De sorte que a sociedade por eles constituída é essencialmente uma sociedade familiar, fundada no apêgo. Memoravel êxemplo disso é a Civilização Chinezã, onde o fetichismo, perdurando excepcionalmente, organizou uma sociedade política e religiosa, baseada exclusivamente nos sentimentos domésticos. As relações existentes entre dirigentes e dirigidos têm tôdas o mesmo caráter das que existem entre paes e filhos. Antes da revolução de 1911, que acabou com o regímem monárquico e instituiu a república na China, o Chefe do Estado, o Imperador, era considerado *o pae e a mãe do seu povo*.

Estendendo a afetividade, das famílias às tribus e às castas, nas sociedades teocráticas, formaram-se por último as grandes aglomerações de povos incorporados por meios militares. Surgiu a noção de pátria: conjunto de famílias, ligadas por um mesmo govêrno político em tôrno de uma cidade preponderante. O Império Romano é o tipo do nôvo ser coletivo: conjunto de povos congregados em roda de Roma sôb o ascendente de um mesmo govêrno. Nascido na Espanha, na Itália ou na Gália, tôdos os habitantes do Império, quando adquiriam a qualidade de cidadãos, não o eram como espanhóes, italianos ou gaulezes, mas como romanos, filhos da cidade de Roma. *Civis romanus sum* — era o grande título de glória para o habitante do Império que o possuísse. Então assistiu-se à expansão extraordinária de um sentimento mais elevado, mais extenso, mais nobre que o amor da família: foi o amor da pátria, da sociedade cívica, fundada na veneração.

Finalmente, com o advento do Monoteísmo Cristão, ligando por uma crença comum, as pátrias oriundas da fragmentação do Império Romano, aparece um nôvo sentimento social ainda mais elevado, mais extenso e mais nobre — a Cristandade. Enquanto o amor da pátria reunia famílias diferentes, a Cristandade congregava pátrias diversas. Foi êsse nôvo afeto coletivo que, superando as diver-

gências posteriores do Monoteísmo Cristão, bipartido em Catolicismo e Protestantismo, se mudou em Ocidentalidade, e estendido do Ocidente ao Oriente, abrangendo todos os povos da Terra, constitui o sentimento da união internacional, que hoje se apregoa e é o precursor da sociedade universal de amanhã, fundada na bondade.

Assim, a sociabilidade surgida na Família, expande-se na Pátria e atinge o apogeu na Humanidade. É pois primeiro doméstica, depois cívica e por último universal, segundo a natureza dos três instintos simpáticos, apêgo, veneração, bondade, como registra a lei de Augusto Comte. (3)



(3) As operações cerebraes realizam-se invariavelmente segundo as leis estáticas do entendimento. Os seus resultados, porém, variam com o tempo, tanto no indivíduo como na espécie. Pensamos, agimos e sentimos observando sempre a subordinação do subjetivo ao objetivo, a vivacidade e nitidez das impressões relativamente às imagens, e a preponderância da imagem normal. Mas as idéas, os atos e os sentimentos que daí provêm, ora são ficções, conquistas ou afetos domésticos; ora entidades, ações de defesa e afeições cívicas; ora, finalmente, verdades positivas, trabalho industrial e amor universal. De sorte que, a par das leis que regulam o equilíbrio, há as que regem o movimento do aparelho cerebral: a par das estáticas há as leis dinâmicas do entendimento. São as três leis da evolução: intelectual, ativa e afetiva. Todas se podem denominar homônimamente, segundo a designação consagrada à primeira delas, chamando-lhes — *leis dos 3 estados*: a) lei dos 3 estados mentaes; b) lei dos 3 estados ativos; c) lei dos 3 estados afetivos. Constituem todas, a lei universal da evolução individual e coletiva. Evolução individual e coletiva, porque, essencialmente, a criança, como o homem antigo, raciocina segundo ficções, age como guerreiro e sente como membro de uma família; o adolescente, como o homem medievo, especula sobre entidades, exerce ações defensivas e cultiva os sentimentos cívicos; o adulto, como parte da humanidade de hoje, e toda a humanidade de amanhã, pensa em verdades positivas, pratica, trabalhos industriaes e sente a sociedade universal através das relações internacionais. É a todo esse dinamismo que presidem simultaneamente as leis da 3ª série da Filosofia Primeira. E presidindo à regulamentação de fenômenos do cérebro, de atributos do sujeito, são, como as estáticas, as leis dinâmicas do entendimento essencialmente subjetivas.

NOÇÃO 12ª

A Lei da Persistência

Chama-se persistência a propriedade do que persiste, do que permanece, do que subsiste, do que dura sempre. A lei da persistência é pois a que regula o modo de ser dos corpos brutos e organizados, constatando possuírem esses corpos o atributo de ficarem, sôb certo aspeto, sempre inalteráveis.

Mas que aspeto é êsse?

E' o seu estado estático ou dinâmico, de equilíbrio ou de movimento, sôb os quaes se apresentam tôdos os corpos.

Consiste a lei, que é o 10º princípio de Filosofia Primeira, nesta fórmula: *Tôdo estado estático ou dinâmico tende a permanecer espontaneamente sem nenhuma alteração, resistindo às perturbações exteriores.*

Como tôdos os princípios da ciência universal, é uma lei indutiva, nascida da observação. Demonstrá-la é examinar-lhe a verificação em tôdos os fenômenos: físicos, vitaes, sociaes e moraes ou psíquicos.

Entre os físicos avultam os celestes como o principal campo de verificação da lei. Basta lembrar que o Sol, os Planêtas e as Estrêlas, observados há milhares de anos, revelam o mesmo estado de equilíbrio e de movimento. As variações que se lhes descobrem resultam apenas do concurso das persistências. Assim, se o Sol, no seu movimento aparente, não volta tôdos os anos ao mesmo ponto do céu donde partiu, mas 20^m mais cedo, essa *variação* do ano trópico corresponde à *persistência* da retrogradação do ponto equinoxial. De sorte que a tendência a persistir permanece inalteravel. Como essas são tôdas as variações: resultam sempre das novas persistências.

Uma experiência física leva-nos à demonstração imediata do teorema da permanência.

Se tomarmos uma esfera, uma bola de bilhar, e lhe dermos um impulso sôbre uma superfície plana, vemo-la mover-se no sentido da linha reta e com a mesma velocidade. Se pelo pensamento suprimirmos o atrito e dermos ao plano uma extensão infinita, a esfera mover-se-á indefinidamente e uniformemente sem nunca parar, nem mudar de direção nem velocidade. E' êsse fato que constitue a base da fórmula inicial da lei, descoberta por Kepler, que a denominou, aliás imprópriamente, *lei da inércia*, e assim a enunciou: *tôdo movimento é naturalmente retilíneo e uniforme.*

A circunstância de se acharem a Terra e o mundo solar, e mesmo o universo sideral, cheios de movimentos variados e curvilíneos, nem de leve anula a verdade da lei; ao contrário, a confirma. Pois resultam as variações de velocidade e trajetória não só do atrito do meio como também das influências recíprocas dos corpos. Tanto assim é que, se imprimirmos a um côrpo um movimento curvilíneo, como no caso de uma pedra suspensa por um fio, e deixarmos, em pleno movimento de rotação, desprender-se a pedra, esta se moverá no sentido da tangente à curva descrita, isto é, seguirá uma linha reta. E na hipótese de cessar o movimento, ficará a pedra suspensa segundo a direção vertical até que a gravidade rompa o fio, e coloque a pedra no chão. Mas ainda assim nem por isso deixará ela de ser ativa, de persistir na atividade revelada quando em movimento curvilíneo ou no sentido vertical. Apenas ficará então em equilíbrio, resistindo à gravidade.

Em todos esses exemplos, os astros, a bola de bilhar e a pedra da funda persistem no seu estado de movimento ou de equilíbrio, resistindo às perturbações exteriores.

Comprova-se a mesma persistência nos estados estático-dinâmicos dos corpos vivos. O hábito é a forma viva da persistência. A lei do hábito é a expressão biológica da lei da inércia.

Assim é que ações da vida animal se reproduzem espontaneamente sem exigirem atenção especial. Toda a nossa aprendizagem teórica e prática seria impossível sem a lei do hábito, sem a lei da persistência. Graças a ela, o músico executa as mais difíceis composições sem se preocupar com o exame meticoloso dos respectivos sinais, já anteriormente assimilados pelo exercício repetido; o cientista resolve imediatamente complicados problemas com os simples conhecimentos da ciência que antes adquirira, sem precisar recordá-los; o operário produz artefatos com a rapidez e a perfeição que lhe garante a longa prática do manejo das mãos e das máquinas.

Grande exemplo da lei da persistência nos corpos vivos é o da própria existência, apesar de todos os fatores externos e internos que concorrem para anulá-la.

Assim, sem uso de modificadores, o organismo doente tende ao estado de saúde, salvo os casos graves, nos quaes, até com o emprêgo de remédios, é impossível manter-se a saúde, e a vida cessa. Nesse caso mesmo, não obstante as aparências, triunfa a lei da persistência. Apenas as forças que persistem não são mais as mantenedoras mas as destruidoras do sistema. Como dissemos antes: a variação resulta do concurso de persistências.

Nos fenômenos sociais observa-se a verificação da lei, principalmente na permanência dos elementos fundamentaes da existência social: a *propriedade*, a *família*, a *linguagem*, o *sacerdócio* e o *governo*. Por mais variadas que sejam e tenham sido as modificações experimentadas por cada uma dessas verdadeiras células do organismo social, persistem em sua estrutura fundamental no meio de todas as alterações.

Mas, não só os elementos da estrutura social, o seu estado estático, também os seus movimentos, o seu dinamismo, o seu estado dinâmico, tendem a persistir, porque, através de formas várias, a evolução da sociedade, a sua mudança para melhor, o seu progresso persiste sempre.

Na ordem puramente humana, nos atributos peculiares ao homem individual, basta citar, como exemplo, o fenômeno da memória, que é a reprodução espontanea de imagens anteriores sem a influência atual das impressões que as suscitaram. É uma espécie de hábito psíquico. Por essa persistência é que reproduzimos de cóp produções da ciência e da arte sem renovarmos as respectivas impressões: maravilhosa faculdade, que, excepcionalmente desenvolvida, torna o seu possuidor capaz de recitar poemas e tratados inteiros.

Por todos esses exemplos, tomados no mundo físico, vital, social e moral ou psíquico, vê-se todo o valor da lei da persistência, que Kepler descobriu em mecânica e Augusto Comte estendeu à universalidade dos fenômenos.



NOÇÃO 13ª

A Lei da Coexistência

Podem os fenômenos ser encarados sob dois aspectos: o da *sucessão* e o da *simultaneidade*; ora como efeitos que se passam uns após outros, ora como atributos que se realizam ao mesmo tempo. A queda de um corpo é um fenômeno de sucessão, caracterizado pelas várias posições do corpo em cada momento da queda. A forma do corpo que se mantém a mesma durante o movimento descensional, senão em seu todo, em seus elementos, é um fenômeno de simultaneidade ou coexistência.

São essas duas manifestações da matéria, que nos levam às concepções de *tempo* e de *espaço*, assim definidos: tempo — é o conjunto das relações de sucessão; espaço — é o conjunto das relações de coexistência. E como a sucessão supõe a simultaneidade, pois para variar sucessivamente é preciso que alguma coisa exista mesmo sem variar, o conceito de tempo entra no de espaço. Podem pois ambos ser definidos um pelo outro: tempo é o espaço movel; espaço é o tempo fixo. Por isso é que Diderot já se referia ao tempo como elemento espacial, a 4ª dimensão do espaço; idéa que está hoje muito em voga nos meios científicos, principalmente depois dos trabalhos de Einstein, mas desnaturada pelas concepções metafísicas dêsse e de outros cientistas, que pretendem transformar em fatos concretos, simples abstrações.

Mas, se o movimento e a forma, ou extensão, são dois tipos característicos dos fenômenos de sucessão e simultaneidade, não é menos certo que se póde achar a simultaneidade na sucessão, quando se encara um conjunto de corpos ligados de tal modo que, ao par do movimento geral do todo, existam os movimentos parciais dos elementos. De sorte que, enquanto se dá a deslocação do sistema em relação a um ponto de referência, deslocam-se os elementos do sistema com relação a êste. Há assim, por um lado, a mudança sucessiva de posições do sistema, e do outro, a mudança simultanea dos elementos do sistema.

Assim, em um navio em movimento, desloca-se não só a embarcação em relação à agua onde flutua, mas também deslocam-se os passageiros em relação ao navio. Há, ao mesmo tempo, sucessão e simultaneidade. Coexistem dois movimentos: o do navio, e o dos passageiros. Em geral acontece o mesmo em casos análogos: coexiste o movimento do todo e o das partes, o do sistema e o dos seus elementos.

A lei que rege semelhante simultaneidade, é a que se chama *lei da coexistência*, descoberta por Galileu e completada e generalizada por Augusto Comte, que a enunciou nestes termos: *Um sistema qualquer mantém a sua constituição ativa ou passiva, quando os seus elementos experimentam mutações simultaneas, comtanto que sejam exatamente comuns.*

Nêste enunciado, *sistema* quer dizer um conjunto de partes ligadas formando um todo: *constituição ativa*, a de um sistema cujas partes estão em movimento; *constituição passiva*, a de um sistema cujas partes se acham imóveis.

Afirmando a inalterabilidade do sistema apesar das mutações, a lei supõe a *independência* delas, pois só assim fica êle inalteravel. De sorte que o 11º. princípio de Filosofia Primeira regula não só a

coexistência como a *independência*. Daí podermos chamá-lo também *lei da independência*.

Realmente não existe a *independência absoluta* das mutações, mas a *independência relativa*; as ações e reações entre as partes são mínimas de sorte a se poder abstrair delas. Só assim se pôde induzir a lei, que, como toda verdadeira lei científica, é uma lei abstrata.

Para provar-lhe a veracidade, apreciemo-lhe a verificação nos três domínios da fenomenalidade universal: o físico, o vital e o social ou moral.

Retomemos o exemplo do navio.

Imaginando um navio em movimento e passageiros movendo-se no navio, verifica-se que a deslocação daquêle em nada perturba a dos últimos, salvo se, como se diz, o navio *joga*, isto é, se a par do movimento no sentido horizontal, o movimento de translação, existe o movimento no sentido vertical, o movimento de rotação. Por isso os fenômenos de naupatia nunca aparecem, mesmo nas pessoas sujeitas ao enjôo, nas viagens fluviaes, em que é nulo ou quase nulo o jôgo do navio.

Observando taes fatos e sôbre êles refletindo, conclue-se que existe uma independência completa entre movimentos coexistentes, quando a deslocação das partes se faz do mesmo modo que a deslocação do conjunto. No caso do navio, em viagem fluvial, sem jôgo, todas as suas partes deslocam-se segundo retas paralelas; os movimentos dos corpos interiores que se operam com relação a êle, realizam-se sem nenhuma alteração, como se o navio estivesse parado. Havendo, porém, o *jôgo*, isto é, o *roulis* e o *tangage*, o balanço de pôpa a prôa e de bôrdo a estibôrdo, ou *vice-versa*, que constituem o movimento de rotação, êsses movimentos, variando com a distância ao centro rotatório, perturbam os movimentos dos passageiros, ou melhor, perturbam os passageiros, estejam êstes em movimento ou parados com relação ao navio.

Eterno e contínuo exemplo da independência e coexistência dos movimentos, é o da Terra em tôrno do Sol, realizado simultaneamente com os múltiplos movimentos que se verificam na superfície do nosso planeta. As únicas alterações que se notam são devidas à rotação terrestre. E, dada a grandeza do sistema — que é a Terra — e a pequenez dos seres que o habitam, a propria rotação não os altera de modo sensível: na sua viagem pelo espaço dentro do navio terrestre, nenhum passageiro enjôa...

Se dos físicos passarmos aos fenômenos vitaes, verifica-se a mesma independência.

Considerando o corpo vivo, vegetal ou animal, vemos o mundo exterior agir múltipla e diversamente sôbre êle, sem que as ações parciais alterem nela influência de umas sôbre as outras, a ação do conjunto. A gravidade, o calor, a luz, o som, a electricidade e outros agentes físicos exercem a sua atividade sôbre os fatos elementares da vida, sem que a ação de um perturbe a dos outros. O fato de modificar-se, por exemplo, a temperatura de uma roseira ou de uma abelha, em nada modifica o seu peso ou o seu estado elétrico. As ações são independentes umas das outras.

É segundo êsse princípio que se percebem ao mesmo tempo sensações auditivas e visuaes sem confundi-las, que nas audições e visões simultaneas se distinguem as inúmeras variedades de sons e as infinitas espécies de cores. Ouvindo uma orquestra ou contemplando um painel, o ouvido e a vista percebem distintamente os sons da flauta e do violino, o azul do céu e o vêrde da folhagem. A ação de conjunto produzida pela orquestra ou pelo quadro não é alterada pelas ações parciais de cada elemento do sistema sonoro ou ótico.

Exemplo típico da lei da coexistência ou do princípio da independência nos fatos sociaes, é o fenômeno da cooperação.

Numa fábrica, vários operários incumbem-se de preparar as peças diferentes de uma máquina; e a sua ação independente converge afinal à constituição da máquina, não perturbando assim a atividade de cada cooperador, o resultado da cooperação.

Não só o maquinismo industrial, mas também a máquina política, obedece à lei da coexistência, ao teorema da simultaneidade, que em sociologia constitui o princípio da cooperação ou princípio de Aristóteles: *separação dos ofícios e convergência dos esforços*. É da independência de cada ofício que resulta o concurso eficaz de todos.

Finalmente, os fenômenos moraes, os atributos psíquicos estão sujeitos também à lei de Galileu.

É demonstração do assêto, a coexistência das paixões egoístas e altruístas nos movimentos da alma humana. Agindo cada uma no seu campo próprio, dentro de limites normaes, não perturbam a ação integral do sistema afetivo, constituído por umas e outras. É assim que a circunstância de ter o indivíduo as necessidades simultaneas de comer e de amar não altera o resultado geral dos dous instintos — viver feliz — desde que o indivíduo coma para amar e não viva para comer; desde que subordine o egoísmo ao altruismo e não o altruismo ao egoísmo. Na última hipótese, o sistema moral se altera, como o mecânico também quando o movimento total é de rotação e não de translação.

Assim, como todos os teoremas de Filosofia Primeira, a lei da coexistência preside à fenomenalidade universal: é tão verdadeira em matemática como em moral; a só diferença é que perde em simplicidade e generalidade a medida que se relaciona com fenômenos mais complexos e menos geraes.

Como a lei da coexistência preside à compatibilidade dos fenômenos coexistentes, pôde chamar-se também *lei da compatibilidade*.

Limitada aos simples fenômenos mecânicos, chama-se-lhe ainda *lei do movimento relativo*, ou *lei da relatividade*. Donde confusão deste com o 1º princípio de Filosofia Primeira, a *lei das hipóteses*, que é a verdadeira *lei da relatividade*. É dessa confusão que resulta a pretensão de proclamar-se o algebrista Einstein como o sábio que descobriu a *lei da relatividade*, quando a descoberta dessa lei das leis cabe a Augusto Comte. Einstein pretende apenas ter modificado a lei mecânica do movimento relativo, a qual é, como os autores alemães, denominam — *lei da relatividade*. A noção relativa de espaço e de tempo, que se atribue ao sientista germânico, há muito está contida no princípio universal de Augusto Comte, proclamado em 1817 — *tudo é relativo; eis o único princípio absoluto* — tornado a lei das hipóteses, a lei-mãe de Filosofia Primeira. O espaço e o tempo absoluto, depois de Augusto Comte, só continuaram a ser admitidos pelos sientistas eivados de espírito metafísico. E como formam estes a grande maioria, que não conhece ou não quer conhecer Augusto Comte — tal o próprio Einstein — a eles e a toda gente parece que foi o algebrista tudesco quem realizou a derrocada das duas concepções absolutas, quando aliás as cogitações espaciaes e temporaes de Einstein estão ainda mescladas do espírito absoluto, revelado especialmente na confusão que faz entre o objetivo e o subjetivo, o concreto e o abstrato. Como quer que seja, o que importa ao nosso estudo é assinalar que são princípios distintos a *lei da coexistência*, que acabamos de estudar, e a *lei da relatividade*, que primeiro estudámos.



NOÇÃO 14.

A Lei da Mutualidade

Podem os corpos ser encarados sob dous aspetos: como seres isolados uns dos outros, ou como agindo real, ou virtualmente, uns sobre outros. No primeiro caso, supõe-se nenhuma dependência existir entre eles; no segundo, consideram-se-lhes as relações recíprocas.

O conjunto dessas relações constitue a mutualidade. Estudando-as, Augusto Comte formulou a lei que a regula, generalizando o teorema descoberto por Newton para o caso especial da reciprocidade mecânica. Enunciou-a o Filósofo nestes termos:

Existe por toda a parte uma equivalência necessária entre a reacção e a acção, se a intensidade de ambas for medida conforme a natureza de cada conflito.

Por afirmar que a reciprocidade das forças é caracterizada pela sua equivalência, a lei da mutualidade chama-se também lei da equivalência. Foi dada a primeira denominação por Teixeira Mendes (?) e a segunda por Pierre Laffitte.

Para nos convenceremos da lei da equivalência, basta examinarmos, de relance, os conflitos da matéria morta e viva, dos corpos brutos e organizados, dos seres físicos, vitais, sociais e moraes ou psíquicos.

Entre os fenómenos físicos, o choque e o atrito demonstram imediatamente o princípio.

Se tomarmos duas esferas iguaes, compostas da mesma matéria, animadas de velocidades diferentes e as impelirmos, em condições favoráveis, uma sobre outras, as esferas depois do choque continuam a mover-se, mas com as velocidades trocadas, o que quer dizer que a acção de uma determina sobre a outra reacção igual e contrária.

Se atritarmos sobre uma superfície outra superfície — um retalho de pano sobre um pedaço de madeira, por exemplo — verificamos que se desenvolve entre elas certa quantidade de calor, a qual, se for medida convenientemente e comparada com a do esforço empregado, revelará que há equivalência entre as duas grandezas, de sorte que a acção calorífica é igual e contrária à acção mecânica.

O mesmo verificaremos se se comparar o calor desprendido com a electricidade que elle produz. Em geral, o estudo comparativo das forças físicas mútuas leva sempre à mesma conclusão: equivalência das acções recíprocas.

Não menos explícitos os resultados provenientes dos conflitos vitais.

Basta considerar a troca de operações entre o mundo vivo e o mundo inorgânico. De um lado, a acção do Sol, do ar, da água, do solo sobre as plantas e os animais, e do outro, a reacção das plantas e dos animais sobre o meio sólido, líquido e gaseoso, quer terrestre, quer celeste.

Assim, por exemplo, sob a influencia da luz solar, as plantas por suas partes verdes decompõem o gaz carbônico do ar, assimilando carbono e desprendendo oxigênio; há, pois, de um lado a acção do ar sobre a planta, e do outro, da planta sobre o ar. Se se medem as duas acções, verifica-se ainda uma vez que a quantidade de carbono com que o ar age sobre a planta, sob a influencia da luz, corresponde à do oxigênio com que a planta reage sobre o ar.

Póde dizer-se que a vida, consistindo essencialmente no duplo movimento de absorpção e de exalação entre o organismo e o meio, não é mais do que a acção recíproca de um sobre outro, que esta

ação, devidamente estudada, comprova sempre a equivalência dos atos em conflito.

Não menos verdadeira é a equivalência entre as ações e reações sociais. A história da Humanidade sobejamente o prova. Em todos os lugares e em todas as épocas observa-se perenemente que há uma relação de igualdade, ou melhor de equivalência, entre as tiranias e as revoluções. Para não citar numerosos outros casos, basta recordar a reação sangrenta da burguezia franceza contra os algozes da aristocracia e da realeza, e a reação desabalada do proletariado russo contra o despotismo do regímen czarista. São exemplos típicos da lei da mutualidade nos conflitos sociais essas duas revoluções: a Revolução Franceza e a Revolução Russa. Não tivesse havido a ação tirânica dos opressores, não teria havido a reação desordenada dos oprimidos.

Na vida moral ou psíquica, ainda a mesma lei. Quando a alma ofendida revida a ofensa, ora invocando o poder social para punir o ofensor, ora tomando por si mesmo a desforra, observa a regra invariável da reciprocidade: exerce reação equivalente à ação.

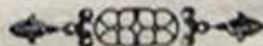
A cada passo, em todas as manifestações da vida social ou psíquica, como em todas as fases da existência cósmica, sempre se nos depara a realização do grande princípio. A só diferença a notar é que a equivalência matemática, precisa, das ações e reações, nem sempre se pode determinar, dada a natureza muito complexa das forças em causa.

Assim, num conflito social ou moral é difícil, senão impossível, avaliar numericamente a intensidade das ações e reações, ao passo que num conflito mecânico calcula-se com a mássima precisão a grandeza dos atos recíprocos. Mas a falta de precisão não tira o caráter de certeza à lei da reciprocidade. Em todos os casos, desde os mais simples até os mais complicados, há sempre um *coeficiente*, real ou virtual, que mede com mais ou menos precisão a intensidade dos conflitos.

Assim como o esforço empregado para elevar certo peso a certa altura, corresponde a determinada quantidade de calor, e constitui o *equivalente mecânico* do calor; certo esforço do organismo vegetal, animal, social ou individual, reagindo a certa ação de qualquer fenómeno, constitui o *equivalente orgânico* desse fenómeno.

Na sua forma mais acabada e precisa, a lei da mutualidade reduz-se a determinar os coeficientes das ações recíprocas; achar os equivalentes que definem numericamente a intensidade dos conflitos.

Mas *precisa* ou não, é sempre *certa* a relação de equivalência entre as ações e reações, qualquer que seja a natureza dos conflitos. É sempre verdadeira a lei da mutualidade, ou 12º princípio de Filosofia Primeira. (4).



(4) Construídas pelo cérebro, como todas as outras, possuindo o cunho da subjetividade, as leis da persistência, da coexistência e da mutualidade, são, entretanto, essencialmente objetivas, porquanto não regulam atributos internos, operações do entendimento, mas fatos externos, fenómenos do mundo. São as mais objetivas da Filosofia Primeira. Esse caráter de objetividade resalta imediatamente do seu enunciado, por onde se vê que elas regem e equilibram, a compatibilidade e a ação recíproca dos seres exteriores, através das propriedades que os definem. Por isso mesmo, na sua forma primitiva, quando eram apenas teoremas fundamentais da mecânica racional, do estudo

NOÇÃO 15°

A Lei da Conciliação

A contemplação da natureza morta ou da natureza viva, leva-nos a conceber o mundo como constituído de seres que se movem. Tudo em torno de nós é existência e movimento.

Existência é o conjunto dos fenômenos que definem cada ser suposto parado, sem se deslocar, sem mudar de situação.

Movimento é o fenômeno da deslocação dos seres.

Por aí vê-se logo que o movimento depende da existência. Podemos conceber, por abstração, existência sem movimento, e nunca movimento sem existência. Mas realmente as duas propriedades universaes coexistem sempre.

Quando supomos o corpo parado, nem por isso deixa êle de estar ligado a movimentos de outros corpos, quer produzidos pela deslocação de elementos que o constituem, quer pela de outros corpos que o contém.

Assim, a estátua de mármore que contemplamos na sala de um museu, aparentemente parada, participa do movimento geral da Terra em redor do Sol e do mais geral do Sol para a constelação de *Hércules*, ou para a estrela *Véga*, da *Lira*. E, sujeita ás ações da gravidade, do calor, da luz e de outros agentes físicos, as suas moléculas movem-se também sôb a aparente fixidez da massa inteira da figura.

A realidade é, portanto, existência e movimento.

Qual é, pois, a relação que entre êsses fenômenos existe?

Qual a lei que os regula?

E' o princípio da conversão, a lei da conciliação, descoberta por Augusto Comte e antevista por D'Alembert para o caso especial da existência e do movimento mecânicos.

Enunciou-a o Filósofo nestes termos:

Subordinar por tôda a parte a teoria do movimento à da existência concebendo tôdo o progresso como o desenvolvimento da ordem correspondente, cujas condições quaesquer regem as mutações que constituem a evolução.

A demonstração do grande princípio resulta da apreciação dos fenômenos cósmicos, vitaes, sociaes e moraes ou psíquicos.

Tôdos os seres de que são manifestações êsses fenômenos, experimentam mutações, as quaes se chamam *transformação*, quando se referem aos atributos físicos; *desenvolvimento*, as referentes às propriedades vitaes; *evolução*, se se relacionam aos fatos sociaes; *aperfeiçoamento* ou *progresso*, se peculiares aos predicados moraes ou psíquicos.

sistemático do movimento, receberam a denominação que lhes deu Augusto Comte, de *leis físicas*, isto é, leis concernentes à natureza cósmica, relativas ao mundo.

A harmonia dessas leis é, talvez, a mais completa que reine entre os termos de cada uma das cinco séries ternárias em que se subdivide a Filosofia Primeira; pois tôdas se prendem a fenômenos inteiramente ligados, ao concurso de forças que persistem, coexistem e se comunicam, sejam cósmicas, ou vitaes, sociaes, ou psíquicas.

Tôdas essas mutações estão sujeitas a leis, conhecidas ou desconhecidas, que revelam sempre a constância no meio das variações, quer se trate dos casos normaes quer dos casos anormaes, isto é, dos fenômenos regulares ou dos que resultam de alterações na intensidade dêles. E' o de que tratam a 2ª e a 3ª lei da Filosofia Primeira.

Sujeitos os seres, inorgânicos ou orgânicos, a fôrças interiores, estas obedecem tambem à 12ª lei de Filosofia Primeira. De sorte que cada ser quando se desloca, experimenta imediatamente a ação das três leis universaes: a lei da imutabilidade, a lei da modificabilidade e a lei da mutualidade.

Mas não é só. Apreciando a passagem dos seres de uma a outra situação, observa-se que não permanecem inteiramente fixos. Compostos de elementos ligados, constituindo o que se chama sistema, os corpos brutos ou organizados não se deslocam sôb a ação immediata das fôrças exteriores que agem sôbre êles, mas sôb a influência da resultante dessas com as fôrças interiores. De sorte que o movimento efetivo supõe a anulação de ações e reações internas; depende da harmonia, do equilibrio dêsses movimentos recíprocos.

Com efeito, dadas diversas massas suspensas numa haste que as ligue, formando um sistema, e imprimindo-lhes vários movimentos, não se movem elas segundo os movimentos impressos mas conforme os que resultam dêles e dos determinados pela ação mútua das massas ligadas; de sorte que o movimento efetivo do sistema — a haste com as massas suspensas — difere do movimento primitivo impresso aos seus elementos, de uma quantidade constituída por movimentos interiores que se neutralizam, fôrças que se equilibram. Portanto, o movimento total do sistema sôb a ação das fôrças exteriores é condicionado pelo equilibrio das fôrças interiores; deste equilibrio depende aquêle movimento. Cada sistema pôde assim ser transformado passando de uma a outra situação, estabelecendo condições de equilibrio de seus elementos; a sucessão fica dependendo da simultaneidade; o movimento da existência.

Outro exemplo.

Uma barra de ferro sôb a ação do calor sofre uma dilatação que não resulta da totalidade do calor absorvido mas da diferença entre este e o destinado ao aquecimento do corpo. E' o primeiro, o calor latente e o segundo, o calor sensível. De sorte que o movimento, a dilatação da barra, é simultaneo à modificação da existência, da barra alterada pelo aquecimento. Não passa de uma situação a outra o corpo considerado, sôb a influência total da fôrça exterior que sôbre êle age — o calor — mas sôb a influência apenas de uma parte dessa fôrça e experimentando simultaneamente a alteração do aquecimento causada pela outra parte. Verifica-se então que a dilatação e o aquecimento estão sujeitos não só à lei da imutabilidade e da modificabilidade (as leis que no caso regulam de per si os fenômenos de dilatação e aquecimento), mas ainda que há uma razão constante entre o calor sensível e o calor latente, determinando a estabilidade das mutações. O corpo muda de volume mas nessa mudança os seus elementos, os elementos do sistema, embora não se conservem fixos, mudem tambem pelo aquecimento, guardam contudo um estado de equilibrio térmico que é o que muda sucessivamente, transformando a barra contraída na barra dilatada. A sucessão dos fenômenos de dilatação harmoniza-se com a simultaneidade dos fenômenos de aquecimento; permanece a estabilidade no meio da instabilidade, concilia-se o equilibrio com o movimento.

Passando dos físicos aos vitaes, ainda mais patente se nos apresenta o principio da estabilidade.

Os organismos são sistemas em que os elementos se acham intimamente ligados, de tal sorte que a sua mudança de posição, nem de leve implica a fixidez mas a mudança simultanea das partes sem alterar a unidade do todo. O desenvolvimento dos corpos organizados, como a transformação dos corpos brutos, não lhes altera a constituição.

Se tomarmos um ser vivo, vegetal ou animal, vemos que todos os elementos que o constituem no estado adulto, se acham em gérmen no embrião, no estado inicial deles. Através de todas as fases que atravessa o organismo de um estado a outro, manifesta-se o duplo movimento instintivo e contínuo que caracteriza a vida. A só diferença provém de que essa vida é menos intensa no primeiro do que no ultimo estado, no embrião do que no adulto, na organização mais simples do que na mais complicada. Uma é função da outra; ambas existem simultaneamente ligadas em cada estado e em todos os estados por que passa o organismo.

Em qualquer dos estados, embrionário ou adulto, e nas fases intermediárias, permanece a unidade do ser, tanto mais acentuada quanto mais elevado for ele na escala dos organismos. O que quer dizer que a passagem de um a outro estado se faz sem alterar a harmonia dos elementos; de sorte que o desenvolvimento do organismo se harmoniza com o equilíbrio dos órgãos, o movimento se concilia com a existência.

Como os vegetaes e os animaes, a sociedade muda de situação no espaço, move-se; e como eles e mais do que eles, os seus elementos constituintes guardam nessa mudança invariavel harmonia, apesar de todas as variações que experimentam no seu contínuo movimento.

Assim, no meio de todas as modificações por que tem passado através dos tempos, conserva-se essencialmente a estrutura social, constituída pelos seus elementos fundamentaes: a propriedade, a família, a linguagem, o govérno e o sacerdotio. Em todos os lugares e em todas as épocas, desde que haja animaes vivendo em sociedade, especialmente o homem, encontra-se, sob várias fórmas, esses elementos basilares da existência coletiva. Podem ser embrionários, como nas coletividades prehistóricas do passado e nos selvagens do presente, ou adultos, como nas sociedades modernas, em todas encontram-se os mesmos elementos; a única diferença está no gráo de desenvolvimento de cada uma. De sorte que, apreciado esse desenvolvimento, nota-se que ele consiste apenas nas variações do estado de equilíbrio que define cada elemento fundamental da sociedade. A sequência desses estados é que caracteriza o desenvolvimento do organismo social; é ela que constitue a *evolução*.

Assim, mais uma vez a sucessão é uma série de simultaneidades; a mutação concilia-se com a fixidez; a variação com a harmonia; o movimento com a existência.

Com os seres moraes, que formam as espécies superiores, principalmente a espécie humana, os homens, considerados então não mais como seres animaes ou seres sociaes, mas como individuos, isto é, animaes que sofreram não só a influência do meio físico, como todos os entes vivos, mas também a ação do meio social, como ser coletivo, ainda uma vez verifica-se a conciliação do movimento com a existência.

Efetivamente, o homem individual sofre espontanea e sistemáticamente a influência do meio social em que vive, tornando-se mais afetivo, mais inteligente, mais ativo, e transmite pela hereditariedade aos seus descendentes os aperfeiçoamentos adquiridos, de sorte que, após certo numero de gerações, parece haver quase um antagonismo completo entre o homem primitivo, saído apenas da animalidade, e o homem contemporaneo mais afastado dela. Mas a verdade é que,

percorrendo tôdos os grãos da evolução individual, mudando para melhor, aperfeiçoando-se, o h meme moderno   estruturalmente o mesmo h meme primitivo, apenas aperfeiçoado; tôdas as mutações se fizeram harmônicamente; o movimento moral, o aperfeiçoamento, combina-se, concilia-se com a existência, com o equilíbrio moral.

Como o conjunto das simultaneidades, das harmonias, dos equilíbrios, que definem as existências nos seus vários estados através do tempo, constitui a  rdem — a  rdem física, a  rdem vital, a  rdem social, a  rdem moral — e a sucessão dessas simultaneidades, dessas harmonias, d esses equilíbrios, o movimento, o progresso — a lei da concilia o formula-se em síntese, dizendo que t do o progresso   o desenvolvimento da  rdem.

Em resumo, contemplando t dos os seres e as mutações que êles experimentam, no espaço e no tempo, verifica-se que os fen menos de que são a s de estão sujeitos a duas  rdens de variações: variações simultaneas interiores e variações sucessivas exteriores. Aquelas determinam estados de equilíbrio, e estas, as posições sucessivas desses estados; de sorte que as leis dinâmicas dependem das leis est ticas; toda muta o   uma série de equilíbrios; a sucessão   uma seq ncia de simultaneidades; donde a concilia o do movimento com a existência. Não passa o primeiro senão de estados sucessivos da segunda; o progresso   realmente o desenvolvimento da  rdem.



NOÇÃO 16ª

A Lei da Classificação

A contemplação dos seres e dos fenômenos revelou ao homem primitivo, como revela ao recém-nascido de hoje, a desordem, a confusão, o caos. Só depois de um tempo mais ou menos longo é que a Humanidade, começando a fixar a atenção sobre os objetos que a rodeavam, a notar-lhes as propriedades, começou também a distinguir entre eles certos aspectos que os aproximavam ou os afastavam, uns dos outros, e principiou a formar grupos de objetos congradados por atributos comuns.

Assim, estabeleceu desde logo a distinção entre o Céu e a Terra, entre as cousas do Céu, como o Sol, a Lua, as Estrelas, e as cousas da Terra, como o Solo, a Água e o Ar. Em seguida notou outra distinção. Tanto no solo, como na água e no ar, há seres que se movem, que mudam de posição, e outros mais ou menos fixos, que só se deslocam por um impulso exterior. A rocha, o rio e a nuvem são exemplos de cousas do solo, da água e do ar que mostram a imobilidade ou a mobilidade espontânea dos seres: a rocha, imóvel; o rio e a nuvem, móveis. Para o observador primitivo são taes seres dotados da mesma mobilidade que o boi e o carneiro dos seus rebanhos, ou o milho e o trigo das suas searas. Durante muito tempo não se distinguiram as duas mobilidades. Mas chegou afinal o dia de se perceber que o movimento do rio e da nuvem não era como o do boi e do carneiro, do milho e do trigo; que o dos primeiros não dependia de nenhuma condição especial além da própria existência comum a qualquer ser da Terra, ao passo que o dos segundos resultava de condições só a eles peculiares, constituindo o que se chamou mais tarde a *organização* e a *vida*. Ficou então admitido que os corpos terrestres se bipartem em dous grandes grupos: corpos sem organização e sem vida — *os corpos brutos* — *os mineraes*, e corpos com organização e vida — *os corpos vivos*.

Notando-se após que entre os seres vivos, viviam uns presos ao solo, à água e ao ar, renovando a sua existência com os elementos tirados exclusivamente do meio sólido, líquido ou gasoso da Terra, ao passo que outros se mantinham quase exclusivamente de elementos fornecidos pelos primeiros — formou-se a distinção entre os seres vivos, separando-os em dous grupos: os que subsistem a custa da matéria morta — *os vegetaes*, e os que subsistem a custa da matéria viva — *os animaes*. Constituiu-se assim a série ternária, *mineraes, vegetaes, animaes*.

Mais tarde, verificou-se ainda que entre os últimos havia alguns, como os macacos e as aves, que viviam mais ou menos associados, formando organismos coletivos, que lembravam a vida do ser dos seres, daquêlles que até então se julgava um ente a parte, para quem tudo fôra creado pelos deuses — o Homem, a Humanidade. Foram então aqueles organismos coletivos elevados à categoria de humanidades abortadas, e destacou-se do grupo dos animaes, outro mais diferenciado, o das *sociedades*, incluindo-se o homem entre os animaes sociáveis e constituindo-se os seres vivos sociaes, como já havia os seres vivos vegetaes e os seres vivos animaes.

Por último, os animaes componentes dos seres vivos coletivos experimentando com o tempo a ação da existência social, formaram nova modalidade da existência vital — a *vida individual*, a existência

moral, peculiar ao homem, e aos animaes superiores que mais intimamente se lhe assemelham. De sorte que do grupo dos seres coletivos, destacou-se o dos seres individuaes.

Completou-se a série dos seres: *mineraes, vegetaes, animaes, sociedades, individuos*.

Estudando os corpos brutos e os corpos vivos, distinguem-se entre eles os que por mais que se decomponham dão sempre a mesma substância, como o ouro, a prata, o ferro, o cobre, o estanho, o zinco, e outros que decompostos produzem substâncias diferentes, como o bronze, o latão e o sal, compostos, o primeiro de cobre e estanho, o segundo de cobre e zinco, e o terceiro de sódio e cloro. Taes são ainda, entre os primeiros, o hidrogênio, o oxigênio, o azoto, o carbono, e entre os segundos a água, o ar, o alcool, o assucar, a uréa. Formam os primeiros, o que se chamou *corpos simples*, e os segundos, *corpos compostos*. São todos eles o fundamento comum de todos, ou quase todos os grupos de seres, inorgânicos ou orgânicos, brutos, ou vivos.

Ao par da sucessão dos seres ficou também constituída a série dos fenômenos.

Emquanto os mineraes revelam aos sentidos imediata ou mediatamente os atributos matemáticos de número, extensão e movimento; os físicos de pêso, calor, luz, som, eletricidade, magnetismo, cheiro e sabor; os químicos de composição e decomposição, nenhum deles possui organização e vida. Estas propriedades só apparecem nos vegetaes e nos animaes.

Quanto à sociedade, é predicado exclusivo dos animaes superiores, e a moralidade é apenas peculiar ao homem individual e a animaes superiores que lhe são intimamente ligados.

Há pois uma seqüência de propriedades paralela à cadeia dos seres. A série — *mineraes, vegetaes, animaes, sociedades, individuos*, — corresponde a série — *número, extensão, movimento, pêso, calor, luz, som, cheiro, sabor, eletricidade, magnetismo, composição, decomposição, organização, vegetalidade, animalidade, socialidade, moralidade*.

Examinando agora o resultado dessa elaboração secular da Humanidade, verifica-se ainda que, objetivamente, isto é, em relação ao *objeto* examinado, os seres mais geraes são os *mineraes* e os mais especiaes, os *individuos*; e subjetivamente, isto é, em relação ao *sujeito*, que examina, é o contrário, os mais geraes são os *individuos* e os mais especiaes os *mineraes*.

Com efeito, "a generalidade objetiva — como diz Pierre Laffitte — constitue-se por 3 caracteres: 1.º a extensão da propriedade a um numero de seres mais consideravel; 2.º o número maior ou menor de condições necessárias à produção do fenômeno; 3.º a constância maior ou menor, ou a variedade mais ou menos consideravel do fenômeno."

Ora, as propriedades peculiares aos mineraes, aos corpos brutos são comuns a todos os seres; as condições da sua existência, independentes das que se exigem para a de outros seres, como os corpos vivos, ao passo que as destes dependem daqueles: qualquer ser vivo tem pêso e calor, como um corpo bruto, mas um corpo bruto não precisa de organização para existir; finalmente, os caracteres dos mineraes são muito menos acentuados que os dos seres vivos: é mais facil distinguir imediatamente, à simples vista, um animal de outro, que um mineral de outro mineral; um cão de um gato, que o sal de cozinha, do sal amargo.

Assim, objetivamente, são os mineraes os mais geraes dos seres e as propriedades que revelam, as mais geraes das propriedades.

Quanto à generalidade subjetiva, caracteriza-se pela coexistência no ser das propriedades que condicionam a existência do sujeito, do

hômem, da Humanidade. Donde o ente humano, o homem individual, o indivíduo, ser subjetivamente o mais geral dos seres, e o mineral, o menos geral de todos.

De fato, o homem individual possui qualidades moraes e sociaes, vida, atributos físico-químicos, movimento e forma, existência numerica; é o resumo do mundo, o *microcosmo*, como lhe chamava a sabedoria teocrática; nenhum ser possui esse gráo de generalidade subjetiva; enquanto o mineral se limita a manifestar os predicados inferiores de composição e decomposição, eletricidade, magnetismo, cheiro, sabor, som, luz, calor, peso, movimento, forma e numero. E' o menos geral de todos, sob o ponto de vista subjetivo.

Assim tambem, sob o aspecto subjetivo, as propriedades moraes são as mais geraes e as físicas as menos geraes de todas as propriedades.

Do exame dessa distribuição dos grupos de seres e de fenômenos, que a Humanidade foi realizando desde os seus primórdios até hoje, Augusto Comte, o supremo intérprete do Grande Ser, induziu a lei correspondente, a lei da jerarquia, a lei da classificação, cujo enunciado resume a sumária exposição que acabamos de fazer:

Toda classificação positiva procede segundo a generalidade crescente ou decrescente tanto subjetiva como objetiva.

Descoberta a lei, a sua adaptação a todos os casos possíveis dá-lhe o caráter mais de regra que de lei. Daí a forma do seu enunciado.

Mas lei ou regra, é um princípio universal que regula todas as classificações de seres e fenômenos: naturaes ou artificiaes, teóricas ou práticas, científicas ou industriaes.

Imaginando-a aplicada em toda a sua plenitude, póde formar-se a escala completa de todos os seres e de todos os fenômenos, abrangendo todos os grãos possíveis desses seres e desses fenômenos.

A lei da classificação é, por assim dizer, essencialmente universal, porque se aplica às mais altas como às mais rudimentares cogitações do espírito; às mais grandiosas como às mais humildes operações da atividade; às mais sublimes como às mais grosseiras manifestações do sentimento. A cada passo na vida temos ocasião de applicá-la para substituir a confusão e a desordem pela regularidade e pela ordem. E' uma das mais belas descobertas do gênio universal de Augusto Comte.



NOÇÃO 17ª

A Lei do Intermediário

A contemplação dos seres e dos fenômenos que levou à descoberta da lei da classificação, levou também ao achamento do princípio complementar de que toda classificação se reduz essencialmente a uma série ternária. Pode acontecer que de fato se componha de maior número de termos; mas, apreciando-os minuciosamente, verifica-se que todos se condensam em três.

Assim instituiu a Humanidade vários grupos de progressões de três termos. Entre eles destacam-se alguns que são peculiares a todos os seres e a todos os fenômenos, como os que se seguem:

Terra — Água — Ar;
 Sólido — Líquido — Gaz;
 Mistura — Dissolução — Combinação;
 Mineral — Vegetal — Animal;
 Família — Pátria — Humanidade;
 Coração — Espírito — Caráter;
 Linha — Superfície — Volume;
 Passado — Presente — Futuro.

Examinando-os, vê-se que, além de obedecerem à lei de classificação, porquanto se sucedem na ordem de generalidade crescente ou decrescente, tanto subjetiva como objetiva, ainda oferecem o caráter constante da ternariedade.

Com efeito, todos eles formam séries de três termos, em que o segundo é objetivamente menos geral e subjetivamente mais geral, que o primeiro, e objetivamente mais geral e subjetivamente menos geral que o terceiro.

Vejamo-lo.

A *água* é menos geral objetivamente que a terra, porque flue sobre a terra, que sem terra não há água; e há terras sem água — os desertos; e mais geral subjetivamente, porque o homem, o *sujeito*, depende mais da *água* que da *terra*; suporta mais a fome que a sede. E o *ar* é ainda mais geral subjetivamente que a *água*, porquanto o *sujeito*, o homem, pode viver mais sem água do que sem ar, sem beber do que sem respirar. Objetivamente é o contrário. O ar é o menos geral, já que sem ele se podem realizar fenômenos que não dispensam a terra e mesmo a água; taes a electricidade e a luz. A existência de planétas como a Lua, que não têm *água* nem *ar* e são apenas *terra*, comprova plenamente a verdade da sucessão ternária: *terra* — *água* — *ar*.

O *líquido* é mais geral que o *sólido*, sob o aspecto subjetivo, porquanto concorre mais no homem, no *sujeito*, que o *sólido*, e menos geral objetivamente, porquanto na Terra há mais sólidos que líquidos. Observa-se o mesmo com relação aos gases. A massa gaseosa é objetivamente menos geral que a massa líquida, porque há no mundo mais líquidos do que gases; mas subjetivamente é mais geral porquanto o homem, o *sujeito*, depende mais do elemento gaseoso que do líquido; mais do ar, que da água.

Os diversos graus de união material — *mistura*, *dissolução*, *combinação* — constituem novo exemplo da série ternária.

A *mistura* é a união material em que os elementos componentes conservam a sua natureza específica, formam um todo heterogeneo. Exs.: a união, nas condições ordinárias, de farinha e açúcar, de azeite e vinagre, de enxofre e ferro.

A *dissolução* é a união material em que os elementos componentes conservam a sua natureza específica, formam um todo heterogeneo, mas guardam entre si um limite superior, além do qual cessa a união. Exs.: a união de água e açúcar, de água e sal, de água e ar.

A *combinação* é a união material em que os elementos componentes perdem a sua natureza específica, formam um todo homogeneo e guardam entre si dous limites, aquem ou além dos quaes cessa a união, ou conservam proporções definidas. Exs.: a união de dous volumes de hidrogênio e 1 de oxigênio, para formar a água; de 1 de cloro e 1 de sódio para formar o sal de cozinha ou clorureto de sódio; de 1 de enxofre e 2 de oxigênio, para formar o gaz sulfuroso; de 12 de carbono, 11 de hidrogênio e 11 de oxigênio para formar o açúcar ordinário; de 4 de carbono, 6 de hidrogênio e 2 de oxigênio para formar o álcool ordinário; de 20 de carbono e 16 de hidrogênio para formar a essência de terebentina.

Por essas definições dos três termos da série — *mistura*, *dissolução*, *combinação* — vê-se logo que o segundo é mais geral objetivamente que o terceiro, e menos do que o primeiro, porque a sua existência depende de menos condições e abrange maior número de casos que o seguinte, e depende de mais condições e abrange menor número de casos que o precedente. Subjetivamente é o contrário. A *dissolução* é mais geral que a *mistura* e menos que a *combinação*, porque no homem, no sujeito, coexistem mais combinações que dissoluções, e mais dissoluções que misturas.

A maior generalidade subjetiva da vegetabilidade com relação à mineralidade, é por assim dizer intuitiva: basta lembrar que o vegetal é um ser vivo como o homem, ao passo que o mineral não tem vida. E a da animalidade relativamente à vegetabilidade resulta logo da circunstância de que no animal concorrem elementos peculiares ao homem e que não tem o vegetal — os nervos e os músculos. Quanto à generalidade objetiva, a do termo médio é menor que a do precedente e maior que a do seguinte, porque o mineral é comum ao vegetal e ao animal, ao passo que a organização e a vida não se encontram nos mineraes e são comuns aos vegetaes e aos animaes; e o sistema nervoso e muscular são peculiares apenas aos animaes.

A *família* é o ser coletivo comum a todos os animaes sociáveis, ao passo que a *pátria* e a *humanidade* só surgiram na espécie humana e mais especialmente nos povos superiores. Objetivamente é pois a *pátria* ser menos geral que a *família*, e mais geral que a *humanidade*. Subjetivamente é o oposto. A *humanidade* é o mais geral de todos os seres, porque a todos resume, condensando em si mesma os atributos de todos. É a pátria das pátrias, a família universal.

O *coração*, o sentimento, é o primeiro predicado do homem individual. Estimulando o espírito, a inteligência, é dele que dependem as idéas, boas ou más, conforme o impulso sentimental for bom ou máo. De sorte que é o *coração* mais geral objetivamente que o *espírito*. E como as ações dependem das idéas estimuladas pelos sentimentos, o *caráter*, fonte da ação, é o menos geral dos atributos humanos, sob o aspecto objetivo, enquanto o *espírito* é menos que o *coração* e mais do que o *caráter*.

Na ordem subjetiva, porém, dá-se o contrário. Concorrendo para a ação mediante o impulso do sentimento e as luzes da inteligência, o *caráter* é a função que se incorpora todos os predicados do individuo;

é portanto a função mais geral do sujeito, do homem, sôb o aspeto subjetivo.

Pela mesma razão segue-se-lhe na escala descendente, a do espírito, que se póde manifestar sem o caráter, e a do coração, que independe do espírito e do caráter. O termo médio, pois, o *espírito*, é objetivamente mais geral que o *caráter* e menos geral que o *coração*, e subjetivamente mais geral que o *coração* e menos geral que o *caráter*.

O *espaço* revela bem acentuadamente a série ternária com a sua divisão de espaço de 1 dimensão, ou *linha*, de 2 dimensões, ou *superfície*, e de 3 dimensões, ou *volume*.

A *linha* é, objetivamente, o mais geral e o *volume* o menos geral dos elementos do espaço, porque tódos os seres e tódos os fenômenos só têm realidade quando se apresentam pelo menos segundo uma dimensão; e porque o volume depende da totalidade das dimensões do espaço, de sorte que há seres e fenômenos que por sua inacessibilidade, quanto à tríplice extensão, não podem ser apreciados senão quanto a uma ou duas delas, taes certos astros e atributos correspondentes. Quanto à *superfície*, pela sua composição de 2 dimensões, coloca-se naturalmente entre a *linha* e o *volume*, como menos geral que a primeira e mais geral que o segundo. Subjetivamente é o oposto que se verifica. O *volume* é o mais geral e a *linha* o menos geral dos elementos do espaço, porque a extensão tridimensional é que prevalece no homem, no sujeito; seus órgãos, seus aparelhos, seus tecidos, mesmo as suas células são volumes, ainda que muitas vezes microscópicos; embora nêle se encontrem também elementos que se revelam apenas pelo comprimento, como certas células. A *superfície*, por motivo análogo, é subjetivamente mais geral que a *linha* e menos geral que o volume.

A trindade cronológica é afinal outro exemplo decisivo da progressão ternária. O *passado* é o tempo mais geral, objetivamente, porque abrange número cada vez maior de relações de sucessão, estende-se o seu domínio sôbre seres e fenômenos que aumentam de dia para dia, e cuja realidade é atestada pelo número cada vez maior de gerações. O *futuro* é, sôb esse aspeto, o menos geral, porque se refere a entes e fatos apenas possíveis, que ainda não se tornaram objetos reaes. Quanto ao *presente*, é objetivamente menos geral que o passado, porque abrange menor número de objetos, e mais que o futuro, cuja objetividade é de tódo inexistente. Sob o aspeto subjetivo, é o passado o menos geral, porque seus elementos, dependendo embora só do sujeito atual, tiveram existência objetiva anterior e o futuro o mais geral porque a sua existência é função exclusiva do sujeito. Quanto ao presente, é mais geral subjetivamente que o passado, porque o abrange e condiciona imeditamente a existência do sujeito, e menos geral que o futuro, porque só éste abraça tódos os tempos, como produto do passado e do presente e só existe por que existe o sujeito.

Por tódos êsses exemplos fica perfeitamente provado que os grupos de seres e fenômenos, além de sujeitos à lei da classificação, formam progressões ternárias. Tudo demonstra que se trata de séries de três termos, que em cada caso representam um tódo que se triparte.

Aqui é o conjunto dos corpos brutos, o mundo inorgânico, que se divide em *terra*, *água* e *ar*, ou em *sólidos*, *líquidos* e *gases*; depois, é a união material das substâncias assumindo as fórmulas de *mistura*, *dissolução* e *combinação*; em seguida, é o mundo tódo, a natureza

morta e a natureza viva, que se divide em *mineraes, vegetaes e animaes*; segue-se o mundo social, compreendendo a *família, a pátria* e a *humanidade*; após, a natureza humana, o mundo moral, distribuído em *coração, espírito e caráter*; finalmente o espaço, tripartido em *linha, superfície e volume*, e o tempo em *passado, presente e futuro*.

Em qualquer caso o termo médio depende do inicial, que lhe serve de fundamento, e do final que o remata ou limita.

A água depende do meio terrestre e aereo onde flue, fundando-se no primeiro e sendo limitada pelo segundo, que a fluidez aerea é o limite da fluidez aquosa.

O estado líquido depende do estado sólido, cuja coesão sofreu certo grão de desagregação molecular, e do estado gasoso, que é o limite dessa desagregação.

A dissolução depende da mistura, porque é uma mistura em que a união se torna homogênea pela fixação de um limite superior de saturação; e da combinação, porque é esta uma dissolução que além de um limite superior possui um limite inferior de saturação.

O vegetal depende do mineral, porque a sua organização e a sua vida não subsistem sem o concurso das substâncias inorgânicas; e do animal porque este limita pela sua atividade a existência do vegetal.

A pátria depende da família, porque a pátria resulta do concurso das famílias sob um governo comum; e da humanidade, que lhe serve de limite, reduzindo a extensão do seu domínio a limitado grupo de homens e terras, e ao mesmo tempo ligando a todos numa livre e fraterna união espiritual.

O espírito depende do sentimento, porque só este inspira as idéas, e do caráter que realiza as ações, limitando as divagações do espírito.

A superfície depende da linha, que é um dos elementos da sua constituição, e do volume de que é limite.

O presente depende do passado, porque dele provém, e do futuro, porque o limita segundo as leis deduzidas do passado.

Mas não é só a subordinação do termo médio aos dous extremos que se induz do exame das classificações ternárias, síntese de todas as classificações. Descobre-se também que o termo central liga o inicial ao final.

Se a sucessão dos três termos representa a marcha espontânea dos seres e fenômenos, a sua constituição sistemática implica o predomínio final do termo intermediário sobre os dous extremos.

Assim, o conhecimento sistemático da água só se completa depois do da terra e do ar; o dos líquidos, depois do dos sólidos e dos gases; o da dissolução, depois do da mistura e da combinação; o dos vegetaes depois do dos mineraes e dos animaes; o da pátria depois do da família e da humanidade; o do espírito, depois do do coração e do caráter; o das superfícies depois do das linhas e do volume; o do presente, depois do do passado e do futuro.

Em resumo, a contemplação dos grupos distribuídos segundo a lei da classificação revela: 1º, que se distribuem essencialmente em séries ternárias; 2º, que em cada série o termo médio se subordina ao inicial e ao final e serve de laço entre eles.

É o que se contém na *lei do intermediário*, assim chamada por Pierre Laffitte, entrevista por Buffon, mas verdadeiramente descoberta por Augusto Comte, que a enunciou nêstes termos:

Todo intermediário depende dos dous extremos cuja ligação opera.

Como a lei do intermediário estabelece a continuidade entre os três termos da série — o médio, e os dous extremos — póde chamar-se também — *lei da continuidade* (5).



(5) Essencialmente objetiva a 5ª série ternária da Filosofia Primeira, embora menos que a precedente, a 4ª, a mais objetiva de todas. Forma essa 5ª série a legislação peculiar à sucessão dos grupos de seres e fenômenos, regulando-lhes a ligação, segundo a sua distribuição em séries, onde os atributos estáticos se conciliam com as propriedades dinâmicas, e em que cada termo se sucede numa certa ordem e se dispõe com determinado nexos. A lei da conciliação rege em cada ser a conversão do movimento em equilíbrio; a da classificação regula a sucessão dos seres e dos fenômenos; a do Intermediário preside à sua conexão. A lei da conciliação é complementar da lei da mutualidade: pois a conversão do movimento em equilíbrio, supõe a equivalência das ações mútuas. A lei da classificação é também complementar da lei dos três estados: pois a seqüência das concepções, regulada pela lei da evolução mental, corresponde à distribuição dos fenômenos e dos seres segundo a lei da classificação. Por essas afinidades, acham-se mais diretamente ligadas, que quaisquer das outras, as três séries ternárias: a 2ª, a 4ª e a 5ª, isto é, as leis dinâmicas do entendimento (lei dos três estados mentais, lei dos três estados ativos, lei dos três estados afetivos), as leis do movimento universal (lei da persistência, lei da coexistência, lei da mutualidade) e as leis da distribuição dos fenômenos e dos seres (lei da conciliação, lei da classificação e lei do intermediário).

NOÇÃO 18ª

A Classificação das Ciências

Regulando a variação dos fenômenos, independentemente da sua categoria, a Filosofia Primeira é constituída por leis universaes, cuja aplicação aos fenômenos segundo a sua própria categoria, dá lugar à formação de leis especiaes menos abstratas que as primeiras, e que, com outras peculiares a cada grupo de propriedades, formam diversas sciências particulares, como as primeiras constituem a sciência geral.

A Filosofia Primeira é a síntese abstrata de tóda a ordem natural; abrange os princípios essenciaes a que obedecem o homem e o mundo.

Do concurso dos dois — homem e mundo — resulta imediatamente a formação das hipóteses. Contemplando o mundo e o homem, forma-se a hipótese mais simples, mais simpática e mais estética de acôrdo com os dados adquiridos. Nessa fórmula revela-se logo a constância na relação e a variação na intensidade dos dados. Surge a noção da imutabilidade e da modificabilidade. Uma e outra dependem dos materiaes fornecidos pelo mundo e das combinações do espírito do homem, e verifica-se que estas se subordinam áquelles; que as imagens são menos intensas que as sensações e que no tumulto daquelas há sempre uma preponderante, a imagem normal. Mas, operando sempre de acôrdo com a lei das concepções e as leis das imagens, o entendimento humano não é sempre o mesmo; varia apresentando três estados sucessivos; fictício, abstrato e positivo. O mesmo acontece com a atividade, primeiro conquistadora, depois defensiva, por último industrial, e com o sentimento que começa pelo apêgo domestico, continua com a veneração cívica e culmina com a bondade, a fraternidade universal. Por outro lado, o mundo mostra ao homem que tódos os estados de equilíbrio ou de movimento tendem a permanecer espontaneamente, assim como não se altera a constituição de qualquer sistema, quando experimenta mutações simultaneas comuns a tódos os seus elementos, e ainda que existe sempre equivalência entre a ação e a reação. Verifica-se afinal que tódo o progresso é o desenvolvimento da ordem; que tóda a classificação procede segundo a generalidade crescente ou decrescente, tanto subjetiva com objetiva; e que o intermediário sucede aos dous extremos cuja ligação opera.

Tódos êsses princípios aplicam-se indistintamente aos corpos brutos como aos entes vivos, aos números como às virtudes, aos fenômenos físicos como aos predicados sociaes, aos seres individuaes como aos organismos coletivos.

O conhecimento de tóda essa ordem é devido à Humanidade. Sem o ser dos seres não o teriamos, embora pudesse ela existir independentemente dêle. Além disso, é a Humanidade que resume tódos os seres e tódos os fenômenos. Por isso mesmo conhecê-la é conhecer o mundo e o homem. Tóda a sciência, a sciência integral é, pois, a sciência da Humanidade.

Mas, como a Humanidade é, segundo a bela fórmula sociológica de Augusto Comte, *o conjunto continuo dos seres convergentes*, e entre êstes cabe a primazia ao homem, o estudo da Humanidade começa pelo estudo do homem. Sendo o homem um animal social, o seu conhecimento tem que ser precedido do da sociedade, do conhecimento dos seres coletivos. E como êstes se compõem de seres vivos e os seres vivos dependem dos fenômenos químicos e físicos, que nêles se realizam, para estudar a sociedade convem antes estudar a vida e as pro-

priedades especiaes e geraes dos corpos, manifestadas em suas fórmas menos complexas, nos corpos brutos. Essas propriedades revelando-se nos seus modos mais simples entre os astros, que só podem ser plenamente conhecidos pelo número, pela extensão e pelo movimento, é preciso estudar antes de tódos esses atributos, os mais elementares e geraes de tódos e que são os atributos matemáticos, base fundamental de tódos os outros. Daí as sete sciências especiaes em que se divide a sciência geral da Humanidade:

- 1^a — Matemática: sciência do número, da extensão e do movimento.
- 2^a — Astronomia: sciência dos astros.
- 3^a — Física: sciência das propriedades geraes da matéria.
- 4^a — Química: sciência das propriedades especiaes da matéria,
- 5^a — Biologia: sciência da vida.
- 6^a — Sociologia: sciência da sociedade.
- 7^a — Moral: sciência do hómem.

Essa divisão da Filosofia Segunda em 7 grãos, ou essa classificação das 7 sciências especiaes, complementares da sciência universal, que é a Filosofia Primeira, admite cinco outras disposições, formadas sucessivamente por grupos de 2, 3, 4, 5 e 6 sciências.

I

2 Constituições binárias:

- 1.^a { Cosmologia (Matemática — Astronomia — Física — Química).
Sociologia (Biologia — Sociologia — Moral).
- 2.^a { Filosofia Natural (Matemática — Astronomia — Física — Química — Biologia).
Filosofia Moral (Sociologia — Moral).

II

3 Constituições ternárias:

- 1.^a { ordem Material (Matemática — Astronomia — Física — Química).
ordem Vital (Biologia).
ordem Humana (Sociologia — Moral).
- 2.^a { Leis Físicas (Matemática — Astronomia — Física — Química — Biologia).
Leis intellectuaes (Sociologia).
Leis Moraes (Moral).
- 3.^a { Lógica (Matemática).
Física (Astronomia — Física — Química).
Moral (Biologia — Sociologia — Moral).

III

2. Constituições quaternárias.

- 1.^a {
 Cosmologia (Matemática — Astronomia — Física — Química).
 Biologia.
 Sociologia.
 Moral.
- 2.^a {
 Par Inferior (Matemática — Astronomia).
 Par Médio (Física — Química).
 Par Superior (Biologia — Sociologia).
 Moral.

IV

1. Constituição quinária.

Matemática (Matemática e Astronomia).
 Física (Física e Química).
 Biologia.
 Sociologia.
 Moral.

V

1. Constituição senária.

Matemática (Matemática e Astronomia)
 Física
 Química
 Biologia
 Sociologia
 Moral.

Em resumo, a hierarquia enciclopédica, ou a classificação das ciências constitutivas da Filosofia Segunda, pôde ser formada de 10 escalas, as únicas verdadeiramente importantes, que devem ser objeto de estudo.

1.^a Escala:

- 1 — Cosmologia.
 2 — Sociologia.

2.^a Escala:

- 1 — Filosofia Natural.
 2 — Filosofia Moral.

3.^a Escala:

- 1 — Cosmologia.
 2 — Biologia.
 3 — Sociologia.

4.^a Escala:

- 1 — Cosmobiologia.
- 2 — Sociologia.
- 3 — Moral.

5.^a Escala:

- 1 — Lógica.
- 2 — Física.
- 3 — Moral.

6.^a Escala:

- 1 — Cosmologia.
- 2 — Biologia.
- 3 — Sociologia.
- 4 — Moral.

7.^a Escala:

- 1 — Matemáticastronomia.
- 2 — Físicoquímica.
- 3 — Biosociologia.
- 4 — Moral.

8.^a Escala:

- 1 — Matemáticastronomia.
- 2 — Físicoquímica.
- 3 — Biologia.
- 4 — Sociologia.
- 5 — Moral.

9.^a Escala:

- 1 — Matemáticastronomia.
- 2 — Física.
- 3 — Química.
- 4 — Biologia.
- 5 — Sociologia.
- 6 — Moral.

10.^a Escala:

- 1 — Matemática.
- 2 — Astronomia.
- 3 — Física.
- 4 — Química.
- 5 — Biologia.
- 6 — Sociologia.
- 7 — Moral.

Cada uma dessas escalas obedece à 14.^a lei de Filosofia Primeira, ao princípio universal do classamento positivo, considerando-as no sentido direto ou inverso da sucessão dos seus graus. Todas as ciências que as compõem estão classificadas segundo a ordem de generalidade crescente ou decrescente tanto subjetiva como objetiva. E a escala que forma a série didática, a que deve guiar o espírito na aquisição dos conhecimentos teóricos, é a escala setenária: Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia, Sociologia e Moral.

Matemática — é a ciência do número, da extensão e do movimento; estuda a medida indireta das grandezas.

Astronomia — é a ciência matemática dos astros; estuda as leis do número, da extensão e do movimento em relação aos corpos celestes.

Física — é a ciência das propriedades geraes dos corpos: gravidade, calor, luz, som, electricidade e magnetismo, sabor e odor.

Química — é a ciência dos fenómenos de composição e decomposição das substâncias; estuda os attributos especiaes dos corpos.

Biologia — é a ciência da vida; estuda as leis geraes da existência vegetal e animal.

Sociologia — é a ciência da organização e da evolução da existência social.

Moral — é o estudo da natureza humana, do homem individual; *teórica* — é a Psicologia, ciência da alma, tratado do espirito humano, ou, melhor, do conjunto das funções do cérebro; *prática*, é a Moral, propriamente dita; institue o aperfeiçoamento da natureza humana, a educação do homem.

Em cada uma dessas sciências, como em toda a ciência, há que se considerar não só a *doutrina* como também o *método*.

Doutrina — é o conjunto das noções adquiridas pelo conhecimento das leis dos fenómenos. Método — é o conjunto dos processos por que se adquire o conhecimento dessas leis. A doutrina é o objeto da *ciência* propriamente dita; o método é o objeto da *lógica*. É um assunto inseparavel do outro, porque é pelo estudo das leis dos fenómenos que se sabem os processos para conhecê-las; é raciocinando que se aprende a raciocinar. Não se separa o método da doutrina, a lógica da ciência.

Assim, pois, em cada uma das 7 sciências predomina um processo especial de raciocínio. Na Matemática — a *dedução*; na Astronomia — a *observação*; na Física — a *experimentação*; na Química — a *nomenclatura*; na Biologia — a *comparação*; na Sociologia — a *filiação*; na Moral — a *construção*. Os 5 intermédios formam o processo geral — a *indução*.

Dedução — é o modo de raciocinar pelo qual se vae do geral ao particular, formando conclusões especiaes emanadas de proposições geraes.

Indução — é o modo de raciocinar pelo qual se vae do particular para o geral, achando o que há de constante na variedade dos casos.

Observação — é o modo de raciocinar pelo qual induzimos mediante a contemplação dos fenómenos, taes como se nos apresentam naturalmente, sem lhes introduzirmos nenhuma modificação.

Experimentação — é o modo de raciocinar pelo qual induzimos mediante a contemplação dos fenómenos artificialmente produzidos, introduzindo-lhes as modificações a apreciar.

Comparação — é o modo de raciocinar pelo qual induzimos mediante a contemplação de fenómenos semelhantes.

Filiação — é o modo de raciocinar pelo qual induzimos mediante a contemplação de fenómenos sucessivos.

Nomenclatura — é o modo de raciocinar pelo qual induzimos mediante a contemplação de fenómenos nominalmente assinalados.

Construção — é o modo de raciocinar pelo qual se aceitam ou se rejeitam proposições segundo a sua compatibilidade ou incompatibilidade com induções ou deduições anteriores. O chamado *método de redução ao absurdo* é um caso particular do método construtivo.

Tanto os 7 grãos científicos como os 7 grãos lógicos podem ser condensados em 3.

A escala científica reduz-se à Matemática ou Lógica; à Física — abrangendo a Física Celeste ou Astronomia, a Física Terrestre Geral, ou Física, propriamente dita, a Física Terrestre Especial ou Química;

— à Moral, compreendendo a Biologia, como preâmbulo, a Sociologia e a Moral própria dita, Moral Teórica ou Psicologia Positiva, e Moral Prática, como campo próprio.

A escala lógica condensa-se em dedução, indução e construção, porquanto os cinco grãos intermédios são modos diferentes do mesmo raciocínio indutivo.

Além disso, a doutrina e o método científicos exercem-se por 3 meios: os *sentimentos*, as *imagens* e os *sinaes*.

Sentimento — é o meio lógico pelo qual raciocinamos segundo as afeições que nos dominam.

Imagem — é o meio lógico pelo qual raciocinamos, combinando em nosso cérebro as representações diretas dos seres e dos fenômenos.

Sinal — é o meio lógico pelo qual raciocinamos, combinando em nosso cérebro representações indiretas dos seres e dos fenômenos.

Cada um desses meios lógicos predomina mais especialmente num dos grãos de cada uma das outras duas escalas. Assim há entre as três a seguinte correspondência:

Matemática — Dedução — Sinal;
Física — Indução — Imagem;
Moral — Construção — Sentimento.

Matemática é a ciência da dedução; a dedução é o método da Matemática; o sinal é o meio da dedução; a dedução é a lógica do sinal.

Física é a ciência da indução; a indução é o método da Física; a imagem é o meio da indução; a indução é a lógica da imagem.

Moral é a ciência da construção; a construção é o método da Moral; o sentimento é o meio da construção; a construção é a lógica do sentimento.

Resumindo a classificação das ciências, reproduzimos a seguir a sinopse em que Augusto Comte condensa as várias escalas científicas, destacando especialmente as de 5 e 7 grãos. É o que ele chamou: jerarquia teórica das concepções humanas ou quadro sintético da ordem universal.

DIVISÃO DOGMÁTICA

Estudo da Terra
ou
COSMOLOGIA

Abstrata, ou

Estudo fundamental da existência universal..... 1.

(primeiro numérica, depois geométrica, e em fim mecânica).

Concreta, ou

Estudo direto da ordem material..... 2.

Estudo do Homem
ou
SOCIOLOGIA.

Preliminar, ou

Estudo geral da ordem vital.. 3.

Final, ou

Estudo direto da ordem humana. { coletiva..... 4.

{ individual... 5.

MATEMÁTICA..... 1.

FÍSICA { celeste ou ASTRONOMIA..... 2.
 { geral ou FÍSICA..... 3.
 { terrestre { (própriamente dita)
 { especial ou QUÍMICA.. 4.

BIOLOGIA..... 5.

SOCIOLOGIA..... 6.
(própriamente dita)

MORAL..... 7.

SIÊNCIA PRELIMINAR
OU
FILOSOFIA NATURAL
(Ordem exterior)

SIÊNCIA FINAL
OU
FILOSOFIA MORAL
(Ordem humana)

DIVISÃO HISTÓRICA

FILOSOFIA SEGUNDA

1. LÓGICA : Siência do ESPAÇO.....
2. FÍSICA: Siência da TERRA.....
3. MORAL: Siência da HUMANIDADE.....

Depois de ter instituído a Filosofia Primeira, como preâmbulo sintético do dogma científico, Augusto Comte condensou afinal a Filosofia Segunda na série ternária a que já aludimos, e que se tornou preponderante sobre todas as outras. Onde este novo quadro, que resume e completa o anterior, e onde se destacam as escalas de 3, 5 e 7 grãos.

FILOSOFIA SEGUNDA

Estudo do Mundo

ou

COSMOLOGIA

Estudo do Homem

ou

SOCIOLOGIA

Abstrata

Concreta

Preliminar

Final

- | | | | | | |
|----|----------------------|----|------------|---------------------|--------------|
| 1. | MATEMÁTICA..... | 1. | | | |
| 2. | ASTRONOMIA..... | 2. | } Concreta | } <i>COSMOLOGIA</i> | } Preliminar |
| | FÍSICA..... | 3. | | | |
| | (própriamente dita) | 4. | | | |
| | QUÍMICA..... | 4. | | | |
| 3. | BIOLOGIA..... | 5. | | | |
| 4. | SOCIOLOGIA..... | 6. | } Final | } <i>SOCIOLOGIA</i> | } Preliminar |
| | (própriamente dita). | 7. | | | |
| 5. | MORAL..... | 7. | | | |
| | (própriamente dita). | | | | |

POSFÁCIO

A Filosofia Primeira, que em sumarissimas noções acabo de expôr, como introdução ao estudo das sciências especiaes, constitutivas da Filosofia Segunda, e a titulo de simples instrução, fórma parte integrante da doutrina universal que é o Positivismo. E' o preâmbulo sintético do dogma da Religião da Humanidade, dogma em que a teologia e a metafísica das outras religiões são substituídas pela sciência.

Para evitar dúvidas e confusões, nunca é demais insistir em que a Religião da Humanidade nada tem de comum com as outras religiões, se dermos à palavra religião o sentido vulgar de sistema doutrinário tendo por fim explicar a origem e o destino do homem, mediante crenças mais ou menos ficticias num ou muitos deuses, numa ou muitas entidades, e a quem se dirigem manifestações cultuaes. A Religião da Humanidade, sôb êsse aspeto, é, por assim dizer, uma religião irreligiosa; é, como diz o próprio Fundador, a *religião dos que não téem nenhuma*. Constitue o prolongamento e o remate das religiões universalmente reconhecidas, a *religião da Família*, a *religião da Pátria*, tôdas mais ou menos proclamadas pelos próprios adeptos das religiões, propriamente ditas.

A Religião da Humanidade é simplesmente a coordenação da vida na Terra, tendo o *amor por principio e a ordem por base*; o *progresso por fim* — segundo a fórmula que a resume. O seu culto é a sistematização das práticas espontaneas de veneração aos mortos, às reliquias, aos grandes homens, às grandes instituições, aos grandes acontecimentos. A poesia ou arte, sob o tríplice aspeto — verbal, sonoro e plástico — é o meio de realizar no mais alto gráo essa adoração dos novos deuses, resumidos na suprema trindade: Espaço, Terra e Humanidade. O seu dogma é a sciência: o conjunto das leis imutáveis que regem o mundo e o homem. O seu regimen é a indústria: a ação total do homem sobre o mundo. De sorte que tôdos os que não crêem mais em Deus ou nos deuses e se limitam à existência

terrestre — a única aliás em que *todos* acreditam sem discrepância, mesmo os que sonham com céus e infernos extraterrestres, vidas objetivas depois da morte — são aptos a aceitar a *religião irreligiosa, a religião dos que não têm nenhuma*. E estudando a Filosofia Primeira ficam preparados para estudarem a Filosofia Segunda e afinal toda a Religião da Humanidade. Ainda que não realizem uma conversão radical, podem modificar suficientemente a opinião, de modo a evitarem os extravios do espírito, que tantos males têm causado e estão causando à sociedade, cada vez mais abalada pelo tumulto das idéas retrógrado-revolucionárias.

Chamando Religião ao Positivismo, Augusto Comte não lhe podia ter dado melhor denominação para exprimir o grão de universalidade no espaço e no tempo da doutrina que sistematizou.

Com efeito, religião vem de religar, e religar quer dizer ligar duas vezes. Ora, a Religião da Humanidade tem por objeto ligar interiormente cada indivíduo, e ligá-lo exteriormente aos outros indivíduos, em nome de princípios científicos unânimesmente aceitos. Logo é uma religião, uma religião científica, como o Catolicismo, o Islamismo, o Judaísmo são religiões teológicas.

A diferença essencial entre a primeira e as últimas consiste apenas na doutrina que opera a dupla ligação. Nestas, é a teologia, naquela, é a ciência.

Poderia a Religião Positiva ser chamada Síntese, para não ser confundida com as religiões teológicas, mas esse termo é insuficiente, porque exprime sómente uma sistematização parcial, a da vida intelectual; ao passo que o Positivismo coordena a vida total — coração, espírito e caráter; abrange três coordenações parciais — a dos sentimentos, a das idéas, e a dos atos; é ao mesmo tempo simpatia, síntese e sinergia. Por isso mesmo só o termo *religião*, na sua acepção independente de qualquer doutrina, fictícia ou real, pode qualificar perfeitamente a ideologia universal, a síntese das sínteses, o Positivismo.

Elemento dogmático da Religião da Humanidade, a Filosofia Primeira pôde comtudo ser conhecida sem essa finalidade religiosa, mesmo por aquêles que professam religiões teológicas, como o Catolicismo. Se com elas são de todo incompatíveis certos princípios, como a *Lei dos 3 estados*, outros constituem teoremas perfeitamente conciliáveis com as idéas teológicas, como a *Lei da mutualidade*. Eis porque não duvidei lecioná-la à minha filha, criada e educada na Religião Católica, expondo-lhe lealmente os pontos em que as suas crenças não se podem harmonizar com as leis da ciência universal, e ao mesmo tempo chamando-lhe a atenção

para os que não revelam o mesmo antagonismo, e mostrando sempre que a verdadeira unidade de opiniões sobre os assuntos mais complexos da vida social e da vida moral, só a ciência poderá conseguir no futuro, como no passado e no presente já o conseguiu em relação aos casos mais simples da existência terrestre. De sorte que só uma *religião científica*, seja ou não a sistematizada por Augusto Comte, poderá ser verdadeiramente católica, isto é, universal.

Parece-me que, usando dêsse contemplamento, dêsse relativismo na propaganda da instrução positiva, se faz obra de benefício social; contribue-se para tornar cada vez mais conhecido e amado o nome e a obra de Augusto Comte, embora não forme positivistas no sentido restrito do termo.

Como livre discípulo de Augusto Comte, e que não é, nem nunca foi membro de qualquer grêmio ou capela positivista — embora dispense a tôdos a simpatia que merecem os seus esforços coletivos, quaesquer que sejam as restrições que possa fazer, que realmente faça, ou tenha feito a êsses esforços — não cesso nunca de me conduzir na propaganda do Positivismo, segundo os dous preceitos proclamados pelo Divino Mestre:

*Malgré soi on est de son siècle;
Conciliant en fait, inflexible en principe.*

E' ainda a observância dêsses preceitos que explica o ensino positivista da Filosofia Primeira, à minha filha católica.

O meu nomenclário filosófico póde servir tambem para despertar nos jóvens já emancipados, e vítimas das ideologias subversivas e reacionárias dos nossos tempos, o desejo de conhecerem e aprenderem o dogma positivo, e para inspirar-lhes respeito e admiração motivados pela obra integral de Augusto Comte.

Embora seja útil, como simples instrução do espírito, não se deve esquecer, entretanto, que a Filosofia Primeira, resumidamente condensada nêstes rudimentos, só produz tôdos os seus efeitos sociaes e moraes, quando ministrada como ensino religioso, como preâmbulo sintético do dogma positivo, parte integrante da Religião da Humanidade.

Reis Carvalho.

5 de Dante de 143.
Rio de Janeiro, _____
20 de Julho de 1931.

NOTA FINAL

Este livro é uma novidade científica. Primeiro, porque, embora instituídas por Augusto Comte, há mais ou menos 80 anos, as leis de Filosofia Primeira são quase desconhecidas do público e da maioria dos intelectuaes. Dêstes, a não ser os positivistas, poucos as conhecem. Segundo, porque o único livro até hoje publicado exclusivamente sobre o assunto é o de Pierre Laffitte; não sei da existência de outro. O que há e tem havido são cursos oraes, não transformados em livros.

Entretanto, para a maioria letrada, e mesmo para respeitáveis e respeitados valores científicos da atualidade, que desconhecem ou mal conhecem a obra integral de Augusto Comte, o meu pequenino nocio-nário filosófico pôde parecer assunto velho, aferido pelas chamadas novas criações da ciência contemporanea, pelas proclamadas novas idéas científicas, surgidas depois de Augusto Comte.

E' uma ilusão, um erro dos que assim pensam.

Basta comparar com imparcialidade, com espírito de justiça, não digo a obra integral, a obra religiosa, que essa é incomparavel, mas simplesmente os trabalhos, as concepções científico-filosóficas de Augusto Comte, com o que de real, de útil, de positivo, se fez depois dêle, para não ter dúvidas em rejeitar afirmações como estas, de um cientista, que, aliás, é mundialmente conhecido como sabedor e admirador da obra filosófica do mestre dos mestres, o Sr. Marcel Boll:

"En conformité avec les connaissances de son temps — diz êle num artigo inserto na revista "La Science et La Vie" (n. 114, de 1926) — Auguste Comte divisait les sciences théoriques les plus simples en mathématiques, physique, chimie, biologie... Eh bien! à l'heure actuelle, la physique théorique se trouve ramenée à deux parties, qui n'en font ou plutôt, qui n'en feront qu'une: l'inertie-gravitation et l'électricité-magnétisme. La première (inertie-gravitation) embrasse d'abord toute l'ancienne géométrie, toute l'ancienne mécanique et ses dépendances: pesanteur, étude des liquides incompressibles et non visqueux, acoustique; il faut, en outre, lui rattacher la chaleur sensible qui est un mouvement désordonné des particules matérielles.

"Quant à la seconde partie, l'électricité-magnétisme, elle a conquis toute la physique des radiations (y compris l'optique et la chaleur rayonnante), la conduction de la chaleur, mais aussi la cohésion de la matière — c'est-à-dire sa résistance à la déformation et à la rupture — et enfin, toutes les réactions chimiques, qui se réduisent finalement à des déplacements de

corpuscules électrisés... La physique a progressivement incorporé la géométrie, la mécanique et la chimie; cette unification de nos connaissances aura certainement une portée pratique incalculable."

Dizer isso é confundir o material objetivo, concreto, que todos os dias nos fornece a contemplação dos seres, com a construção subjetiva, abstrata, da classificação dos fenômenos; é desconhecer que, se, objetivamente, concretamente, a natureza é una, pois todos os corpos se nos apresentam em sua existência integral, onde coexistem ao mesmo tempo o número, a forma, o movimento, o peso, a luz, o calor, o som, etc.; subjetivamente, abstratamente, a natureza é múltipla; de sorte que o fenômeno numérico será eternamente diferente do geométrico e do mecânico, como o sonoro do luminoso e do elétrico; os atributos físicos, dos químicos e uns e outros, dos viles, muito embora existam relações íntimas, profundas entre eles, de modo tal que nos pareçam ser ou sejam de fato gerados uns pelos outros. Só o espírito metafísico, espírito insidioso e sutil, que empolga, sem que eles o percebam, cientistas como Marcel Boll, é que explica a lamentável confusão e leva a considerar incompatível com as descobertas modernas a sábia e profunda classificação das ciências, operada por Augusto Comte, segundo a lei universal da hierarquia, o 14º princípio de Filosofia Primeira.

Tudo o que neste livrinho se encontra, nada tem de velho, de anacrônico. Ao contrário, todo ele trata de assunto sempre atual e sempre novo. E se algum dia novos dados fornecidos pelo Mundo e pelo Homem, fizerem modificar inteiramente não só as de Filosofia Primeira mas também todas as leis científicas, mudá-las mesmo noutras leis, estas, por mais diversas que forem das até então admitidas, terão de obedecer à lei basilar e eterna de todo conhecimento real, à lei das hipóteses, à lei da relatividade, descoberta por Augusto Comte. As novas leis serão fatalmente hipóteses as mais simples, as mais estéticas e as mais simpáticas de acordo com o novos dados. De modo que permanecerá imperecível a obra científica do Pensador Universal.

Se não fosse o que estou escrevendo uma simples nota, desenvolveria amplamente a minha tese. Em todo o caso, ficam estas palavras, dirigidas aos intelectuaes de todos os matizes como protesto antecipado à pretensão de certos cientistas, embora competentes sob vários aspectos, de acharem hoje velhas, concepções cada vez mais novas de Augusto Comte, e, principalmente, contra opinião semelhante, emitida por petulantes letrados com a mesma ignorância com que costumam — na linguagem vibrante de Augusto Comte — decidir em sociologia sem saber aritmética.

Reis Carvalho.

Rio de Janeiro, 3 de Carlos Magno de 144 (19 de Junho de 1932).



ÍNDICE

	Pags.
PREFÁCIO.....	5
NOÇÃO 1ª.—A Teoria da Abstração.....	9
NOÇÃO 2ª.—As Leis de Filosofia Primeira.....	12
NOÇÃO 3ª.—A Lei da Relatividade.	15
NOÇÃO 4ª.—A Lei da Imutabilidade.	19
NOÇÃO 5ª.—A Lei da Modificabilidade.	21
NOÇÃO 6ª.—A Lei das Construções Subjetivas.	23
NOÇÃO 7ª.—A Lei das Imagens.	26
NOÇÃO 8ª.—A Lei da Imagem Normal.....	28
NOÇÃO 9ª.—A Lei da Evolução Intelectual.....	30
NOÇÃO 10ª.—A Lei da Evolução Ativa.	34
NOÇÃO 11ª.—A Lei da Evolução Afetiva	37
NOÇÃO 12ª.—A Lei da Persistência.	40
NOÇÃO 13ª.—A Lei da Coexistência.	42
NOÇÃO 14ª.—A Lei da Mutualidade.	45
NOÇÃO 15ª.—A Lei da Conciliação.	47
NOÇÃO 16ª.—A Lei da Classificação.	51
NOÇÃO 17ª.—A Lei do Intermediário.	54
NOÇÃO 18ª.—A Classificação das Siências.	59
POSFÁCIO.....	67
NOTA FINAL.....	71



CATÁLOGO

DE

PUBLICAÇÕES E ESCRITOS INÉDITOS

DE

REIS CARVALHO

(Oscar d'Alva)

Nulla dies sine linea
PLÍNIO

NOTAS À MARGEM

Il faut publier tout.
GOETHE.

Bons ou máos, úteis ou inúteis, tódos os escritos mencionados neste catálogo representam o nosso labor intelectual durante mais de três decênios, desde a remota meninice até à madureza actual.

Por não sabermos quando nos será possível publicar, devidamente seleccionado, tudo que escrevemos e se acha esparso em jornaes e revistas, ou ainda conservamos inédito, pareceu-nos útil indicá-lo nesta resenha, assinando o nome e a data dos periódicos em que se fizeram as respectivas publicações. Talvez seja realmente de alguma utilidade essa indicação, aos que, pelo menos a título documentário, quizerem conhecer alguns dos nossos escritos.

A maioria desses escritos — folgamos em reconhecê-lo — não constitue mera satisfação do espírito, mas serviço social prestado, dentro das nossas possibilidades materiaes e moraes.

Graças à benfazeja Fatalidade, e apesar de mil difficuldades económico-financeiras, a nossa actividade de propagandista de novos ideaes — por meio da palavra escrita, a que juntámos, tanto quanto possível, o exemplo — nunca nos serviu de meio de vida, nunca nos proporcionou vantagens materiaes. Por isso mesmo, os nossos escritos, quando outro valor não tenham, possuem o de não estarem eivados de qualquer interêsse pecuniário, ou outro que se lhe assemelhe. De sorte que a nossa acção espirital pôde ser objecto de critica por erros do espírito, mas não por vícios do coração.

Além dos que se contêm neste catálogo, temos ainda alguns trabalhos, publicados e inéditos, que nos parecem de tódo sem valor, mesmo documentário, e por isso não os incluímos entre os catalogados. Taes são várias crónicas de teatro, alguns versos, fantasias, e um ou outro artigo político, científico ou literário.

Publicando esta relação bibliográfica, adotamos provisóriamente o conceito de Goethe, num diálogo com o naturalista genebrino Frederico Soret — *Il faut publier tout* — mas não o aceitamos definitivamente como lèma de publicidade. Ao contrário, pensamos que nem tudo que se escreve convem ser publicado. Para nós, o conselho de Plínio sobre a leitura, deve ser applicado à publicidade. Dizia o mestre latino que é preciso ler *muito* mas não *muitos* — *legere multum, non multa* — isto é, ler muitas vezes um bom livro e nem uma vez muitos livros máos. Parafraseando-o, dizemos — *publicare multum, non multa*: publicar muitas vezes um bom livro e nem uma só vez muitos livros máos. Infelizmente, os escritores nem sempre, ou quase nunca, observamos a sábia regra...

R. C.

CATÁLOGO DE PUBLICAÇÕES E ESCRITOS INÉDITOS

DE

REIS CARVALHO

(OSCAR D'ALVA)

I

PUBLICAÇÕES EM LIVROS

1. — **PRELÚDIOS** — Poesias — Rio de Janeiro — 1903 — Editores: Laemmert & Comp.
2. — **SENHORA** — Peça em cinco atos, extraída, em colaboração com E. Marinho Aranha, do romance homônimo de José de Alencar — Rio de Janeiro — 1904 — Editor: o jornal de modas **A Estação**.
3. — **CAVALHEIRISMO RÚSTICO** — Libréto da ópera homônima de Pêdro Mascagni, tradução em verso, em colaboração com Montrose Miranda — Rio de Janeiro — 1904 — Editores: Viana & Comp.
4. — **CAVATINAS** — Poesias — Rio de Janeiro — 1904 — Editores: Laemmert & Comp.
5. — **A QUESTÃO DO ENSINO** — Bases de uma reforma da instrução pública no Brasil — Rio de Janeiro — 1910 — Ed. do A. — Tip. do **Jornal do Comércio**.
6. — **O PODER JUDICIÁRIO E A LIBERDADE PROFISSIONAL** — Conferência e artigos complementares — Rio de Janeiro — 1913 — Ed. do A. — Tip. do **Jornal do Comércio**.
7. — **A LITERATURA MARANHENSE** — Memória publicada na **Biblioteca Internacional de Obras Célebres** — Vol. XX, pags. 9.737 a 9.756 — Lisboa — 1913.
8. — **LES NEUTRES ET LA GRANDE GUERRE** — Article publié dans le **Jornal do Comércio** du 21 Octobre 1914, suivi des traductions française, italienne, espagnole, anglaise et allemande — Rio de Janeiro — 1915 — Ed. do A. — Tip. do **Jornal do Comércio**.
9. — **A GUERRA E A GRANDE GUERRA** — Conferência — Rio de Janeiro — 1915 — Editora: **Liga Brasileira pelos Aliados**.

10. — **LA DICTATURE RÉPUBLICAINE ET LE GOUVERNEMENT BRÉSILIEU** — Mémoire présenté au 2ème Congrès Scientifique Pan-Américain — 1915 — Washington — Imprimerie du Gouvernement — 1917 — **Proceedings of The Second Pan American Scientific Congress**, Vol. VII, pags.501/509 — 1917.
11. — **A MULHER NA LITERATURA BRASILEIRA** — Conferência da série organizada pela Biblioteca Nacional — 1915 — **Anaes da Biblioteca Nacional** — Vol. XL — 1923.
2. — **POSIÇÃO ENCICLOPÉDICA DA GEOGRAFIA ou LUGAR DA GEOGRAFIA NA SÉRIE DOS CONHECIMENTOS HUMANOS** — Memória apresentada ao 5º Congresso Brasileiro de Geografia — 1916 — **Anaes**, 2º Vol. — 1917.
13. — **LA GUERRE ET LA GRANDE GUERRE** — Conférence faite en portugais au Cercle Français de Rio de Janeiro, le 8 Novembre 1915; traduction française par le Professeur Augusto de Araújo Gonsalves — Rio de Janeiro — 1918 — Tip. Bernard Frères.
14. — **POESIAS** — Volume de 600 paginas em que reuniu o A. tóda a sua obra poética: **Prelúdios, Cavatinas, Sonatas, Mater, Poemas do Coração, Musa da Guerra, Poemas Sociolátricos** — Manãos — 1922 — Editor: J. F. Couceilo (Livraria Acadêmica).
15. — **POUR LA JUSTICE** — 3 articles contre l'impunité de l'occupant de la présidence de la République, Epitácio da Silva Pessoa — Rio de Janeiro — 1924 — Ed. do A.
6. — **OS FERIADOS BRASILEIROS** — Sumária apreciação dos dias de festa nacional, considerados como datas de celebração do culto cívico, da Religião da Pátria, preâmbulo da Religião da Humanidade — Rio de Janeiro — 1926 — Editores: Pimenta de Mello & Comp.
17. — **NOÇÕES DE FILOSOFIA PRIMEIRA** — Resumidíssima exposição das 15 leis universaes que regem tódos os fenômenos independentemente da sua categoria — Rio de Janeiro — 1932 — Ed. do A. — Tip. da Imprensa Nacional.

II

PUBLICAÇÕES EM JORNAES E REVISTAS

18. — **ENSAIOS ENCICLOPÉDICOS** — Diversos estudos sôbre matemática, física, química, siências moraes e políticas, e literatura — 1894-1932:
- I. **ENSAIOS MATEMÁTICOS** — 1. O quadrado da hipotenusa (D. M. — 1894) — 2. Novos princípios da teoria das desigualdades (Pc. — 1895) — 3. Nôvo método para a resolução das equações do 1º gráo (R. A. — Maio e Agosto de 1898) — 4. Definição dos tipos geométricos (Db. — 4 de Agosto de 1898).

- II. ENSAIOS FÍSICO-QUÍMICOS — 1. Definição e divisão da Física; suas relações com outras ciências (F. — 1894; Ph. — 1895; R. E. P. — 1901) — 2. A inércia (Db. — 15 de Junho de 1898) — 3. As lacunas da Física (Db. — 13 de Agosto de 1898) — 4. As leis químicas (Db. — 22 e 29 de Junho, 6, 14 e 28 de Julho de 1898) — 5. A nomenclatura dos hidratos (Db. — 24 de Outubro de 1898).
- III. ENSAIOS MORAES E POLÍTICOS — 1. A anarquia moderna e a Religião da Humanidade (Pc. — 1896) — 2. O Positivismo (A. F. — 1901) — 3. A questão feminina (K. — Janeiro a Abril de 1904) — 4. A Religião e a Medicina (K. — Agosto de 1904) — 5. A Revolução Franceza (K. — Julho de 1905) — 6. O Positivismo e os fenômenos psíquicos ocultos (An. — 7 de Dezembro de 1905; trad. franceza em *L'Étoile du Sud* — le 12 et le 19 Novembre 1922) — 7. Benjamin Constant (D. N. — 22 de Janeiro de 1907) — 8. Revolta e martírio (Sl. — 26 de Novembro de 1921; G. T. — 23 de Dezembro de 1921) — 9. A disciplina republicana (M. L. — 5 de Setembro de 1923) — 10. A classificação social (Ff. — 25 de Dezembro de 1923; G. — 4 de Abril de 1927) — 11. A reforma econômica (Br. — 15 e 22 de Abril de 1925; C. M. — 8 de Fevereiro de 1931) — 12. Teixeira Mendes (I. B. — Outubro de 1927) — 13. As três aelúias (I. B. — Fevereiro de 1928) — 14. O governo republicano e o bem público (Br. — 13 de Dezembro de 1926; G. — 2 de Novembro de 1929; C. M. — 21 de Fevereiro de 1932) — 15. Comunismo e anticomunismo (C. M. — 9 de Julho e 5 de Agosto de 1930).
- IV. ENSAIOS LITERÁRIOS — 1. Um drama de Paul Hervieu: *La course du flambeau* (Dr. — 1º de Agosto de 1902) — 2. Cervantes e o *D. Quixote* (K. — Junho de 1905) — 3. Odorico Mendes (K. — Agosto de 1905) — 4. Bocage e a sua obra (An. — 28 de Dezembro de 1905) — 5. José de Alencar (S. XX. — Maio de 1906; G. — 1º de Maio de 1929) — 6. Dante e a *Divina Comédia* (G. T. — 14 de Setembro de 1921) — 7. A reforma social em Tolstoi, Ibsen e Zola (Ff. — 20 de Dezembro de 1924) — 8. O Futurismo (Br. — 18 de Maio de 1926) — 9. O *Fausto* de Goethe (C. M. — 3 de Abril de 1932)
19. — **A REFORMA DA ORTOGRAFIA** — Estudo comparativo das simplificações ortográficas admitidas pelo Apostolado Positivista do Brasil, pela Academia Brasileira de Letras e pelo Governo Portuguez, seguido de um conjunto de regras ortofônicas e ortográficas, sistematizadas pelo Autor. — 1907-1916 (S. L. — 1915-1917; Mã. — Outubro e Novembro de 1929).
20. — **A LIÇÃO DE ANATOMIA** — Contos e fantasias — 1895-1920: — 1. O beijo (Ph. — 22 de Outubro de 1895) — 2. Lenda oriental (Pc. — 12 de Agosto de 1896) — 3. A única feliz (P. — 17 de Agosto de 1900) — 4. O destino (P. — 21 de Fevereiro de 1901) — 5. A viúva (R. O. — 27 de Maio de 1905) — 6. A lição de anatomia (K. — Dezembro de 1907; trad. espanhola em *Hojas Selectas*, de Barcelona — Outubro de 1911, e em *La Iberia*, de Buenos Aires — 5 de Outubro de 1911. O original figura também na *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*, vol. XXIII, pags. 11.628/11.631) — 7. O dominó verde (Sl. — 15 de Março).

de 1919) — 8. In anima nobili... (Ff. — Natal de 1923) — 9. Megacéfalo e microglóssos (Cl. — 12 de Julho de 1919) — 10. O fim da quadrilha (Mã. — 4 de Agosto de 1929).

21. — **OS ELEITOS DA HUMANIDADE** — Notícia biográfica e apreciação sociológica de 206 grandes personagens históricas, segundo o calendário composto por Augusto Comte (G. N. — 1911-1912):

- a) **MEZ DE MOISÉS: A TEOCRACIA INICIAL** — 1. Prometeu — 2. Cadmo — 3. Hércules — 4. Teseu — 5. Orfeu — 6. Tirésias — 7. Ulisses — 8. Licurgo — 9. Rômulo — 10. Numa — 11. Bel — 12. Semíramis — 13. Sesóstris — 14. Manu — 15. Ciro — 16. Zoroastro — 17. Os Druidas — 18. Ossian — 19. Buda — 20. Fu-Hi — 21. Láo-Tsé — 22. Meng-Tsé — 23. Os Teocratas do Tibet — 24. Os Teocratas do Japão — 25. Manco-Capac — 26. Tameaméa — 27. Confúcio — 28. Abraão — 29. José — 30. Samuel — 31. Salomão — 32. David — 33. Isafas — 34. S. João Batista — 35. Harun-al-Raschid — 36. Abdarâman III — 37. Maomé.
- b) **MEZ DE HOMERO: A POESIA ANTIGA** — 1. Hesíodo — 2. Tirteu — 3. Safo — 4. Anacreonte — 5. Píndaro — 6. Sófocles — 7. Eurípides — 8. Teócrito — 9. Longo — 10. Esquilo — 11. Escopas — 12. Zeuxis — 13. Ictino — 14. Praxíteles — 15. Lisipo — 16. Apeles — 17. Fídias — 18. Esópo — 19. Pilpai — 20. Plauto — 21. Terêncio — 22. Menandro — 23. Fedro — 24. Juvenal — 25. Luciano — 26. Aristófanes — 27. Ênio — 28. Lucrécio — 29. Horácio — 30. Tibulo — 31. Ovídio — 32. Lucano — 33. Virgílio.
- c) **MEZ DE ARISTÓTELES: A FILOSOFIA ANTIGA** — 1. Anaximandro — 2. Anaximenes — 3. Heráclito — 4. Anaxágoras — 5. Demócrito — 6. Leucipo — 7. Heródoto — 8. Tales — 9. Solon — 10. Xenófanes — 11. Empédocles — 12. Tucídides — 13. Arquitas — 14. Filoláo — 15. Apolônio de Tiana — 16. Pitágoras — 17. Aristipo — 18. Antístenes — 19. Zeno — 20. Cícero — 21. Plínio, o Mõço — 22. Epiteto — 23. Arriano — 24. Tácito — 25. Sócrates — 26. Xenócrates — 27. Filo de Alexandria — 28. São João Evangelista — 29. São Justino — 30. Santo Irineu — 31. São Clemente de Alexandria — 32. Orígenes — 33. Tertuliano — 34. Platão.
- d) **MEZ DE ARQUIMEDES: A SIÊNCIA ANTIGA** — 1. Teofrasto — 2. Herófilo — 3. Erasistrato — 4. Celso — 5. Galeno — 6. Avicena — 7. Averróes — 8. Hipócrates — 9. Euclides — 10. Aristeu — 11. Teodósio de Bitínia — 12. Heron — 13. Ctesíbio — 14. Pápo — 15. Diofante — 16. Apolônio — 17. Eudoxo — 18. Arato — 19. Pitéas — 20. Nearco — 21. Aristarco — 22. Beroso — 23. Eratóstenes — 24. Sosígenes — 25. Ptolomeu — 26. Albatagênio

— 27. Nassir-Edin — 28. Hiparco — 29. Varrão —
30. Columela — 31. Vitruvius — 32. Estrabão —
34. Plutarco — 35. Plínio, o Velho.

e) MEZ DE CÉSAR: A CIVILIZAÇÃO MILITAR — 1. Mil-
cíades — 2. Leônidas — 3. Aristides — 4. Címon
— 5. Xenofonte — 6. Focion — 7. Epaminondas —
8. Temístocles — 9. Péricles — 10. Filipe —
11. Demóstenes — 12. Ptolomeu Lago — 13. Filo-
pêmen — 14. Políbio — 15. Alexandre — 16. Júnio
Bruto — 17. Camilo — 18. Cincinato — 19. Fa-
brício — 20. Régulo — 21. Aníbal — 22. Paulo
Emílio — 23. Mário — 24. Os Gracos — 25. Sipião
— 26. Augusto — 27. Mecenas — 28. Vespasiano
— 29. Tito — 30. Adriano — 31. Nerva — 32. An-
tonino — 33. Marco Aurélio — 34. Papiniano —
35. Ulpiano — 36. Alexandre Severo — 37. Aécio
— 38. Trajano.

f) MEZ DE S. PAULO: o CATOLICISMO — 1. São Lucas
— 2. São Tiago — 3. São Cipriano — 4. Santo
Atanásio — 5. São Jerônimo — 6. Santo Ambrósio
— 7. Santa Mônica — 8. Santo Agostinho —
9. Constantino — 10. Teodósio — 11. São João
Crisóstomo — 12. São Basílio — 13. Santa Pul-
quéria — 14. Marciano — 15. Santa Genoveva de
Paris — 16. São Gregório Magno — 17. Hildebrando
18. São Bento — 19. Santo Antônio — 20. São
Bonifácio — 21. Santo Austino — 22. Santo Isidoro
de Sevilha — 23. São Bruno — 24. Lanfranc —
25. Santo Anselmo — 26. Heloísa — 27. Beatriz —
28. Os arquitetos da Idade Média — 29. São
Benezeto.

22* — PELA CIVILIZAÇÃO CONTRA A BARBARIA — Comentários so-
ciológicos e artigos episódicos sobre a Grande Guerra — 1914-1923:
1. O Brasil e a Guerra (J. C. — 15 de Agosto de 1914) — 2. A ins-
trução e a Guerra (J. C. — 11 de Agosto de 1914) — 3. A Paz
pela Guerra? (J. C. — 19 de Agosto de 1914) — 4. O Imperialismo
e a Guerra (J. C. — 25 de Agosto de 1914) — 5. Os Responsáveis
pela Guerra (J. C. — 14 de Setembro de 1914) — 6. O Papado e
a Guerra (J. C. — 2 de Outubro de 1914) — 7. Os Beligerantes e
a Guerra (J. C. — 7 de Outubro de 1914) — 8. Os Neutros perante
a Guerra (J. C. — 21 de Outubro de 1914) — 9. Com os Aliados
pela Humanidade (J. C. — 11 de Março de 1915) — 10. Reminis-
cência oportuna (J. C. — 23 de Março de 1915) — 11. Os crimes
alemães e o crime dos neutros (J. C. — 11 de Maio de 1915) —
12. O Tratado de Buenos Aires e a Grande Guerra (J. C. — 2 de
Junho de 1915) — 13. Os Estados Unidos e a Grande Guerra (J. C.
— 22 de Julho de 1915) — 14. A Guerra e a Grande Guerra (J. C.
— 7 de Dezembro de 1915) — 15. Civismo e Militarismo (J. C. —
6 de Novembro de 1915) — 16. A paz germânica e os aliadofílos
(J. C. — 21 de Dezembro de 1915) — 17. A festa de um réprobo
(R. F. B. — 1º de Março de 1916) — 18. A guerra dos três anos
(J. C. — 3 de Março de 1916) — 19. Germanófilos, Neutros e In-
diferentes (I. — 13 de Março de 1916) — 20. A Alemanha contra o
Mundo (J. C. — 17 de Março de 1916) — 21. A requisição dos
navios alemães (J. C. — 15 de Abril de 1916) — 22. A Liga pelos

- Aliados e a neutralidade do Brasil (J. C. — 22 de Abril de 1916) — 23. O torpedeamento do Rio Branco (J. C. — 8 de Maio de 1916) — 24. Os Neutros e a Paz (J. C. — 31 de Maio de 1916) — 25. A Civilização Militar e o Militarismo Alemão (J. C. — 21 de Junho de 1916) — 26. A neutralidade criminosa e a Conferência Ruy Barbosa (J. C. — 2 de Agosto de 1916) — 27. Apêlo aos Aliados (J. C. — 30 de Novembro de 1916) — 28. Ação dos Aliados contra o Bando-Wilhelm (J. C. — 13 de Dezembro de 1916) — 29. A paz germânica?!... Nunca!... (J. C. — 14 de Dezembro de 1916) — 30. A punição dos crimes alemães (J. C. — 18 de Dezembro de 1916) — 31. A paz alemã perante os Aliados (J. C. — 29 de Dezembro de 1916) — 32. Os Estados Unidos e a paz alemã (J. C. — 23 de Dezembro de 1916) — 33. Pela derrota alemã (J. C. — 22 de Dezembro de 1916) — 34. A Grande Aliança e a paz alemã (J. C. — 5 de Janeiro de 1917) — 35. Constantinopla, capital do mundo (J. C. — 20 de Janeiro de 1917) — 36. A Grande Aliança e o problema da paz (J. C. — 31 de Janeiro de 1917) — 37. A paz do mundo e o Presidente Wilson (P. — 27 de Janeiro de 1917) — 38. Os governos neutros e a guerra alemã (P. — 11 de Fevereiro de 1917) — 39. Os últimos arrancos do furor teutônico (J. C. — 12 de Fevereiro de 1917) — 40. A resposta dos neutros à guerra alemã (J. C. — 12 de Fevereiro de 1917) — 41. Os beligerantes da última hora e a Conferência da Paz (Rz. — 18 de Abril de 1917) — 42. O bando alemão na América (P. — 21 de Março de 1917) — 43. A Revolução russa e a Grande Guerra (P. — 23 de Abril de 1917) — 44. As revoltas alemães e a Grande Guerra (J. C. — 26 de Março de 1917) — 45. O Teologismo e a Guerra (J. C. — 13 de Abril de 1917) — 46. A pena de Talião e os crimes alemães (R. — 30 de Abril de 1917) — 47. A condenação do ministro alemão (J. C. — 19 de Abril de 1917) — 48. O torpedeamento do Paraná e a ação do Governo Brasileiro (J. C. — 5 de Maio de 1917) — 49. Os Estados Unidos perante a Grande Aliança (J. C. — 25 de Abril de 1917) — 50. Os aliados da última hora (R. — 26 de Maio de 1917) — 51. O Brasil na Guerra (Suprimido pela Censura) — 52. A lição da crise russa (J. C. — 15 de Junho de 1917) — 53. A festa da América (J. C. — 6 de Junho de 1917) — 54. Agressões e represálias (J. C. — 12 de Julho de 1917) — 55. Os prenúncios da derrota alemã (J. C. — 28 de Julho de 1917) — 56. Três anos de guerra (J. C. — 31 de Julho de 1917) — 57. A Grande Guerra e a Paz do Vaticano (J. C. — 28 de Agosto de 1917) — 58. Bento XV e a paz do Vaticano (R. — 3 de Setembro de 1917) — 59. O perigo alemão no Brasil (J. C. — 26 de Outubro de 1917) — 60. A crise russa e a Grande Guerra (J. C. — 24 de Setembro de 1917) — 61. O falso aliadismo (J. C. — 7 de Outubro de 1917) — 62. O problema da Paz e o castigo da Alemanha (J. C. — 13 de Outubro de 1917) — 63. A causa da Civilização e o governo do Brasil (J. C. — 23 de Outubro de 1917) — 64. A guerra alemã no Brasil (J. C. — 30 de Outubro de 1917) — 65. Pelo Brasil brasileiro contra o Brasil alemão (Suprimido pela Censura) — 66. A causa aliada e as investidas teutônicas (J. C. — 21 de Novembro de 1917) — 67. A união sagrada!... mas nunca a união sacrilega!... (J. C. — 18 de Novembro de 1917) — 68. A cooperação do Brasil na Grande Guerra (J. C. — 25 de Novembro de 1917) — 69. Os alemães do Brasil e a Grande Guerra (J. C. — 2 de Dezembro de 1917) — 70. Pela Guerra Aliada contra a Guerra Alemã (J. C. — 18 de Dezembro de 1917) — 71. A tomada de Jerusalém (P. — 25 de Dezembro de 1917) — 72. O rol dos culpados (J. C. — 29 de Dezembro de 1917) — 73. A Paz Nacionalista e a Grande Guerra

(R. — 2 de Janeiro de 1918) — 74. O fim humano da guerra aliada (P. 21 de Janeiro de 1918) — 75. A sucessão presidencial e a causa aliada (Rz. — 11 de Fevereiro de 1918) — 76. Pelo Brasil contra a Alemanha (R. — 14 de Fevereiro de 1918) — 77. O castigo da Alemanha e a opinião socialista (R. — 4 de Março de 1918) — 78. O castigo da Alemanha e a opinião positivista (P. — 24 de Março de 1918) — 79. A intervenção sino-japonesa e a Grande Guerra (R. — 24 de Março de 1918) — 80. A Revolução Proletária e a Grande Guerra perante o Positivismo (P. — 11 de Agosto de 1918) — 81. A vitória final (J. C. — 24 de Abril de 1918) — 82. Frederico Harrison misticador?! (R. — 19 de Maio de 1918) — 83. A ofensiva pacifista (J. C. — 30 de Maio de 1918) — 84. O recuo aliado e a cooperação americana (R. — 6 de Junho de 1918) — 85. A República Universal (J. C. — 25 de Junho de 1918) — 86. Os Estados Unidos na Grande Guerra (R. — 1 de Julho de 1918) — 87. O quarto ano de guerra (J. C. — 31 de Julho de 1918) — 88. Vencer e punir (J. C. — 3 de Setembro de 1918) — 89. O Governo do Mundo depois da Guerra (J. C. — 20 de Setembro de 1918) — 90. O Povo alemão cúmplice do governo alemão (J. C. — 27 de Setembro de 1918) — 91. A Paz Aliada (J. C. — 2 de Outubro de 1918) — 92. A nova cilada pacifista (J. C. — 11 de Outubro de 1918) — 93. A paz de Clemenceau (J. C. — 1 de Novembro de 1918) — 94. A resposta aliada à paz alemã (J. C. — 6 de Novembro de 1918) — 95. O fim da Guerra e o Governo do Brasil (J. C. — 5 de Novembro de 1918) — 96. O último aliado (J. C. — 20 de Novembro de 1918) — 97. Revolução alemã (J. C. — 23 de Novembro de 1918) — 98. O socialismo boche no Brasil (J. C. — 28 de Novembro de 1918) — 99. A revelação da Humanidade (J. C. — 28 de Novembro de 1918) — 100. O Tribunal dos Aliados (J. C. — 8 de Dezembro de 1918) — 101. O Brasil na Conferência da Paz (J. C. — 14 de Dezembro de 1918) — 102. Reminiscência oportuna (J. C. — 29 de Dezembro de 1918) — 103. A embaixada do governo do Brasil ao Congresso de Versailles (J. C. — 2 de Janeiro de 1919) — 104. A fórmula de Lloyd George e a Conferência da Paz (J. C. — 3 de Janeiro de 1919) — 105. A Sociedade das Nações e a Paz Aliada (J. C. — 20 de Janeiro de 1919) — 106. O problema russo e a Conferência da Ilha dos Príncipes (J. C. — 5 de Fevereiro de 1919) — 107. O Presidente Wilson advogado da Alemanha (J. C. — 20 de Fevereiro de 1919) — 108. A mentira de Erzberg (J. C. — 17 de Abril de 1919) — 109. O espantinho massimalista (J. C. — 23 de Abril de 1919) — 110. Um escândalo wilsoniano contra a paz aliada (J. C. — 28 de Abril de 1919) — 111. As reinvindicações italianas e a paz aliada (J. C. — 6 de Maio de 1919) — 112. A Constituição da Liga das Nações: I. (J. C. — 6 de Março de 1919); II. (J. C. — 11 de Março de 1919); III. (J. C. — 14 de Março de 1919); IV. (J. C. — 18 de Março de 1919); V. (J. C. — 22 de Março de 1919); VI. (J. C. — 9 de Maio de 1919) — 113. A paz aliada contra a Alemanha (J. C. — 15 de Maio de 1919) — 114. As ordenanças suspeitas da Vitória (J. C. — 19 de Maio de 1919) — 115. A paz de Clemenceau ou a espada de Foch (J. C. — 23 de Junho de 1919) — 116. Delenda Germania! (J. C. — 2 de Julho de 1919) — 117. O julgamento do Kaiser (J. C. — 23 de Setembro de 1919) — 118. Contra a imigração alemã (J. C. — 20 de Outubro de 1919) — 119. A terceira guerra púnica (J. C. — 30 de Outubro de 1919) — 120. A paz para as vítimas não é a mesma para os algozes: I. (J. C. — 8 de Dezembro de 1919); II. (J. C. — 24 de Dezembro de 1919) — 121. Piedade para os algozes?! (Inédito. O J. C. recusou publi-

car) — 122. A ratificação da paz aliada (J. C. — 13 de Janeiro de 1920) — 123. Os navios ex-alemães: I. (P. — 1 de Fevereiro de 1920); II. (Inédito. O P. recusou publicar) — 124. O Brasil perante os Aliados e a questão dos navios ex-alemães (P. — 24 de Fevereiro de 1920) — 125. A extradição do Kaiser: I. (J. C. — 23 de Janeiro de 1920); II. (J. C. — 27 de Janeiro de 1920); III. (J. C. — 2 de Fevereiro de 1920); IV. (J. C. — 4 de Fevereiro de 1920); V. (J. C. — 16 de Fevereiro de 1920) — 126. As sanções aliadas perante as infrações alemães do Tratado de Versailles (J. C. — 10 de Fevereiro de 1920) — 127. O julgamento dos criminosos alemães da Grande Guerra (J. C. — 3 de Março de 1920) — 128. A revolta de von Kapp (J. C. — 19 de Março de 1920) — 129. A questão do Ruhr e a atitude da França (J. C. — 15 de Abril de 1920) — 130. A rejeição do Tratado de Versailles pelo Senado dos Estados Unidos (J. C. — 21 de Maio de 1920) — 131. A política germanófila do ministro Nitti (J. C. — 22 de Maio de 1920) — 132. Pela Justiça Histórica (G. T. — 31 de Outubro de 1920) — 133. A ocupação do Ruhr e o Tratado de Versailles (V. — 20 de Janeiro de 1923) — 134. A execução do Tratado de Versailles (V. — 6 de Fevereiro de 1923) — 135. A nota germanófila do governo britânico (R. E. — 30 de Agosto de 1923) — 136. A LIGA BRASILEIRA PELO ALIADOS (Relatórios): I. (J. C. — 17 de Março de 1916); II. (J. C. — 21 de Março de 1917); III. (J. C. — 24 de Março de 1918); IV. J. C. — 30 de Março de 1919.

23. — **FATOS E COMENTÁRIOS** — coletanea de escritos sobre diversos assuntos da vida brasileira e internacional — 1898-1932:

I — **ASSUNTOS MATEMÁTICOS** — 1. Multiplicações abreviadas (J. C. — 5 e 8 de Março de 1908) — 2. Sofisma matemático (J. C. — 19 de Julho de 1912) — 3. Radiciação rápida de potências perfeitas (J. C. — 18 de Maio de 1913) — 4. O juro médio racional e as tabelas — Werneck (J. C. — 11 de Abril de 1915) — 5. A relatividade de Einstein vista de relance (Br. — 11 de Maio de 1925; trad. fr. na **Ilustração Brasileira** de Janeiro de 1926) — 6. As últimas descobertas de Einstein (G. — 12 de Março de 1929).

II — **ASSUNTOS FÍSICO-QUÍMICOS** — 1. O ar líquido (Db. — 10 e 28 de Setembro de 1898) — 2. O ouro marinho (Db. — 9 de Outubro de 1898) — 3. Os novos elementos do ar (Db. — 1898) — 4. A máquina de medir o pensamento (Db. — 31 de Outubro de 1898) — 5. A gota d'agua (Db. — 1898) — 6. As figuras vocaes (R. C. — Setembro de 1899).

III — **ASSUNTOS BIOLÓGICOS** — 1. A enumeração e classificação dos sentidos (Br. — 1º de Agosto de 1926) — 2. A invenção de Voronoff (G. — 30 de Julho de 1928) — 3. A psicanálise e a ciência positiva (I. M. — 8 de Agosto de 1928) — 4. Marinesco contra Voronoff (G. — 9 de Outubro de 1928) — 5. O fundador da mesologia (G. — 31 de Dezembro de 1929).

IV — **ASSUNTOS MÉDICO-SOCIAES:**

a) **A QUESTÃO DA FEBRE AMARELLA** — 1. A extinção da febre amarela no Rio de Janeiro (J. C. — ap. — 12 de Fevereiro de 1908) — 2. L'extinction de la fièvre jaune à Rio de Janeiro (E. S. — le 8

Mai 1908) —3. The eradication of the yellow fever (B. R. May, 26 th 1908) —4. A febre amarela e o Dr. Oswaldo Cruz (C. N. — 7 de Agosto de 1909) —5. A febre amarela e o Dr. Oswaldo Cruz (C. N. 27 de Setembro de 1910) —6. A extinção da febre amarela no Estado do Pará (C. N. —21 de Outubro de 1911).

- b) A QUESTÃO DA VACINA — 1. Carta ao **Diário de Notícias** (D. N. — 15 de Abril de 1907) — 2. Carta a Artur Azevedo (P. — 28 de Julho de 1908) — 3. Carta a **A Notícia** (N. — 7 de Outubro de 1908) — 4. Carta a **Folha do Dia** (F. D. — 13 de Outubro de 1908) — 5. Contra a vacinação obrigatória (Rz.—27 de Fevereiro de 1917) — 6. A questão da vacina (G. N. — 18 de Agosto de 1918) — 7. A tirania vacinista (Rz. — 18 de Outubro de 1918) — 8. A vacina obrigatória e o Supremo Tribunal Federal (J. C. — ap — 23 de Janeiro de 1920) — 9. Contra a vacina obrigatória (J. C. — ap — 13 de Junho de 1920) — 10. Carta a **A Noite** (Nt. — 11 de Julho de 1920) — 11. Contra a vacina obrigatória (G. T. — 27 de Março de 1921) — 12. O despotismo sanitário (G. T. — 30 de Abril de 1922) — 13. Contra a vacina obrigatória (G. T. — 30 e 31 de Março, e 1 de Abril de 1922) — 14. Contra a vacina obrigatória. (G. T. — 15 de Abril de 1922). 15. Contra a vacina obrigatória (Nt. — 2 de Junho de 1922) — 16. A questão da vacina (Rz. — 28 de Junho de 1922) — 17. Contra a vacina obrigatória (Nt. — 22 de Setembro de 1922) — 18. Contra a vacinação obrigatória (J. — ap — 26 de Janeiro de 1924) — 19. Contra a vacinação obrigatória (J. — ap. — 18 de Maio de 1924).

V — ASSUNTOS JURÍDICO-SOCIAES:

- a) A QUESTÃO DA LIBERDADE PROFISSIONAL — 1. As acumulações remuneradas e a liberdade profissional (C. N. — 20 de Agosto de 1909) — 2. A refórma do ensino e a liberdade profissional (J. C. — 16 de Abril de 1911) — 3. Liberdade profissional (C. N. — 16 de Janeiro de 1912) — 4. Liberdade profissional (J. C. — 14 de Abril de 1912) — 5. Liberdade profissional (J. C. — 2 de Agosto de 1912) — 6. Liberdade profissional (J. C. — 30 de Novembro de 1912) — 7. A liberdade profissional e a Diretoria da Saúde Pública (J. C. — 20 de Julho de 1914) — 8. A liberdade de ensino e a liberdade profissional (J. C. — 20 a. Julho de 1914) — 9. A remodelação da Lei Orgânica do Ensino e a liberdade profissional (P. — 29 de Março de 1915) — 10. Liberdade profissional (P. — 12 de Novembro de 1915) — 11. Liberdade profissional (J. C. — 29 de Novembro de 1915) — 12. Pela liberdade profissional (J. C. — 19 de Setembro de 1919) — 13. Pela liberdade profissional (G. T. — 9 de Julho de 1921) — 14. Carta ao bacharel Aldroaldo de Carvalho (G. T. — 27 de Julho de 1921) — 15. Pela liberdade profissional: complemento ao opúsculo «O Poder Judiciário e a

- Liberdade Profissional" (G. T. — 24, 22, 27 de Julho de 1921) — 16. Carta a Coelho Neto (Nt. — 24 de Outubro de 1923).
- b) A QUESTÃO DA LIBERDADE DE TESTAR—1. Liberdade de testar (J. C.—7 de Abril de 1913)—2. Representação do Centro Republicano Conservador ao Congresso Nacional (D. C.—20 de Dezembro de 1908) — 3. A liberdade de testar (J. C.—10 e 11 de Agosto, e 10 de Novembro de 1912).
- c) A QUESTÃO DA LIBERDADE ESPIRITUAL — 1. A proibição de entrada de religiosos portugueses no Brasil (J. C. — 14 de Novembro de 1910) — 2. A cartomância e a polícia (P. — 14 de Janeiro de 1912) — 3. Liberdade de imprensa (Bar. — 7 de Outubro de 1915 e J. — ap. — 12 de Setembro de 1922) — 4. A repressão do Anarquismo (Rz. — 31 de Outubro de 1919) — 5. Pela liberdade espiritual (G. T. — 23 de Novembro de 1920) — 6. Pela ordem republicana (J. — ap. — 3 de Outubro de 1923) — 7. O Cristo no Corcovado (J. — ap — 5 de Dezembro de 1923) — 8. Pela liberdade contra a tirania (G. — 8 de Agosto de 1927 — 9. A Lei da Separação (G. — 7 de Janeiro de 1930) — 10. Carta a A Noite sobre o Cristo no Júri (Nt. — 17 de Março de 1931) — 11. Pela liberdade espiritual (G. — 6 de Julho de 1931) — 12. O ensino religioso nas escolas officiaes (G. — 3 de Agosto de 1931) — 13. O regímen republicano e o ensino religioso (H. — 15 de Agosto de 1931) — 14. Liga pela Liberdade Espiritual (C. M. — 6 de Setembro de 1931) — 15. Cristo no Júri (Artigo, e requerimento ao Ministro da Justiça, pedindo a retirada da imagem do Cristo, do Tribunal do Júri) (C. M. — 21 de Novembro de 1931) — 16. Lei de imprensa (C. M. — 3 de Janeiro de 1932) — 17. Pela liberdade espiritual (Carta ao presidente do Club 3 de Outubro Dr. Pedro Ernesto) (C. M. — 9 de Março de 1932). — 18. Pela ordem material com liberdade espiritual (C. M. — 25 de Maio de 1932).
- d) A QUESTÃO DOS VÍCIOS SOCIAES — 1. A vadiagem (J. C. — 27 de Março de 1909) — 2. A jogatina e a legislação (J. C. — 27 de Setembro de 1912).
- e) ACUMULAÇÕES REMUNERADAS — (C. N. — 20 de Janeiro de 1910).
- f) CÓDIGO CIVIL (J. C. — 1 de Agosto de 1913).
- g) A QUESTÃO DAS CONDECORAÇÕES — I — (J. C. — 7 de Junho de 1919) — II — (J. C. — 22 de Junho de 1919).
- h) A QUESTÃO DOS MENORES — (G. — 10 de Abril de 1928).
- i) OS EMPRÉSTIMOS BRASILEIROS E A DECISÃO DA CÔRTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL (Mã. — 15 de Agosto de 1929).

VI — ASSUNTOS POLÍTICO-SOCIAES:

- a) POSITIVISMO — 1. Sobre o Positivismo (Polêmica) (Pc. — 7, 9, 11, 18, 24, 25, 28, de Setembro, e 13, 16, e 24 de Outubro de 1896) — 2. O Positivismo (A. F. — 1901) — 3. Anagrama Positivista (A. F. — 1903; e R. O. — 30 de Setembro de 1905) — 4. O calendário positivista (A. F. — 1903) — 5. Que é o Positivismo? (R. O. — 10 de Julho de 1905) — 6. O Positivismo e a beatificação de Joana d'Arc (J. C. — 12 de Maio de 1909) — 7. O Positivismo e o Sr. Anatole France (P. — 17 de Agosto de 1909) — 8. O Positivismo e a proteção oficial ao índio (C. N. — 5 de Dezembro de 1911) — 9. O Positivismo e o General Rondon (G. — 21 de Maio de 1928) — 10. A influência do Positivismo na fundação da República (Carta ao *Correio da Manhã* — C. M. — 14 de Outubro de 1931).
- b) CONTRA O MILITARISMO — 1. O serviço militar na República (D. N. — 17 de Dezembro de 1907) — 2. Civilismo e Militarismo: o discurso de Olavo Bilac (S. — 6 de Novembro de 1915).
- c) CONTRA O MONARQUISMO — 1. O banimento e a trasladação (J. C. — 29 de Julho de 1912) — 2. A república monárquica (? — 13 de Julho de 1920).
- d) CONTRA O MEDICALISMO — 1. Academia Brasileira (P. — 2 de Julho de 1913) — 2. Erro e crime (S. — 9 de Julho de 1913) — 3. O caso do Prof. Krause (G. T. — 3 de Outubro de 1920).
- e) A REFORMA DO ENSINO — I. — (J. C. — 11 de Agosto de 1910); II — (J. C. — Novembro de 1910); III — (C. M. — 17 de Fevereiro de 1931).
- f) COMEMORAÇÕES CÍVICAS — 1. A festa da bandeira (Carta à Imprensa — 19 de Novembro de 1908) — 2. 19 de Fevereiro (J. C. — 20 de Fevereiro de 1910) — 3. As comemorações das glórias militares do Brasil (G. T. — 25 de Janeiro de 1921) — 4. O 27 de Agosto (G. — 27 de Agosto de 1928) — 5. O juramento da liberdade (G. — 13 de Julho de 1929).
- g) FÓRMULAS REPUBLICANAS — 1. Saúde e Fraternidade (C. N. — 6 de Janeiro de 1910).
- h) FRATERNIDADE INTERNACIONAL — 1. Pela Paz Universal (Carta à *Folha do Povo*, de São Paulo — 17 de Outubro de 1908) — 2. Argentina-Brasil (P. — 9 de Julho de 1912) — 3. A União Latina (G. T. — 3 de Dezembro de 1920).
- i) CASOS POLÍTICOS BRASILEROS — 1. Pelos grevistas armados (J. C. — 25 de Novembro de 1910) — 2. A propósito da anistia (J. C. — 28 de Novembro de 1910) — 3. O caso do Estado do Rio (J. C. — ap. — 31 de Dezembro de 1914) — 4. As leis e as sentenças perante

a Constituição (J. C. — 8 de Janeiro de 1915) — 5. A sucessão presidencial (J. C. — ap. — 19 de Janeiro de 1919) — 6. Candidaturas presidenciaes (J. C. — 25 de Fevereiro de 1919) — 7. As candidaturas presidenciaes e o Rio Grande do Sul (J. C. — 27 de Março de 1919) — 8. As candidaturas presidenciaes e a política do Rio Grande do Sul (Pol. — 14 de Março de 1919 e J. C. — ap. — 27 de Março de 1919) — 9. A inelegibilidade do Sr. Epitácio Pessoa perante o Supremo Tribunal Federal (Pol. — 6 de Junho de 1919 e J. C. — ap. — 6 de Julho de 1919) — 10. O presidente inelegível (Pol. — 1 de Agosto de 1919) — 11. Ditadura... mas ditadura republicana (Rz. — 6 de Janeiro de 1920) — 12. A sucessão presidencial: I. — (G. T. — 22 de Julho de 1924); II. — (G. T. — 30 de Julho de 1924); III. — (G. T. 3 de Agosto de 1924); IV. — (G. T. — 6 de Agosto de 1924) — 13. A reacção republicana (M. J. — 3 de Janeiro de 1922) — 14. Artur Bernardes e Nilo Peçanha (M. J. — 11 de Janeiro de 1922) — 15. O julgamento do ex-ocupante da Presidência da República, Epitácio da Silva Pessoa, perante um Tribunal Popular (D. C. — 27 de Julho de 1923. Incluído no discurso do Senador Irineu Machado) — 16. Reminiscências e oportunidades (J. — ap. — 4 de Setembro de 1923) — 17. De réu a juiz (J. — ap. — 15 de Setembro de 1923) — 18. Reminiscências oportunas (J. — ap. — 29 de Novembro de 1923) — 19. Justiça pela Honra do Brasil (J. — ap. — 16 de Dezembro de 1923) — 20. Justiça inversa (Nç. — 7 de Março de 1924) — 21. Agentes provocadores (J. — ap. — 28 de Maio de 1924) — 22. A reforma da Constituição (Br. — 15 de Julho de 1925) — 23. Contra a Justiça Oficial (Br. — 25 de Abril de 1926) — 24. Apêlo ao Governo e à Oposição (Br. — 24 de Maio de 1926) — 25. A reforma constitucional (Br. — 21 e 22 de Setembro de 1926) — 26. A inconstitucionalidade da reforma constitucional (Br. — 10 de Outubro de 1926) — 27. A reforma financeira (Br. — 27 de Dezembro de 1926) — 28. Epitacismo e Bernardismo (G. — 16 de Maio de 1927) — 29. Repulsa aos réprobos (G. — 23 de Maio de 1927) — 30. Carta a *El Diario* (G. — 27 de Junho de 1927) — 31. Sentença iníqua (G. — 23 de Janeiro de 1929) — 32. O apêlo do General Villeroy (Mã. — 16 de Março de 1929) — 33. A sucessão presidencial (G. — 16 de Agosto de 1929) — 34. O inquérito no Banco do Brasil (G. — 28 de Outubro de 1929) — 35. Cale-se! (G. — 4 de Janeiro de 1929) — 36. A sucessão presidencial (C. M. — 27 de Fevereiro de 1930) — 37. O grande brasileiro Epitácio Pessoa (G. — 22 de Maio de 1930) — 38. O caso da Paraíba (C. M. — 4 de Julho de 1930) — 39. Telegrama a Demétrio Ribeiro (G. — 3 de Novembro de 1930) — 40. Carta

a Juarez Távora (C. M. — 7 de Novembro de 1930) — 41. Impressões do 24 de Outubro (G. — 24 de Novembro de 1930) — 42. Apêlo Republicano (C. M. — 2 de Dezembro de 1930) — 43. O Tribunal Revolucionário (C. M. — 23 de Dezembro de 1930) — 44. A redução dos feriados (C. M. — 27 de Dezembro de 1930) — 45. República Velha e República Nova (G. — 6 de Janeiro de 1931) — 46. O banquete do Forte (C. M. — 17 de Fevereiro de 1931) — 47. A legislação ditatorial republicana (C. M. — 7 de Março de 1931) — 48. Apêlo ao Presidente Getúlio Vargas (G. — 11 de Março de 1931) — 49. A crise financeira: soluções urgentes (G. — 26 de Março de 1931) — 50. O caso do Supremo Tribunal (C. M. — 10 de Abril de 1931) — 51. Constituição sem Constituinte (C. M. — 10 de Dezembro de 1931) — 52. Pela Justiça Revolucionária (C. M. — 17 de Dezembro de 1931) — 53. Pelos militares civilistas, contra os civis militaristas. (C. M. — 21 de Fevereiro de 1932) — 54. O 41º aniversário da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891 (C. M. — 24 de Fevereiro de 1932) — 55. A interventoria paulista (C. M. — 26 de Fevereiro de 1932) — 56. A hora decisiva (C. M. — 27 de Março de 1932) — 57. A solução da crise (C. M. — 28 de Junho de 1932).

- j) CASOS POLÍTICOS ESTRANGEIROS — 1. O Czar e a Paz (Db. — 29 de Outubro de 1898) — 2. O fusilamento de Ferrer (P. — Outubro de 1909) — 3. O assassinato de Ferrer e a justificação do Deputado Mediano (J. C. — ap. — 17 de Outubro de 1909) — 4. A República Portuguesa (J. C. — ap. — 7 de Outubro de 1910) — 5. A República Portuguesa (J. C. — ap. — 14 de Outubro de 1910) — 6. A execução de estadistas grêgos (V. — 12 de Dezembro de 1922) — 7. Carta-aberta a Benito Mussolini (N. I. — 14 de Abril de 1923 e Br. — 18 de Fevereiro de 1926) — 8. Pela separação dos poderes: a propósito das cartas trocadas entre o Cardeal Dubois e o Ministro Hériot (Br. — 24 de Dezembro de 1924) — 9. O período ditatorial (Br. — 28 de Dezembro de 1925) — 10. O Brasil e a Alemanha na Liga das Nações (Br. — 19 de Março de 1926) — 11. A crise mexicana e a liberdade espiritual (Br. — 23 de Agosto de 1926) — 12. Pela Justiça em nome da Humanidade (G. — 18 de Agosto de 1927) — 13. Malditos! (G. — 29 de Agosto de 1927) — 14. A marcha retrógrada (G. — 15 de Fevereiro de 1929) — 15. Pela Humanidade e pela França (G. — 21 de Fevereiro de 1931) — 16. A República na Espanha (G. — 6 de Maio de 1931) — 17. Pela justiça humana contra a tirania fascista (C. M. — 4 de Junho de 1931) — 18. A Polícia Internacional e a Liga das Nações (C. M. — 9 de Fevereiro de 1932).

- VII — ASSUNTOS ASTRONÓMICO-SOCIAES — 1. A reforma do Calendário (J. C. — 6 de Fevereiro de 1914) — 2. A reforma do Calendário (Mã. — 6 de Outubro de 1927) — 3. A reforma do Calendário e a conferência do Almirante Silvado (G. — 2 de Dezembro de 1929) — 4. A reforma do Calendário (C. M. — 22 de Dezembro de 1929) — 5. A reforma do Calendário (C. M. — 10 de Junho de 1930).
- VIII — ASSUNTOS LITERARIOS — 1. Gonsalves Dias — (Al. — 3 de Novembro de 1895) — 2. Gonsalves Dias (Ph. — 3 de Novembro de 1895) — 3. *Dicionário manual homofonológico*, por Pêdro Nunes Leal (Parecer, apenso ao livro — 1896) — 4. Carlos Gomes (Discurso no Club Americano do Rio, em 16 de Setembro de 1897; D. M. — 14 de Dezembro de 1897) — 5. Carta a Artur Azevedo sobre o teatro aberto (N. — 10 de Março de 1899) — 6. Réjane (R. C. — Julho de 1902) — 7. A mão de Réjane (N. — 26 de Julho de 1902) — 8. Augusto Comte (Dr. — 5 de Setembro de 1902) — 9. Pensamentos (R. O. — 24 de Setembro de 1904) — 10. A crítica das *Cavatinas*: resposta a Medeiros e Albuquerque (T. — 20 de Dezembro de 1904) — 11. 28 de Julho (J. B. — 28 de Julho de 1910) — 12. A literatura maranhense (J. C. — 18 de Abril de 1913) — 13. Ecos de um recital (J. C. — ed. v. — 30 de Junho de 1917) — 14. Preliminares de técnica literária (S. L. — Outubro de 1918) — 15. Prosa e verso (J. C. — 22 de Janeiro de 1919; e Ct. — 7 de Julho de 1928) — 16. *Jardim de Heloisa*, por Castro Menezes (J. C. — ed. v. — 22 de Março de 1919) — 17. Recitales brasileiros — (J. C. — ed. v. — 21 de Novembro de 1919) — 18. A reforma da ortografia (J. C. — ed. v. — 22 de Novembro de 1919) — 19. Do Rio a Manáos (G. T. — 20 de Dezembro de 1920) — 20. *Vultos e Livros*, por Artur Mota (G. T. — 7 de Setembro de 1921) — 21. Uma festa nupcial (G. T. — 30 de Dezembro de 1921) — 22. A mais bela (S. — 22 de Março de 1922; G. T. — 11 de Março de 1922; R. S. — 15 de Abril de 1922) — 23. A crítica de *Poesias* (Carta a Osório Duque Estrada — J. B. — Registro Literário — 2 de Novembro de 1922) — 24. Crítica das críticas: o livro *Poesias*, de Reis Carvalho e o *Registro Literário*, de Osório Duque Estrada (V. — 16, 21 e 24 de Novembro de 1922) — 25. O livro *Poesias*, de Reis Carvalho e a *Resenha de livros*, de Fábio Luz (Carta a Fábio Luz — J. — ap. — 21 de Novembro de 1923) — 26. Ave, Maria! (Nt. — 27 de Maio de 1924) — 27. Aurora Bruson (G. — 31 de Maio de 1928; Ff. — 18 de Junho de 1927; 21 de Junho de 1930; 14 de Junho de 1931) — 28. Lúcia Branco (Ff. — 6 de Agosto de 1927) — 29. Eletrocutado ou Eletrocutada? (G. — 5 de Setembro de 1927) — 30. A undécima musa (G. — 6 de Outubro de 1927) — 31. A arte original de Berta Singerman: a melopéa sinfônica (G. — 24 de Outubro de 1927) — 32. A dignificação do Teatro Brasileiro e a Sociedade de Cultura Teatral (G. — 5 de Dezembro de 1927) — 33. Eletro-

cutir ou electrocutar? (G. — 17 de Janeiro de 1928) — 34. Berta Singerman em Paris (G. — 18 de Julho de 1928) — 35. Ana Pavlova ou o renascimento da Dança (Tp. — 28 de Julho de 1928) — 36. Autores e intérpretes (Cl. — 11 de Agosto de 1928; Ff. — 26 de Março de 1932) — 37. Cláudia Muzio (Tp. — 15 de Setembro de 1928) — 38. Os recitais de Berta Singerman (G. — 29 de Outubro de 1928) — 39. O Brasil e Berta Singerman (G. — 5 de Dezembro de 1928) — 40. O cerlâmen de Galveston (G. — 26 de Abril de 1929) — 41. Nêñê Barukel (G. — 6 de Maio de 1929) — 42. A próxima visita de Berta Singerman (G. — 22 de Maio de 1929) — 43. Teatro e Religião (G. — 15 de Julho de 1929) — 44. A glória de Berta Singerman (G. — 22 de Junho de 1929) — 45. Berta Singerman e a arte da palavra (Mã. — 19 de Julho de 1929) — 46. Um livro do General Villeroy: *Benjamin Constant e a Política Republicana* (Mã. — 24 de Outubro de 1929) — 47. A ortografia oficial (G. — 23 de Dezembro de 1929) — 48. Concurso internacional de beleza: A eleita das eleitas (G. — 6 de Setembro de 1930) — 49. O concurso internacional de beleza e a decisão do júri (C. M. — 9 de Setembro de 1930) — 50. Teatro de Câmera (Inquérito do *Diário Carioca* — 7 e 17 de Março de 1931) — 51. Que é a Arte? (Ff. — 12 de Março de 1932) — 52. Arte brasileira (Ff. — 12 de Março de 1932) — 53. Goethe (Ff. — 19 de Março de 1932; G. — 22 de Março de 1932) — 54. O poema sociológico (Ff. — 2 de Abril de 1932) — 55. A glorificação de Tiradentes (C. M. — 21 de Abril de 1932).

- IX — ASSUNTOS FISCAES — 1. Os acessos na Alfândega do Rio de Janeiro (C. M. — 13 de Janeiro de 1906) — 2. Refórma das Repartições de Fazenda (C. N. — 25 de Abril de 1911) — 3. Erro por corrigir na Tarifa Aduaneira, ns. 1, 2 e 3 (J. C. — 17 de Maio, 23 de Junho e 28 de Novembro de 1914) — 4. A refórma da Alfândega (P. — 11 de Outubro de 1907) — 5. A adjudicação do produto das apreensões aduaneiras (J. C. — 5 de Dezembro de 1914) — 6. Relatório da fiscalização do consumo de papel para jornaes (B. A. R. J. — 31 de Dezembro de 1917) — 7. A refórma tarifária (P. — 28 de Dezembro de 1919) — 8. Papel para a Imprensa (Pol. — 12 de Março de 1920) — 9. Fiscalização do consumo de papel para jornaes, ns. 1 a 4 (J. C. — ed. v. — 25 de Março, 25 de Maio, 26 de Junho e 6 de Julho de 1920) — 10. Papel para jornaes (Carta ao *Correio da Manhã* — 14 de Abril de 1920) — 11. Pela alta da borracha contra o perigo *yankee* (G. T. — 30 de Janeiro de 1921) — 12. Apelando da Fôrça para o Direito (a propósito da remoção imoral e ilegal do A., como funcionário de Fazenda) (G. T. — 26 de Abril de 1921; 18, 27 e 30 de Janeiro, e 2 de Fevereiro de 1922) — 13. Sacos e trapos (Br. — 19 de Novembro de 1925) — 14. Ladrões!... (Br. — 17 de Janeiro de 1926).

- X — VÁRIOS ASSUNTOS — 1. Crônicas de teatro: a) *Joana Ferraz e Irmã de Caridade*, dramas de Moreira de Vasconcelos, representados pela Companhia Dramática Moreira de Vasconcelos — Luiza Leonardo (F.—30 de Outubro de 1895; Db.—4 de Junho de 1898) b) *Carmen*, de Bizet; *La Gioconda*, de Ponchielli; *Cavalleria Rusticana*, de Mascagni; *Pagliacci*, de Leoncavallo; *La Bohème*, de Puccini — óperas cantadas pela Companhia Lírica Sansone-Rotuli (Db.—11 e 21 de Julho de 1898) — 2. A ciência e a literatura (Ph.—2 e 22 de Outubro de 1895) — 3. Os últimos dias de um sofista (R. A. F. — 10 de Agosto de 1902) — 4. Ciência e Teologia: a propósito da inauguração do Congresso Científico Latino-Americano (An. — 3 de Agosto de 1905) — 5. A festa da Mulher (An.—7 de Setembro de 1905) — 6. As impressões de Guglielmo Ferrero (P.—11 de Novembro de 1907) — 7. A política republicana e a morte de João Pinheiro (J. C. — 1 de Novembro de 1908) — 8. O Rei Alberto e a Ditadura Republicana (Correspondência — Rz. — 10 de Setembro de 1918) 9. Sessenta anos de serviço público (Rz.—30 de Novembro de 1919) — 10. A homenagem da Liga Marítima Franceza à Liga Brasileira pelos Aliados (J. C.—21 de Janeiro de 1920) — 11. O tenor Camargo (J. C. — Fevereiro de 1920) — 12. Ecos da visita do Rei Alberto (G. T. — 11 de Novembro de 1920) — 13. Filosofia das festas albertinas (G. T. — 29 de Novembro de 1920) — 14. Uma vitória da aviação brasileira (G. T. — 4 de Janeiro de 1921) — 15. Raul Darcanchy (G. T. — 6 de Dezembro de 1921) — 16. Nem centralização nem separação: federação ns. I, II — (Br. — 25 e 30 de Janeiro de 1926) — 17. 70 anos depois... (Sobre a morte de Teixeira Mendes — Ff. — 27 de Agosto de 1927 e G. — 29 de Junho de 1928) — 18. Maria de Lourdes Milone Vaz (G.—14 de Abril de 1931) — 19. Euricles de Matos (G.—15 de Junho de 1931) 20. Henrique Osvaldo (Ff. — 20 de Junho de 1931) — 21. Pela Casa do Estudante (G. — 20 de Junho de 1931) — 22. Feminismo e antifeminismo (C. M. — 28 de Junho de 1931) — 23. Décio Vilares (Ff. — 8 de Agosto de 1931).

24. — NOTAS DE ARTE — sumarissimas impressões de recitais de poesia e música, conferências, concêrto, bailados, festas, espetáculos dramáticos e líricos, exposições de artes plásticas.

- I. — RECITAES DE POESIA — 1. Francesca Nozière (Ff. — 22 de Agosto e 5 de Dezembro de 1925; 20 de Novembro de 1926; 7 de Maio e 10 de Setembro de 1927). — 2. Berta Singerman (Ff. — 3 de Outubro de 1925; 16, 23 e 30 de Janeiro de 1932). — 3. Maria Sabina (Ff. — 5 de Junho de 1926; 10 de Maio de 1930; e 8 de Agosto de 1931) — 4. Glória Baiardo (Ff. — 6 de Novembro de 1926). — 5. Angela Vargas (Ff. — 25 de Dezembro de 1926; 1º de Janeiro de 1927). — 6. Marília Escobar Pires (Ff. — 9 de Julho de 1927). — 7. Edla Costa Lima (Ff. — 20 de Agosto de 1927). — 8. Francesco Pastonchi (Dições dantescas — Mã. — 15 de Novembro de 1929) — 9. Marta da Silva Gomes (Mã. — 8 de Dezembro de 1929 e 6 de Setembro de 1930) — 10. Virgínia Lazzaro (Ff. — 10 de Maio de 1930) — 11. Nêné Barukel (G. — 26 de Junho de 1930 e 17 de Janeiro de 1931; Ff. — 25 de Abril de 1931) — 12. Maura da Sena Pereira (Ff. — 14 de Fevereiro de 1931) — 13. Else Mazza do Nascimento Machado (Ff. — 30 de Maio de 1931) — 14. Rhodopi Augusta (Ff. — 14 de Novembro de 1931).

II. — RECITAES DE MÚSICA:

- a) CANTO — 1. Marcelo Tupinambá e Sílvia Vieira (Ff. — 31 de Outubro de 1925) — 2. Bidú Saião (Ff. — 31 de Outubro de 1925) — 3. Julinha Dias (Ff. — 12 de Novembro de 1925) — 4. Helena de Magalhães Castro (Ff. — 19 de Dezembro de 1925; e 2 de Julho de 1927) — 5. Evelyne de Magalhães (Ff. — 3 de Julho de 1926) — 6. Altair Guigon e Adjaldina Pereira (Ff. — 23 de Outubro de 1926) — 7. Elsie Houston (Ff. — 4 de Dezembro de 1926) — 8. Ana Cabrera (Ff. — 30 de Julho de 1927) — 9. Gilda Abreu (Ff. — 20 de Agosto de 1927) — 10. Pina Monaco (Mã. — 29 de Outubro de 1929) — 11. Heloisa Blöem Mastrangioli (Mã. — 16 de Novembro de 1929; Ff. — 25 de Julho de 1931) — 12. Nini Rocha Miranda (G. — 20 de Dezembro de 1929) — 13. Olga Prager (G. — 27 de Dezembro de 1930; Ff. — 10 de Janeiro e 14 de Novembro de 1931) — 14. Corbiniano Vilaça e Edméa Montanari (Ff. — 28 de Julho de 1930) — 15. Matilde Bailly (Ff. — 5 de Julho de 1930) — 16. Laura Suarez (Ff. — 12 de Julho de 1930) — 17. Luiza Lacerda (Ff. — 26 de Julho de 1930 e 28 de Maio de 1932) — 18. Còro Platoff dos Cossacos do Don (Ff. — 23 e 30 de Agosto de 1930) — 19. Tina Vita e Clio Flores (Ff. — 30 de Agosto de 1930) — 20. Jessy Barbosa, Stefana Macedo e Vicente Cunha, em composições de Amélia Brandão Nery, ao piano (Ff. — 23 de Agosto de 1931) — 21. Elisabeth Shumann (Ff. — 6 de Setembro de 1931) — 22. Chaliapine (Ff. — 11 de Outubro de 1931) — 23. Vera Janacopulos (Ff. — 1, 8 de Novembro e 6 de Dezembro de 1930) — 24. Wanda Musso (Ff. — 29 de Novembro de 1930) — 25. Alicinha Ricardo (Ff. — 6 de Dezembro de 1930; 24 de Janeiro e 22 de Agosto de 1931; 11 de Junho de 1932) — 26. Alunas da Professora Maria Isabel de Verney Campêlo (Ff. — 6 de Dezembro de 1930; 27 de Junho e 7 de Novembro de 1931) — 27. Léa Azeredo da Silveira e Rosêta Costa Pinto (Ff. — 25 de Abril e 30 de Junho de 1931) — 28. Adato Filho (Ff. — 4 de Julho de 1931) — 29. Sofia del Campo (Ff. — 27 de Junho de 1931) — 30. Lily Pons (Ff. — 3 de Outubro de 1931) — 31. Alunas da Prof. Heloisa Blöem Mastrangioli (Ff. — 17 de Outubro de 1931) — 32. Alunas da Prof. Hilda Brizzi (Ff. — 24 de Outubro de 1931) — 33. Antoniêta Fleury de Barros (Ff. — 24 de Outubro e 28 de Novembro de 1931) — 34. Léa Azeredo da Silveira (Ff. — 12 de Dezembro de 1931) — 35. Alunas da Prof. Nícia Silva, agremiadas em o **Núcleo Nícia Silva** (Ff. — 9 de Janeiro e 14 de Maio de 1932) — 36. Lúcia Marques (Ff. — 13 de Fevereiro de 1932) — 37. Còro Madrigal de Hamburgo (Ff. — 23 e 30 de Abril e 21 de Maio de 1932).

- b) PIANO — 1. Lúcia Branco (J. C. — ed. v. — 30 de Junho de 1917; Ff. — 20 de Junho de 1925) — 2. Tatá Level (G. T. — 16 de Abril de 1921) — 3. René Fleurigny (G. T. — 12 de Dezembro de 1924) — 4. Estelinha Epstein (Ff. — 29 de Agosto de 1925) — 5. Maria de Lourdes Tôres e Manoel Barreiras (Ff. — 28 de Novembro de 1925) — 6. Hilda Rocha Canejo (Ff. — 28 de Novembro de 1925) — 7. Dila Tavares Josetti (Ff. — 5 de Dezembro de 1925 e 20 de Novembro de 1926) — 8. Ofélia Isaacson (Ff. — 5 de Dezembro de 1925) — 9. Mariazinha Alves (Ff. — 2 de Janeiro de 1926) 10. Aurora Bruson (Ff. — 29 de Maio de 1926; 27 de Agosto de 1927; e 25 de Julho de 1931) — 11. Artur Rubinstein (Ff. — 19 e 26 de Junho de 1926; 23 de Maio e 6 de Junho de 1931) — 12. Ana Gomide (Ff. — 19 de Junho de 1926 e 14 de Novembro de 1931) — 13. Moisewitch (Ff. — 3 de Junho de 1926) — 14. Madalena Tagliaferro (Ff. — 3 de Julho de 1926) — 15. Nadir Batista (Ff. — 6 de Novembro de 1926) — 16. Antoniêta Rudge (Ff. — 13 de Novembro de 1926; 4 de Junho de 1927; 14 de Junho de 1930) — 17. Alexandre Brailowsky (Ff. — 14 e 28 de Maio de 1927; 24 de Maio e 7 de Junho de 1930) — 18. Mark Hamburg (Ff. — 2 de Julho de 1927) — 19. Dora Soares e Varela Cid (Ff. — 30 de Julho de 1927) — 20. Guiomar Novaes (Ff. — 30 de Julho e 13 de Agosto de 1927; 10 de Maio de 1930; 15 de Agosto e 5 de Setembro de 1931) — 21. Emil Frey (Ff. — 13, 20, e 27 de Agosto e 3 e 10 de Setembro de 1927) — 22. Carlos Zecchi (Ct. — 30 de Junho de 1928; Ff. — 2 e 19 de Julho de 1930) — 23. Heloísa Accioli de Brito Meira (Mã. — 23 de Novembro de 1929) — 24. Carlos Lachmund (Ff. — 31 de Maio de 1930) — 25. Ofélia Nascimento (Ff. — 21 de Junho de 1930) — 26. Maria da Glória Ribeiro França (Ff. — 19 de Julho de 1930) — 27. Walter Brummel (Ff. — 23 e 30 de Agosto de 1930) — 28. Alunas da Prof. Lúcia Branco (Ff. — 13 de Setembro de 1930, e 19 de Dezembro de 1931) — 29. Maria Aparecida França (Ff. — 27 de Setembro de 1930) — 30. Souza Lima (João) — (Ff. — 27 de Setembro de 1930; 5 de Maio, e 13 de Junho de 1931) — 31. Honorina Silva (Ff. — 4 de Outubro de 1931) — 32. Cláudio Arrau (Ff. — 4 e 25 de Outubro de 1930; 16 e 30 de Abril de 1932) — 33. Iso Elinson (Ff. — 28 de Junho de 1930; 18 e 25 de Abril de 1931) — 34. Max Pauer (Ff. — 5 de Maio de 1931) — 35. Leonor Botelho de Macedo Costa (Ff. — 13 de Junho de 1931) — 36. Harold Henry (Ff. — 13 de Junho de 1931) — 37. Alexandre Uninsky (Ff. — 4 de Julho de 1931) — 38. Dora Beviláqua (Ff. — 1º de Agosto de 1931) — 39. Roberto Tavares (Ff. — 15 de Agosto de 1931) — 40. Roberto Casadessus (Ff. — 22 de Agosto de 1931) — 41. Xênia Prochorowa (Ff. — 24 de Outubro de 1931) — 42. Gioconda Contrucci (Ff. — 19 de Dezembro de 1931) — 43. Arnaldo Rebêlo (Ff. — 14 de Maio

de 1932) — 44. Mieczyslaw Münz (Ff. — 4, 11 e 18 de Junho de 1932) — 45. Sílvia de Figueiredo (Ff. — 11 de Junho de 1932) — 46. Friedman (Ff. — 25 de Junho de 1932).

c) VIOLINO — 1. — Nathan Milstein (Ff. — 16 e 23 de Julho de 1927) — 2. Jacques Thibaud (Ff. — 5 de Julho de 1930) 3. Célio Nogueira (Ff. — 5 de Julho de 1930) — 4. Peri Machado (Ff. — 19 de Julho de 1930) — 5. Messodi Baruel (Ff. — 26 de Julho de 1930) — 6. Rosita Kanitz (Ff. — 26 de Julho de 1930 e 10 de Outubro de 1931) — 7. Renée de Saussine (Ff. — 30 de Agosto de 1930) — 8. Nicolino Milano (Ff. — 4 de Outubro de 1930) — 9. Jan Kubelik (Ff. — 12 de Setembro de 1931) — 10. Fáfá Lemos (Ff. — 21 de Novembro de 1931) — 11. Maria Hilda Saraiva (Ff. — 21 de Novembro de 1931) — 12. Mariuccia Jacovino (Ff. — 19 de Dezembro de 1931).

d) VIOLONCELO — 1. Rogomil Sykora (Ff. — 11 de Dezembro de 1926) — 2. Cármen Braga (Ff. — 2 de Agosto de 1930).

e) HARPA — 1. Léa Bach (Ff.—29 de Agosto de 1931).

f) CANTO E VIOLONCELO — 1. Alicinha Ricardo e Iberê Gomes Grôso (Ff. 22 de Agosto de 1931).

g) CANTO, PIANO E VIOLONCELO — 1. Alicinha Ricardo, Vitalina Brasil, Iberê Gomes Grôso (Ff. 9 de Janeiro de 1932).

h) PIANO, VIOLINO E VIOLONCELO — 1. Trio Barroco — Milano — Pádua (Ff. 12 de Dezembro de 1925).

i) VIOLINOS, VIOLA E VIOLONCELO — 1. Quartêto de Londres (Ff. 6 de Novembro de 1926; 13 e 20 de Setembro de 1930; 11, 18 e 25 de Junho de 1932) — 2. Quartêto Zika (Ff. 3 de Abril e 7 de Maio de 1927).

III — CONFERÊNCIAS — 1. Bastos Portela: *Poetisas cariocas* (Ff.—13 de Novembro de 1926). — 2. Ester Ferreira Viana: *Bruzas e bruxedos* (Ff.—15 de Janeiro de 1927); *Assombrações* (Ff.—30 de Abril de 1927); *Astrologia e Quiromância* (Ff.—11 de Junho de 1927); *Oniromância* (Ff.—7 de Julho de 1927) — 3. Miguel Osório de Almeida: *Siência como Arte* (Mã. 10 de Dezembro de 1929) — 4. Maria Eugênia Celso: *Ecletismo* (Mã. — 6 de Dezembro de 1929); *O perigo de ter idéas* (Ff.—4 de Julho de 1931) — 5. Alíki Diplarakos (Miss Grécia e Miss Europa 1930): *Les fêtes de Delphes* (Ff. 13 de Setembro de 1930). — 6. Luiz Edmundo e Eros Volúcia: *As dansas do Brasil antigo* (Ff. 15 de Agosto de 1931). — 7. Andrade Murici: *A música brasileira moderna* (Ff. 25 de Dezembro de 1931).

IV — CONCERTOS — 1. Sinfônico — Humberto Milano (Ff. 28 de Novembro de 1925) — 2. Sinfônico — J. Otaviano (Ff. 13 de Novembro de 1926) — 3. Sinfônico — Vila

- Lóbos (Ff. 4 de Dezembro de 1926) — 4. O 65° da Sociedade de Cultura Musical (Antoniêta Rudge e Rogomil Sykora) (Ff. 4 de Dezembro de 1926) — 5. O 36° do Centro Artístico Musical (Maria de Lourdes MiloneVaz, Carmen Eiras e Messodi Baruel) (Ff. 11 de Dezembro de 1926) — 6. O de Livres Docentes do Instituto Nacional de Música (Juliêta Teles de Menezes, Elzira Polônio, Dulce de Saules, Lambert Ribeiro, José Cruz Lima) (Ff. 11 de Dezembro de 1926) — 7. Os consagrados à glorificação de Beethoven: da Colônia Alemã, no Teatro Municipal (Franz Becker, Dr. Friedmann, Amelia Henn, Oberteller, Maria Schrader, Olga Floe); da S. C. M., no I. N. M. (A. Rezende Martins, Nadir Batista, Marcos Sales, Maria Amélia Rezende, Paulina d'Ambrosio, Alfredo Gomes Juliêta Gomes de Menezes) (Ff. 2 de Abril de 1927) — 8. Os 115° e 116° da Sociedade de Concêrtos Sinfônicos (Francisco Braga, Lídia Salgado) (Ff. 4 de Junho de 1927) — 9. O 42° do C. A. M. (Luiza Tôrres Paranhos, Lídia Brasil, Moacir Liserra, Rógerio Pinheiro Guimarães, Lourival Montenêgro, Gastão Formenti) (Ff. 4 de Junho de 1927) — 10. O 69° da S. C. M. (Cármen Eiras, Newton Pádua, Betina de Sá Ribeiro) (Ff. 11 de Junho de 1927) — 11. O 117° da S. C. S. (Francisco Braga) (Ff. 11 de Junho de 1927) — 12. O 118° da S. C. S. (Francisco Braga) (Ff. 18 de Junho de 1927) — 13. O 46° do Grêmio Arcângelo Corelli (Cármen Borda, Dora Beviláqua, Sílvia Borgerth, e Ari Ferreira) (Ff. 25 de Junho de 1927) — 14. Sinfônico — Respighi (Ottorino e Elza Respighi) (Ff. 9 de Junho de 1927; Ct. — 14 de Julho de 1928) — 15. O 120° da S. C. S. (Francisco Braga, Sílvia de Figueiredo Mafra) (Ff. 16 de Julho de 1927) — 16. O 121° da S. C. S. (Francisco Braga, Estelinha Epstein) (Ff. 23 de Julho de 1927) — 17. O 122° da S. C. S. (Francisco Braga) (Ff. 30 de Julho de 1927) — 18. O 123° da S. C. S. (Francisco Braga, Amélia Henn) (Ff. 6 de Agosto de 1927) — 19. O 45° da C. A. M. (Maria da Glória França, Judith Maranhão, Dulce de Saules) (Ff. 10 de Setembro de 1927) — 20. O 127° (?) da S. C. S. (Francisco Braga, Carlos Szechi) (Ct. 21 de Junho de 1928) — 21. O 153° da S. C. S. (Francisco Braga, Eunice Paes Barrêto) (Mã. 17 de Novembro de 1929) — 22. O do I. N. M. para inauguração do órgão (Francisco Braga, Arnaud Gouvêa) (Ff. 3 de Maio de 1930) — 23. O 71° do C. A. M. (Ilara Gomes Grôso, Margarida Magalhães, Newton de Pádua, Mário de Azevedo) (Ff. 3 de Maio de 1930) — 24. Sinfônico — Joanídia Sodrê (Ff. 26 de Julho de 1930) — 25. Sinfônico da Banda da Guarda Nacional Republicana Portuguesa (Fernandes Fão, Beatriz Batista, Mendes Galinha) (Ff. 22 de Novembro de 1930) — 26. Sinfônico — Burle Marx-Bidú Saião-Guimar Novaes (Ff. 27 de Dezembro de 1930) — 27. Sinfônico — Burle Marx-Bidú Saião (Ff. 3 de Janeiro de 1931) — 28. O 79° do C. A. M. (Francisco Braga, Mário de Azevedo) (Ff. 10 de Janeiro de 1931) — 29. O 23° da Associação Brasileira de Música (Francisco Chiaffitelli, Carlos de Almeida, Orlando Frederico, Iberê Gomes Grôso, Cecília de Vasconcelos, Aliceinha Ricardo) (Ff. 24 de Janeiro de 1931) — 30. Sinfônico da Banda Civil Carioca (Antão Soares) (Ff. 31 de Janeiro de 1931) —

31. O 1º de composições de Henrique Osvaldo em homenagem ao compositor (Alicinha Ricardo, Messodi Baruel, Barroso Neto, Francisco Chiaffitelli, Carlos Almeida, Milton Paraíso, Isaac Feldmann, Nelson Cintra, Newton Pádua, Iberê Gomes Gróso, Orlando Frederico, Ernani Cataldi (Ff. 9 de Maio de 1931) — 32. O 166º da S. C. S. (Joanídia Sodré, Max Paer) (Ff. 16 de Maio de 1931) — 33. O 1º da Orquestra Filarmônica do Rio de Janeiro (Burle Marx, Iso Elinson) (Ff. 30 de Maio de 1931) — 34. O 2º de composições de Henrique Osvaldo, em homenagem ao compositor (Maria Amélia de Rezende Martins, Paulina d'Ambrosio, Antoniêta de Sousa, Zoé Monteiro, Francisco Braga, Artur Strutt, Alfredo Gomes, Mário de Azevedo, José de Souza Lima, Oscar Borgerth) (Ff. 6 de Junho de 1931) — 35. O 2º da O. F. R. J. (Burle Marx, Antoniêta de Sousa, Sousa Lima) (Ff. 6 de Junho de 1931) — 36. O 3º da O. F. R. J. (Burle Marx, Iberê Gomes Gróso) (Ff. 13 de Junho de 1931) — 37º O 82º do C. A. M. (Luiza Tôrres Paranhos, Cacilda Tôrres, Ricardo de Aragão) (Ff. 13 de Junho de 1931) — 38. O 4º da O. F. R. J. (Burle Marx, Tomás Teran, Ari Ferreira) (Ff. 20 de Junho de 1931) — 39. O 5º da O. F. R. J. (Burle Marx, Artur Rubinstein) (Ff. 27 Junho de 1931) — 40. O 1º dos Concêrtos Brasileiros (J. Otaviano, Oscar Borgerth, Heloísa Blöem Mastrangioli, Mário de Azevedo, Arnaldo Estrêla) (Ff. 20 de Junho de 1931) — 41. O 6º da O. F. R. J. (Burle Marx, Antoniêta Rudge) (Ff. 4 de Julho de 1931) — 42. O 7º da O. F. R. J. (Burle Marx, Romeu Ghipsmann) (Ff. 11 de Julho de 1931) — 43. Os 171º e 172º da S. C. S. (Francisco Braga, Lourenço Fernandes, Iso Elinson) (Ff. 18 de Julho de 1931) — 44. O 8º da O. F. R. J. (Burle Marx, Xenia Prochorowa, Tomás Teran, Romeu Ghipsman) (Ff. 18 de Julho de 1931) — 45. Sinfônico — Independência do Uruguay (Joanídia Sodré) (Ff. 25 de Julho de 1931) — 46. O 10º da O. F. R. J. (Burle Marx, Peri Machado) (Ff. 1º de Agosto de 1931) — 47º O 11º da O. F. R. J. (Burle Marx, Guiomar Novaes) (Ff. 8 de Agosto de 1931) — 48. O 83º do C. A. M. (Laura Beviláqua, Barroso Neto, Romeu Ghipsmann, Luiza Lacerda, Mário de Azevedo) (Ff. 15 de Agosto de 1931) — 49. O 12º da O. F. R. J. (Burle Marx) (Ff. 29 de Agosto de 1931) — 50. O 13º da O. F. R. J. (Burle Marx) (Ff. 5 de Setembro de 1931) — 51. O 2º Concêrto de Ondas Etereas (Max Wolfson) (Ff. 7 de Novembro de 1931) — 52. O de composições de Debussy, em homenagem á memória do compositor (Francisco Braga, Tomás Terán, Léa Bach, Luiza Lacerda) (Ff. 14 de Novembro de 1931) — 53. O 1º oficial do I. N. M. em 1931 (Francisco Braga, Maria Hilda Saraiva) (Ff. 21 de Novembro de 1931) — 54. O de composições de D. Celeste Jaguaribe de Matos Faria (Heloísa Blöem Mastrangioli, Luiza Tôrres Paranhos, Mili Garcia, Newton Pádua, Juliêta Gomes de Menezes) (Ff. 28 de Novembro de 1931) — 55. O 88º do C. A. M. (Rosêta Costa Pinto, Dora Beviláqua, Dulce de Saules) (Ff. 28 de Novembro de 1931) — 56. O 3º oficial do I. N. M. em 1931 (Humberto Milano, Furio Franceschini, Marina Pinto Galvão) (Ff. 12 de Dezembro de 1931) — 57. O 12º da Associação Brasileira de Música

(Charley Lachmund, Mariuccia Jacovino, Nídia Soledade, Maria Carlota de Goulart, Alfredo Henrique Garcia) (Ff. 9 de Abril de 1932) — 58. O comemorativo da reabertura dos cursos do I. N. M. (Wany Moreira Barbosa, Olga Prager, Eunice Reis Silva, Elisa Santos Carvalho, Abrão Smith, Maria Rita Costa, Heloísa Marques Lima, Leda Boisson, Edith de Almeida, Armando Pinheiro, Clélia Augusta Bacelar, Luiza Carvalho Muniz Freire, Lúcia Basílio) (Ff. 7 de Maio de 1932) — 59. O 1º da 2ª série da Academia Brasileira de Música (F. Chiaffitelli, Arnaud Gouvêa, Ari Ferreira, Sousa Lima, Carlos F. Almeida, Nídia Soledade e Rosêta Costa Pinto) (Ff. 7 de Maio de 1932) — 60. O de Música Poloneza (Fr. Braga, Léa Azeredo da Silveira, Xenia Prochorowa) (Ff. 28 de Maio de 1932) — 61. O 3º da Associação de Artistas Brasileiros (Olga Prager, Arnaldo Estrêla, Oscar Borgerth e Arnaldo Rebêlo) (Ff. — 18 de Junho de 1932).

- V. BAILADOS — 1. Ana Pavlova (Companhia de Bailados Clássicos) (Ct. — 28 de Julho e 4 de Agosto de 1928) — 2. Marila Grembo (Ff. — 14 de Junho de 1930) — 3. Vera Nemtchinowa (Companhia de Bailados Franco-Russos) (Ff. — 18 de Outubro de 1930) — 4. Maria Olenewa (Bailados da Escola do Teatro Municipal) (Ff. — 13 de Dezembro de 1930) — 5. Eros Volúcia (Ff. — 18 de Abril e 12 de Setembro de 1931; 18 de Junho de 1932) — 6. Chinita Ulmann e Carleto Thieben (Ff. — 11 de Julho de 1931).

- VI. — FESTAS — 1. Da PRO-MATRE: música — Luiz Delgadilho e Oscar Borgerth; poesia — Laura Margarida de Queiroz, Eugênia Álvaro Moreira, Bento Martins, e Alvaro Moreira. (Ff. — 5 de Fevereiro de 1927) — 2. Do AUTOMÓVEL CLUB: música — Honorina Silva, Cármen Eiras, Helena de Magalhães Castro, Lucy Hentz, Eunice Andrade, Roxy Shaw, Luiza Martins, Donna Irving, Palmira Pinto, Cornélia Brown (Ff. — 25 de Junho de 1927) — 3. De TEIXEIRA MENDES: música — Maria de Lourdes Milone Vaz, Cármen Braga, Luiza Paranhos, Mariêta Bezerra, Rosêta Costa Pinto; poesia — Ruth Magalhães, Dirce Côrtes, Henrique Batista de Oliveira, Lafayette Côrtes, Ivan Lins, e Paulo Carneiro (Ff. — 13 de Agosto de 1927) — 4. BAZAR: poesia em prosa e verso — João Ribeiro Pinheiro, Pascoal Carlos Magno, Bastos Portela, Francesca Nosiêre, Henriqueta Lisboa; música — Olga Abraão, Lídia Brasil, Bento Martins, Antônio Rolando e Solfieri (Ff. — 20 de Agosto de 1927) — 5. Da PRÓ-MATRE: poesia — Francesca Nosiêre, Bento Martins, Amélia Azevedo, Fernando Guerra Duval, Alberto de Queiroz, Mariana Roxo, Elisa Nascimento Gurgel, Alice e Dulce Carvalho Araújo, Maria José de Queiroz, Madalena e Beatriz Bolmtear, Lázinha Luiz Carlos, Cármen Sousa Lopes, Nelly Côrtes, Luiz Fernando Lopes, José Bento Ribeiro Dantas, Pascoal Carlos Magno (Ff. — 27 de Agosto de 1927) — 6. Do CLUB ATLÂNTICO: música — Newton Corrêa Ramalho, Maria Antonieta Ramalho, Maria Aparecida Corrêa Nunes, Julieta Gomes de Menezes, Nídia Soledade, Maria Loeadelo Guimarães; poesia — Eugênia Álvaro

Moreira e Maria Eugênia Celso (Mã. — 30 de Outubro de 1929) — 7. De CÂRMEN CINIRA: poesia — Ilka Labarthe, Marina Pádua, Teodorico de Almeida e Cármen Cinira; música — Newton de Pádua (Mã. — 2 de Novembro de 1929) — 8. De HERMES FONTES (hora de saudade): poesia em verso e prosa — Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça, Maria Eugênia Celso, Maria Sabina, Adelmar Tavares, Benjamin Lima, Povina Cavalcanti, Osvaldo Santiago e Pereira da Silva (Ff. — 21 de Fevereiro de 1931) — 9. De FRANCISCO BRAGA: música — Lourenço Fernandes, Luciano Gallet, Silvio Piérgili, Heloísa Blöem Mastrangioli, Hilda Saraiva e Newton Pádua; poesia (discurso) — Aloísio de Castro; (Ff. — 25 de Abril de 1931) — 10. Do BOTAFOGO FOOTBALL CLUB: música — Roberto Tavares, Olga Práguer, Isaac Feldmann, Cármen Gomes, Reis e Silva; poesia — Eugênia Álvaro Moreira e Nêê Barukel; (G. — 5 de Maio de 1931) — 11. De CARIDADE PELA CLÍNICA ESCOLAR OSCAR CLARK: poesia (palestra) — Pascoal Carlos Magno; música — Alicinha Ricardo, Egídio de Castro e Silva, Oscar Borgerth (Ff. — 20 de Junho de 1931) — 12. De CARIDADE EM PROL DA POLICLÍNICA DE BOTAFOGO: música — Sofia del Campo, Astréa Dutra dos Santos, Messodi Bafuel, Mário de Azevedo; poesia — Nêê e Léa Barukel (Ff. — 25 de Julho de 1931) — 13. O CARNAVAL (G. — 29 de Fevereiro de 1932) — 14. Da PAZ na *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*: poesia (discursos) — Maria Eugênia Celso e Madeleine Manuel; poesia (versos) — Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, Henriqueta Abreu, Beatriz dos Reis Carvalho e Yvonne Muniz Barrêto; música (canto) — Lou Nordfolk (Ff. — 28 de Maio de 1932).

- VII. — ESPETÁCULOS DRAMÁTICOS — 1. COMPANHIA DRAMÁTICA ITALIANA-ITÁLIA ALMIRANTE-MANZINI (Itália Almirante, Haydée Urbani, Luigi Almirante, Remoli Gialente) (Ff. — 3 de julho de 1926) — 2. C. D. I. - DARIO NICODEMI (Vera Vergani, Giuditta Rissone, Léa Orlandini, Luigi Cimarra, Ruggero Lupi, Sergio Tofano) (Ff. — 10 de julho de 1926) — 3. COMPANHIA FRANÇAESA DE COMÉDIA - GERMAINE DERMOZ (Germaine Dermoiz, Maurice Escande, Aimé Clariond, Joffre, Maria Florian, Margueritte Découret, Blanche Blanmoutier) (Ct. — 2, 9 e 16 de junho de 1928) — 4. TEATRO DE GENTE NOVA (Mário Nunes) (Ff. — 16 de agosto de 1930) — 5. C. D. I. - MARCELLINI (Tommaso Marcellini e Iole Marcellini e outros) (Ff. — 15 de novembro de 1930) — 6. TEATRO PSÍQUICO (Marcelio Lima, Antônio Ramos, Maria Castro, Newton Pádua, Vera Grabinska) (Ff. — 17 de janeiro de 1931) — 7. TEATRO DE CÂMERA — BERTA SINGERMAN (Berta Singerman, Ilde Pirovano, Orestes Caviglia, Julio Ferrando) (Ff. — 7 e 28 de fevereiro, e 14 de março de 1931) — 8. TEATRO DE BRINQUEDO (Eugênia Álvaro Moreira, Aurea Oberlander, Branca Olivieri, Augusta Monteiro, Álvaro Moreira, Mafra Filho, Álvaro Ladeira, Mozart Firmeza, Luiz Martins, Brandão Duarte, Joaquim Ribeiro, Pascoal Carlos Magno, Sebastião Fernandes) (Ff. — 11 de julho de 1931) — 9. REPRESENTAÇÃO DE *Miss Love*, de Coelho Netto (amadores: Luízinha Car-

penter, Dolores Cruz, Nadir Itreva, Ruth Cruz, Walfredo Machado) (Ff. — 12 de dezembro de 1931) — 10. REPRESENTAÇÃO DE *Senhora*, peça de Renato Viana, extraída do romance homônimo de José de Alencar (atrizes: Céu da Câmara (Aurelia), e outras; atores: Renato Viana (Fernando), e outros) (C. M. — 22 de maio de 1932).

- VIII. — ESPETÁCULOS LÍRICOS — 1. C. L. I.-BILORO-VIGGIANI (cantoras: Pina Fantini, Luiza Lampaggi, Rose Oliver, Olga Simzis; cantores: Chiaia, Baldrich, Manetta, Giovannoni, Ansaldi, Asdrubal Lima, Mansuetto, Zonini, Sinclair, Faini, Guasqui; regente: De Angelis) (Ff. — 3, 10 e 17 de abril de 1926) — 2. C. L. I.-PIERGILI-SEGRETO (cantoras: Adelaide Saraceni, Olga Carrara, Rosina Sasso, Gabriela Galli, Algozzino, Kavaline; cantores: Tagliabue, Vicenzo Sempère, Nino Bertelli, Antonio Melandri, Mario Albanese, Abele Carnevale, Luigi Ferroni; bailados: Prolalongo; regente: De Cupolo) (Ff. — 24 de abril, 1º, 8 e 15 de maio de 1926) — 3. GRANDE COMPANHIA LÍRICA OTTÁVIO SCOTTO (cantoras: Cláudia Muzio, Luiza Bertana, Graziela Pareto, Rosetta Pampardini, Karin Branzele, Giannina Lombardi, Aurora Buade; cantores: Lauro Volpi, Aureliano Pertile, Ronaldo Zanelli, Roberto Alessio, Tita Ruffo, De Lucca, Azzolini, Benevenuto Franci, Gino Vanelli, Luigi Nardi, Pinza Passero, Ludovico Oliviero; regente: Gino Marinuzzi) (Ff. — 24, 28 de agosto, 4 e 11 de setembro de 1926) — 4. COMPANHIA LÍRICA BRASILEIRA-STAFFA (cantoras: Cármen Eiras, Margarida Simões, Darcélia Lalor, Cristina Guimarães; cantores: Machado del Negri, Ernesto de Marco, Nascimento Filho, João Athos, Santoro; regente: Giacomo Giannetti) (Ff. — 9 e 16 de julho de 1927) — 5. GRANDE COMPANHIA LÍRICA-OTTÁVIO SCOTTO: *O Orfeu*, de Gluck, interpretado por Gabriela Bezanconi, Isabela Marengo e Lívia Romelli (Ff. — 3 de setembro de 1927) — 6. COMPANHIA LÍRICA ITALO-BRASILEIRA-JOSÉ LOUREIRO (cantores brasileiros: Cármen Eiras, Reis e Silva, João Athos; regentes: F. Russo e Borselli) (G. — 26 de março de 1928) — 7. G. C. L. OTTAVIO SCOTTO (cantoras: Cláudia Muzio, Gabriela Bezanconi, Luiza Bertana, Bianca Scacciatti, Beatriz Kottlar, Adele Kern, Maria Olcewska, Isabela Marengo; cantores: Benjamin Gigli, Ricardo Stracciari, Alexandre Kipinis, Emílio Schippe, Elly Krasser, Otto Wolff, Pietro Mirassou, Benevenuto Franci, Gino Vanelli, Atilio Muzio, Jaghelli; regentes: Tulio Serafino, Egon Pollak) (Ct. — 25 de agosto, 1º, 8 e 22 de setembro de 1928) — 8. COMPANHIA LÍRICA ITALIANA-VIGGIANI (cantoras: Amelia Savatieri, Renata Villani, Giulia Scaramelli, Dolores Frau, Cármen Gomes, Pina Monaco; cantores: Antônio Marques, Brandisio Vanucci, Mário Rojo, Conrado Tavanti, Gino Lunardi, Angelo Pilotto, Escobal Vestis, Arturo Pressuti; regente: Paulo Lomonaco) (Ff. — 26 de julho, 2 e 9 de agosto de 1930) — 9. REPRESENTAÇÃO de *Soror Angelica*, de Puccini, e *História de um Pierrot*, de Mário Costa, por alunas de canto da Professora Roxy Shaw e do maestro Salvatore Roberti, e de dança dos Professores Klara

Korte, e Ricardo Nemanoff (Ff. — 3 de janeiro de 1931) — 10. COMPANHIA LÍRICA ÍTALO-BRASILEIRA (cantoras: Cármen Gomes, Matilde Russo, Edméa Montanari, Luiza Barbieri, Gilda Colombo, Tina Abelardi, Sofia del Campo; cantores: Reis e Silva, Machado del Negri, Fernando Santoro, Asdrubal Lima, Vitor Abruzzini, João Athos, Alexandre de Lucchi, Stefano Bruno, Tino Bruno, João Faini; regentes: Giacomo Giannetti e Santiago Guerra) (Ff. — 11 e 25 de julho, e 1º de agosto de 1931) — 11. COMPANHIA LÍRICA ITALIANA-PIERGILI (cantoras: Josefina Cobelli, Lily Pons, Ninon Vallin, Amália Bertola; cantores: Carlos Galeffi, Galiano Maisini, Georges Thill, John Brownlee, Salvatore Baccaloni; regentes: Oreste Ricardi e Ferrucci Calusio) (Ff. — 19 e 26 de setembro de 1931). 12. ESPETÁCULO DE ALUNAS DAS ESCOLAS DO TEATRO MUNICIPAL (professores: Salvatore Ruberti, Sílvio Piergili e Maria Olenewa; alunos cantores: Nice de Araujo Jorge, Ninita Lutz, Yolanda Machado, Germana Malet, Sílvio Vieira, Ernesto de Marco, Alexandre de Lucchi, etc.; dansarinas: Lissy Gladys, Luiza Carbonnell, Maria Carbonnell e outras) (Ff. — 5 de dezembro de 1931).

IX. — EXPOSIÇÕES DE ARTES PLÁSTICAS — 1. Salão do Livro (Ff.—28 de Maio de 1927) — 2. O Salão de 1930 (Ff.—6 de Setembro de 1930) — 3. Décio Vilarés (Ff.—1º de Novembro de 1930) — 4. Solataroff (Ff.—28 de Março de 1931) — 5. O 3º Salão de Artistas Brasileiros (Ff.—30 de Março de 1931) — 6. O 1º Salão Feminino de Arte (Ff. — 27 de Junho de 1931) — 7. O Salão de 1931 (Ff. — 10 de Outubro de 1931) — 8. Sarah Vilela de Figueiredo (Ff. — 31 de Outubro de 1931) — 9. Fujita (Ff. — 2 de Janeiro de 1932) — 10. Roberto Trompowsky (Ff.—9 de Janeiro de 1932) — 11. Haydée e Manuel Santiago (Ff.—21 de Maio de 1932) — 12. O 4º Salão de Artistas Brasileiros (Ff.—4 de Junho de 1932).

25. — AURORAS E CREPÚSCULOS — poesias — (1922-1931) (Ff., Ct., Pt., I. B., Tp., G., Nt., Mā., C. M.) — 1. Traição fiel. — 2. A minha eleita. — 3. A bela de Apeles. — 4. Ao Homem do Futuro. — 5. Aos navegadores do Céu (Gago Coutinho e Sacadura Cabral). — 6. O despertar de Brunhilda (depois de uma audição de *sigfrido* — o drama lírico de Ricardo Wagner). — 7. Suprema irrisão — 8. O vaso quebrado (Sully Prudhomme). — 9. Gonçalves Dias. — 10. Madalena Tagliaferro. — 11. Resignação. — 12. A vida. — 13. Maria Barrientos. — 14. Aurora Bruson. — 15. Resposta ao soneto de Arvers (trad.). — 16. Hora de tédio. — 17. Berta Singerman. — 18. Por tua ausência. — 19. A morte de César. — 20. A confissão do apóstolo. — 21. Cláudia Muzio. — 22. A lúnia de Nesso. — 23. A morte do vencido. — 24. O Titan da música. — 25. O divino surdo. — 26. Ave, Berta Singerman! — 27. A confissão do esteta. — 28. Gall. — 29. Ariosto. — 30. Tasso. — 31. — A vida eterna. — 32. A mais bela. — 33. As misses do Brasil. — 34. As misses. — 35. Oração antes da batalha (Henri Dussauze). — 36. Marcha triunfal (Ruben Dario).

III

ESCRITOS INÉDITOS

1. **ATRAVÉS DA SIÊNCIA** — Album do ensino universal por Martin Doisy; tradução — Maranhão — 1888.
2. **CALCULO ARITMÉTICO** — por Pierre Laffitte; tradução autorizada pelo autor — Maranhão — 1893-1895.
3. **DEFINIÇÃO E DIVISÃO DA MATEMÁTICA** — Maranhão — 1893.
4. **ESTUDO ELEMENTAR DAS FUNÇÕES ALGÉBRICAS** — Maranhão — 1894.
5. **PRINCÍPIOS DE MECÂNICA GERAL** — por Lonchamp; tradução — Rio de Janeiro — 1898-1899.
6. **A LIBERDADE ESPIRITUAL NO BRASIL** — Conferência comemorativa do 3º decenário da separação da Igreja do Estado — Rio de Janeiro — 7 de Janeiro de 1920.
7. **A TEORIA E A PRÁTICA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA** — Conferência comemorativa do 3º decenário dessa Constituição — Manaus — 24 de Fevereiro de 1921.
8. **A GLORIFICAÇÃO DA MULHER** — Conferência — Manaus — 15 de Agosto de 1921.
9. **A POLÍTICA REPUBLICANA E A SUCESSÃO PRESIDENCIAL** — Conferência — Manaus — 25 de Fevereiro de 1922.
10. **A CULTURA INTEGRAL** — Conferência — Manaus — 13 de Abril de 1922.
11. **NÍSIA FLORESTA BRASILEIRA AUGUSTA** — Conferência da série organizada pelo Centro de Cultura Brasileira — Rio de Janeiro — 2 de Outubro de 1924.
12. **S. FRANCISCO DE ASSIS** — Estudo sobre a vida e a obra do grande Reformador do século XIII — Rio de Janeiro — 1930.
13. **MANUAL DE TÉCNICA LITERÁRIA** — Rio de Janeiro — 1818-1930.
14. **MISCELANEA DE ASSUNTOS FISCAES** — Informações, pareceres, relatórios: a) classificação aduaneira de mercadorias; b) descaminho de direitos alfandegários; c) inspeção de Repartições de Fazenda; d) concursos para empregos de Fazenda — (1898-1932).

ABREVIATURAS USADAS NO CATALOGO

A. — Autor; Ap. — A pedido; Ed. — Edição ou Editor; Ind. — Inédito; A. F. — *Anuário Fluminense*; Alv. — *Alvorada*; An. — *Os Anaes*; Bar. — *A Barricada*; Br. — *O Brasil*; B. A. R. J. — *Boletim da Alfândega do Rio de Janeiro*; B. R. — *British Review*; C. M. — *Correio da Manhã*; C. N. — *Correio da Noite*; Ct. — *Carta*; Db. — *O Debate*; D. M. — *Diário do Maranhão*; D. N. — *Diário de Notícias*; Dr. — *O Diário*; D. C. — *Diário do Congresso*; F. — *O Federalista*; Fl. — *Fon-Fon*; C. A. M. — *Centro Artístico Musical*; C. D. I. — *Companhia Dramática Italiana*; C.

L. I.—*Companhia Lírica Italiana*; G. C. L.—*Grande Companhia Lírica*; I. N. M.—*Instituto Nacional de Música*; O. F. R. J.—*Orquestra Filarmônica do Rio de Janeiro*; S. C. M.—*Sociedade de Cultura Musical*; S. C. S.—*Sociedade de Concêrto Sinfônicos*; F. D.—*Folha do Dia*; F. P.—*Folha do Povo*; G.—*O Glôbo*; G. T.—*Gazeta da Tarde*; G. N.—*Gazeta de Notícias*; H.—*Hierarquia*; I. B.—*Ilustração Brasileira*; I. M.—*Imprensa Médica*; J. C.—*Jornal do Comércio*; J.—*O Jornal*; J. B.—*Jornal do Brasil*; K.—*Kosmos*; M. L.—*O Mundo Literário*; Mā—*A Manhã*; M. J.—*Mandos-Jornal*; N.—*A Notícia*; Nt.—*A Noite*; Nç.—*A Nação*; N. I.—*La Nuova Italia*; Pc.—*Pacotilha*; Ph.—*Philomathia*; P.—*O Paiz*; Pol.—*A Política*; Pt.—*Para-Tôdos*; R. A.—*Revista Americana*; R. E. P.—*Revista da Escola Politécnica*; R. G.—*Revista Contemporanea*; Rz.—*A Razão*; R.—*A Rua*; R. E.—*Revista Escolar*; R. O.—*A Rua do Ouvidor*; R. A. F.—*Revista de Arte e Filosofia*; R. F. B.—*Revue Franco-Brésilienne*; R. S.—*Revista da Semana*; S.—*O Século*; S. L.—*Siências e Letras*; Sl.—*Seleta*; T.—*A Tribuna*; Tp.—*A Temporada*; V.—*A Vanguarda*.

★ ★ ★

OBSERVAÇÃO I. — Tôdas as publicações periódicas que figuram em itálico na relação supra, referem-se à imprensa do Rio, salvo *Diário do Maranhão*, *Federalista*, *Pacotilha*, e *Philomathia*, que são maranhenses, e *Gazeta da Tarde* e *Mandos-Jornal*, que são amazonenses; as primeiras, periódicos de São Luiz, capital do Maranhão, e as últimas, de Manáos, capital do Amazonas.

★ ★ ★

OBSERVAÇÃO II. — A não ser meia dúzia de artigos noticiosos ou literários, insertos em *O Debate* e na *Kosmos*, tôdos os trabalhos publicados o foram sem nenhum lucro pecuniário para o A. Tôdos representam, não a colaboração do A. na imprensa periódica, mas o contrário, a colaboração da imprensa periódica na obra do A. Não somos nem nunca fomos colaboradores de jornaes, mas os jornaes é que têm sido nossos colaboradores. O que nos leva a registrar publicamente a nossa gratidão cívica e pessoal a tôdos os periódicos que nos têm prestado a sua colaboração, embora reconheçamos também, sem tôla vaidade nem falsa modéstia, que muitos dos nossos escritos possam figurar entre os fatores de valorização dêsses periódicos.

R. C.

